

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Michelangelo Henrique Batista

**ENTRE A NEGRITUDE E A AFRICANIDADE:
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA EM MATO GROSSO**

SÃO LEOPOLDO/RS
2011

Michelangelo Henrique Batista

**ENTRE A NEGRITUDE E A AFRICANIDADE:
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA EM MATO GROSSO**

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Carlos Alfredo Gadea de Castro

SÃO LEOPOLDO/RS
2011

B333e Batista, Michelangelo Henrique.
Entre a negritude e a africanidade : construção da identidade
negra em Mato Grosso / Michelangelo Henrique Batista. – 2011.
110 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011.

"Orientador: Professor Doutor Carlos Alfredo Gadea de
Castro."

1. Negros – Identidade racial – Mato Grosso. 2. Ciências
sociais. 3. Etnicismo. I. Título.

CDD 300
CDU 316

Catálogo na publicação: Bibliotecário Flávio Nunes - CRB 10/1298

Michelangelo Henrique Batista

**ENTRE A NEGRITUDE E A AFRICANIDADE:
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA MATO GROSSO**

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 25 de maio de 2011

Banca Examinadora

Carlos Alfredo Gadea de Castro - UNISINOS

José Luiz Bica de Mélo - UNISINOS

Karl Martin Monsma - UFRGS

A todo ser arquiteto, isto é, a todo ser humano, especificamente, ao “negro, ser arquiteto”, que lida, como eu, cotidianamente, com a sua realidade cromática.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma atitude viável e, neste momento, prazerosa. Durante o curso de graduação sonhava com a possibilidade de, algum dia, cursar um mestrado. Ao final do curso, este sonho, para minha surpresa, não demorou a se materializar. Contudo, uma vez selecionado e cursando o mestrado, percebi que sua realização estava para além de minha entrada no mestrado; estava em sua conclusão. A incompatibilidade financeira, diante as necessidades do curso, e os problemas familiares foram barreiras que enfrentei. Conseguir enfrentar tais barreiras e, naqueles momentos, sorrir, foi devido DEUS ter colocado seres arquitetos que me auxiliaram financeiramente, emocionalmente e academicamente. Por isso, agradeço a DEUS pela oportunidade de, em meio aos meus impedimentos, ter me possibilitado o prazer único de conhecer e fazer amigos verdadeiros, que deixaram de lado a lógica capitalista da compensação e me ajudaram imensamente para, aqui, concluir essa etapa importantíssima de minha vida.

Humilde e afetuosamente agradeço a toda minha família, começando por minha linda esposa Ellen Jesuino Batista e meus filhos (as); Camila Jesuino da Silva, Michelangelo Henrique Jesuino Batista, Débora Maria Jesuino Batista e a recém nascida (17/05/2011) Donatella Jesuino Batista. Eles são minha inspiração. Agradeço ao meu pai, minha madrastra, meus irmãos Miriam e Jean e meu cunhado Alex, pelo imenso carinho e auxílio. Agradeço a minha sogra que, constantemente, me auxiliou.

Agradeço a todos os colegas de mestrado que me ajudaram de toda formas possíveis, para minha permanência no curso. Arriscarei e citarei alguns nomes. Primeiro o amigo Nilson, que demonstrou de forma predicada sua amizade autêntica. À Maria Luiza, Guilherme, Ilka, Rosa, Nilda, Márcia, Luiz Fernando, Fernanda, Fabiana, Lucone, Nathália, Márcia Cezar, e Fábio que, entre risadas e discussões teóricas, vivemos momentos marcantes. Agradeço também aos amigos e amigas Wilsimara, Ricarte, Pagel, Anézzio, Denizalde e professora Edneuzza, por me ajudarem em momentos de extrema necessidade.

Posso afirmar que, para a conclusão deste mestrado, uma espécie de coalizão de amigos foi fundamental. Assim, continuo agradecendo. Obrigado aos professores do PPG em Ciências Sociais pela paciência e pela competência com que me orientaram: os Professores Bica, Solon, José Rogério, Gastaldo, Aloísio e Karl. Também sou grato ao Professor Gaiger e à Maristela Simon, secretária do PPGCS, que mediou minha estadia no Rio Grande do Sul e,

além de sua amizade, me possibilitou a oportunidade de conhecer uma pessoa tão especial: o amigo Luiz Fernando, que me hospedou por um considerável período em sua residência, com cordialidade e respeito.

Agradeço imensamente também a Deva e ao Irmão Inácio e, em seus nomes, agradeço a todos do Neabi, pela oportunidade de conhecer pessoas que exercem, cotidianamente, atitudes afetivas de respeito mútuo e de militância. Ainda, em nome do Irmão Inácio, agradeço a Casa dos Jesuítas, que também me hospedou de forma tão carinhosa que, sem dúvida, posso afirmar que vivenciei o autêntico amor cristão nos dias que passei na residência Jesuíta. É indispensável agradecer a amiga Maristela Guimarães, exímia autora nas Relações Raciais e revisora da presente pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, o Professor Carlos Gadea, ou melhor, como eu o chamo e o considero, o “Mestre Gadea”; que me orientou conseguindo ser rígido cientificamente, sem ser autoritário. Agradeço-o pelas conversas teóricas, os ensinamentos sobre o caminhar científico e por ter sido, além de um orientador acadêmico, um amigo e companheiro em minhas incursões teóricas ensaístas, por ele mediadas.

Agradeço a todos e aqui reconheço e ratifico, tendo como prova minha própria vida, a existência indubitavelmente do ser arquiteto. Que não refuta a coletividade, mas, sim, é também nela que se constitui múltiplo e singular. **Obrigado Amigos!!!**

RESUMO

Partindo do pressuposto de que todo negro é um ser arquiteto, a presente pesquisa busca evidenciar a possibilidade de identidades negras individuais - múltiplas noções de negritudes. A situação cromática e a conduta arquitetônica do indivíduo o leva a um olhar diferenciado e contemporâneo de identidade negra, onde a existência identitária individual negra não refuta a coletiva. Com acepções teóricas próprias e fundamentadas em autores como Guimarães (2003), Honneth (2003), Nogueira (1985), Simmel (1977), entre outros, dissertamos sobre a existência real e intensa da Ideologia de Africanidade e as múltiplas noções de negritudes, levando em consideração a atuação do preconceito de marca. A incursão empírica desenvolvida, de forma qualitativa, realizada em duas cidades mato-grossenses, utilizou como modalidade de pesquisa a observação participante, combinada a outras técnicas de pesquisa. A trajetória teórica e empírica possibilitou-nos obter resultados favoráveis sobre a existência das múltiplas noções de negritudes, que não simplifica a existência do negro ser arquiteto.

Palavras-chave: Identidade. Indivíduo Negro. Negro, ser arquiteto. Ideologia de Africanidade. Múltiplas noções de negritude.

ABSTRACT

Assuming that all black is a human architect, this research seeks to demonstrate the possibility of individual black identities - multiple notions of blackness. The situation in color and architectural behavior of the individual to take it a different view, contemporary black identity, which gives individual identity, does not refute the black collective. With own meanings theoretical and based on authors such as Guimarães (2003), Honneth (2003), Nogueira (1985), Simmel (1977), among others, spoke about the real existence of intense and Ideology of African and multiple notions of blackness, taking into account the performance brand of prejudice. The incursion of thumb developed in a qualitative way, held in two cities in Mato Grosso, used as a form of participant observation research, combined with other research techniques. The theoretical and empirical trajectory allowed us to obtain favorable results on the existence of different definitions of blackness, which does not simplify the existence of black a human architect.

Key-words: Identity. Blacks. Black, a human architect. Ideology of Africans. Multiple notions of blackness.

ABREVIATURAS

NSL - Nossa Senhora do Livramento/MT
DH - Direitos Humanos
CS – Ciências Sociais
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1 CÓDIGOS NACIONAIS DE ATRIBUIÇÕES PEJORATIVAS	18
1.1 PRECONCEITO À BRASILEIRA: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO DE MARCA	23
1.2 O CONTEXTO DISCRIMINATÓRIO E O NEGRO, SER ARQUITETO	28
1.3 UMA EXPERIÊNCIA QUE CONFIRMA A EXISTÊNCIA DO PRECONCEITO DE POSIÇÃO SOCIAL INFERIOR	33
2 IDENTIDADE	37
2.1 INTERAÇÕES SOCIAIS	42
2.2 AFRICANIDADES – IDEOLOGIA DE AFRICANIDADE	45
2.3 TEORIA DO RECONHECIMENTO E A IDENTIDADE NEGRA	47
2.4 NEGRITUDE: MÚLTIPLAS NOÇÕES DE NEGRITUDES	54
3. INCURSÃO EMPÍRICA: AS NUANCES SOCIAIS POSSIBILITANDO A COMPREENSÃO CIENTÍFICA	57
3.1 NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	58
3.1.1 <i>O Quilombo Mata-Cavalo</i>	61
3.2 A PESQUISA: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO BAR	64
3.2.1 <i>O Bar do Marlão</i>	65
3.3 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: RELATO, DESCRIÇÃO E DESDOBRAMENTOS	66
3.4 AS ENTREVISTAS EM NSL	67
3.4.1 <i>Investigação: Qual a sua cor?</i>	68
3.4.2 <i>Experiências individuais</i>	74
3.4.3 <i>O racismo existe? – borboleta ou abelha?</i>	78
3.5 INCURSÕES EMPÍRICAS EM CUIABÁ	82
3.5.1 <i>A Praça Santa Inês</i>	83
3.5.2 <i>Observando as interações sociais</i>	84
3.5.3 <i>Entrevistas em Cuiabá</i>	88
3.5.4 <i>Quem é você?</i>	89
3.5.5 <i>Sua origem?</i>	89
3.5.6 <i>Você já sofreu alguma injustiça?</i>	90
3.5.7 <i>Existe algo em você, alguma característica que as pessoas normalmente não compreendem?</i>	90
3.5.8 <i>Uma conversa informal</i>	91
3.5.9 <i>Conversas formais e informais, em Cuiabá</i>	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

Como uma aventura, ou um grande desafio, essa investigação social me instigou a levantar questionamentos sobre o universo identitário da população negra brasileira. Ciente de minhas limitações, mas coerente com os princípios de toda investigação social, desenvolvi esta pesquisa, com o intuito de construir outros olhares sobre o processo de construção identitária dos negros¹ mato-grossenses. Busquei compreender essa construção a partir da narrativa dos sujeitos pesquisados, sobre suas experiências de “serem negros”, suas vivências e seus discursos acerca da discriminação racial e das várias configurações de racismo.

Optei por essa temática, devido minha concisa experiência com motes relativos às relações raciais e educação, pois já os havia desenvolvido em algumas pesquisas praticadas no interior da escola, onde abordei a construção da identidade racial negra. Em minhas pesquisas anteriores, realizadas no município de Porto dos Gaúchos², constatei, no âmbito escolar, uma possível ausência da construção de uma identidade negra e, de certa forma, uma invisibilidade dos negros nos conteúdos educacionais programáticos e temáticos realmente trabalhados em sala de aula.

Nesse sentido, reconheço que, em minha trajetória acadêmica, não encontrei subsídios promovidos pela educação formal que pudessem promover a construção de minha (nossa) identidade negra. Entretanto, fui capaz de me (nos) reconhecer como negro, apesar de sofrer com o racismo, o preconceito e a discriminação racial, presentes na sociedade e reproduzidos no interior das escolas (JESUS, 2006).

¹ Aqui, incorporamos o termo “negro” paralelamente à definição usada pelo IBGE, que se refere à junção dos cidadãos negros aos pardos, autodeclarados.

² Município localizado ao norte do Estado de Mato Grosso, Brasil, região da Amazônia Legal.

Historicamente, os negros da sociedade brasileira vêm lutam por um espaço de respeito e dignidade, pois foram, ao longo dos séculos, explorados e integrados³ de forma marginalizada e desumana neste contexto. O preconceito e a discriminação racial, que antes servia como justificativa para a escravização⁴ dos negros, atualmente, justifica a sociedade de classes, que os discrimina e mantém o preconceito racial ativo; velado para alguns, e nítido para os milhares por esta violentados.

O racismo é um fato, cuja existência pode ser confirmada através de inúmeras pesquisas acadêmicas. Assim, a sua presença e seus consequentes desdobramentos aniquilam uma possível realidade equável e democrática à população brasileira, nos aspectos raciais, cujas desigualdades, derivadas deste contexto, resultam em entraves sociais e morais para a população negra brasileira.

Dessa forma, reconhecer-se negro⁵ significa tomar uma posição de defesa e ataque; sob uma condição de “guerreiro”, que almeja ter sua humanidade, cidadania e dignidade reconhecidas. Entretanto, mesmo se os negros não se reconhecerem como tais, a sociedade, por intermédio do cognominado “preconceito de marca”, os lembraria de sua cor e que carregam uma “marca” que fundamenta o preconceito e a discriminação racial brasileira (NOGUEIRA, 1985).

Neste estudo, diversas questões relativas ao tema foram abordadas e discutidas sob uma dimensão coletiva e individual. E, com certa ousadia científica, mas coerente com a complexidade temática, desenvolvi acepções conceituais para poder expor sua problemática e poder tornar evidente minha compreensão sobre tal.

Essas acepções conceituais, a definição de uma pressuposta teoria, bem como a incursão teórica utilizada contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento da questão central da pesquisa: apreender se os negros da região centro-oeste do país, mais precisamente os de Nossa Senhora do Livramento e Cuiabá, ambas no Estado de Mato Grosso, constroem suas identidades de cidadãos negros com base nas “múltiplas noções de negritude”, ou, se o fazem a partir de uma suposta “ideologia de africanidade”.

³ Para Martins (2002, p.11), “Não estamos em face de um novo dualismo, que nos proponha as falsas alternativas de excluídos ou incluídos. A sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos”. Assim, optamos por utilizar o termo integração, ao contrário de fazer uso do dualismo; excluído x incluído.

⁴ Usamos o termo escravização, ao invés de escravidão, por um cuidado semântico, para deixar nítido que o negro foi escravizado; refutando, assim, a ideia subliminar de que o negro sempre foi escravo/nasceu escravo.

⁵ Ao utilizarmos o termo “negro”, estamos cientes da grande discussão posta sobre a utilização do termo generalizante masculino, que pode refletir “uma dominação masculina” (BOURDIEU, 1999). No entanto, não discutiremos essa questão devido ao limite temático desta dissertação.

Essas pré-suposições, de certa maneira, levaram-me a investigar se essa construção identitária se tornou possível a partir de uma base coletiva, ou individual de identificação racial. As indagações sobre as categorias “africanidade”⁶ e “ideologia de africanidade” podem ser tidos como eixos norteadores e propulsores da identidade negra, ou, é possível pensarmos em identidades negras individuais, com base na noção de “múltiplas negritudes”?

Estes e outros questionamentos relevantes foram debatidos e analisados à luz de teorias científicas e de dados empíricos coletados em minha incursão a campo, partindo de debates e análises do pressuposto que cunhei: “negro, ser arquiteto”, eixo conceitual da pesquisa.

Utilizei, como procedimentos metodológicos, a abordagem qualitativa, que me proporcionou, no princípio, uma compreensão aceitável, até poder alcançar, mais adiante, uma compreensão específica sobre a construção identitária do negro mato-grossense. Assim, pude interpretar sua realidade social, sem desprezar as informações quantitativas, que, juntas, auxiliaram desmascarar supostas realidades sociais (BAUER;GASKELL, 2007).

Deste modo, elaborei e desenvolvi uma estratégia metodológica subdividida em quatro períodos, a saber. O primeiro período se constituiu em uma seleção de leituras e de referenciais bibliográficos, que fundamentaram teoricamente esta pesquisa. Para tanto, busquei teorias gerais (Ciências Humanas/Sociais) e específicas (Relações Raciais/Identidade) sobre a temática, apoiado em autores como: Barros (2009), Castells (2000), Follmann (2001), Gadea (2009), Guimarães (2002, 2004 e 2005), Nogueira (1985), Simmel (1977, 1983, 1998, 2005 e 2006), Velho (1981), entre outros, os quais foram de extrema relevância para consolidar minha análise e argumentos apresentados.

⁶ “Compreende-se por africanidade um espaço de elaboração discursiva e política que pretende sintetizar a pertença coletiva de um grupo humano a uma comunidade presumivelmente fundamentada em determinadas especificidades históricas e culturais referenciadas no continente africano. Trata-se, ao mesmo tempo, de um gesto pedagógico e de “técnica de subjetivação” que estabelece o resgate de uma origem africana comum entre a população negra, chave para o reconhecimento intragrupal e valorização cultural particular. Politicamente, trata-se de um projeto de contraidentidade ou de identidade de resistência, conseqüente (sic) com o projeto histórico da modernidade, que questiona a aparente superioridade moral do modelo eurocêntrico de uma história universal”. [grifo do autor]. Gadea (2009, p. 04)

⁷ “Ser arquiteto” é o ser que arquiteta sua atuação no contexto social, utilizando diversas formas de interações e possibilidades, que satisfaçam seus interesses individuais, contidos em seu “projeto” individual que, de acordo o contexto situacional, será arquitetado intencionalmente, a certa condição, a fim de garantir seus interesses, ou compensar e amenizar suas perdas.

No segundo período, desenvolvi uma incursão empírica de caráter etnográfico. Em minha proposta inicial, havia sugerido desenvolver a incursão empírica apenas no município de Nossa Senhora do Livramento/MT. No entanto, ao obter maior clareza sobre os objetivos definidos, decidi não restringir seu *corpus* à apenas uma cidade do interior do Estado, mas, também, na capital mato-grossense. Essa determinação foi resultante da visão sobre a possibilidade de as identidades negras individuais, em sua constituição, interagirem com a coletividade, sem anular, mas, sim, ratificar a existência do “negro, ser arquiteto”. A coleta de dados destes dois espaços se dividiu nas ocasiões: no primeiro semestre de 2009, em Nossa Senhora do Livramento e, no primeiro trimestre de 2010, em Cuiabá.

Como técnica de pesquisa, utilizei da abordagem etnográfica, os recursos da observação participante, o diário de campo e as entrevistas semi-estruturadas. Sobre a observação participante, trago-a com um método que consiste na participação do pesquisador em uma situação social, como fonte de dados. O pesquisador vivencia o que está sendo pesquisado, atuando como um observador participante, mas com limites de envolvimento, prezando pelo rigor científico e pelo êxito na coleta de dados. Para Becker (1999, p. 47),

o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou.

Com base nessa visão do autor, realizei minha observação participante no espaço de um bar⁸, localizado no centro do município de NSL e, em Cuiabá/MT, em uma praça pública, localizada na periferia. Durante essas execuções, sustentei uma considerável preocupação com a idoneidade e o bom desempenho de meu trabalho de campo, para que os dados levantados externassem o máximo possível da realidade social investigada. Como complemento à observação participante, utilizei uma segunda técnica de pesquisa: o caderno de campo (diário), que serviu para anotar os fatos relevantes incididos durante cada sessão de observação (WINKIN, 1998).

⁸ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis, temos a definição de “Bar s. m. (ingl bar) 1 Balcão onde se servem bebidas. 2 Estabelecimento ou parte de estabelecimento com esse balcão(…)”

A entrevista semi-estruturada, terceira e última técnica, consolidou minha coleta de dados em ambos os espaços, ao ampliar e aprofundar minha incursão etnográfica. Sobre a entrevista, conceituo-a como uma situação social em que o pesquisador e o pesquisado se interagem, numa mútua influência: o primeiro necessita ter o domínio suficiente para não apenas perguntar, mas, também, para observar gestos, atitudes e silêncios do entrevistado, pois essas informações complementam sua entrevista.

A entrevista consiste num interrogatório direto do informante ou pesquisado pelo pesquisador, durante uma conversa face a face (...). É uma conversa orientada para um objeto definido que não a mera satisfação que a própria conversa pode produzir (...) (NOGUEIRA, 1969, p. 111).

Embora a entrevista semi-estruturada tenha como característica significativa o uso de um tópico guia previamente elaborado, que serve para sua orientação, isso não impede que, durante sua execução, sejam acrescentadas outras perguntas fora do roteiro. Segundo BAUER e GASKELL (2007, p. 66) “o tópico guia é, (...) um guia, e não nos devemos tornar escravos dele, como se o sucesso da pesquisa dependesse só disso”. Assim, dessas narrativas individuais e subjetivas dos negros e negras entrevistados, busquei captar o máximo possível de suas falas, que foram gravadas em um equipamento de MP3 e, posteriormente, transcritas para análise. A flexibilidade, a reflexibilidade e o nível de controle oral foram os princípios que segui para a aplicação das entrevistas efetuadas.

No terceiro período, o da análise de dados etnográficos, frui de todo o teor que estes me ofereceram. No quarto e último período, elaborei minha análise de resultado sobre a pesquisa, (re)buscando minha fundamentação teórica e estabelecendo, assim, uma crítica reflexiva, que teve como principal instrumento de apoio os ancoramentos teóricos, que foram constituídos no primeiro ciclo da pesquisa.

Diante do exposto, este estudo, no qual a noção coletiva e individual de suas identidades pareceu-me não muito bem definidas, ao buscar por uma identidade comum que a “ideologia de africanidade” propõe, é que levantei meus questionamentos.

Em síntese, meu objeto de pesquisa refere-se ao estudo sobre os negros mato-grossenses e suas interações sociais inerentes ao processo de construções identitárias. Meu caminhar dissertativo buscou intensificar essa proposição, tomando-se os devidos cuidados para que minhas análises não resultassem em essencialismos e dualismos simplificadores, ou, simplesmente redutores da temática abordada. Para tanto, decompus esse estudo em três capítulos, a saber. O primeiro tratou dos códigos nacionais de atribuições pejorativas ao negro brasileiro. O segundo discutiu o marco teórico, apresentando e consolidando seus conceitos e acepções teóricas. E, por fim, o terceiro capítulo analisou minha incursão empírica investigativa, que constituiu o corpo empírico dessa presente dissertação, com a qual, penso poder contribuir para uma discussão sobre a identidade negra nacional, levando em consideração a sociedade contemporânea, a mobilidade coletiva e individual, e o nexos: humanidade e indivíduo negro.

CAPÍTULO I

1 CÓDIGOS NACIONAIS DE ATRIBUIÇÕES PEJORATIVAS

Nos contextos que abordam estudos sobre as relações raciais, o termo raça é um dos mais polêmicos, pois alguns de seus detratores querem garantir que ele seja inserido no campo biológico, enquanto as Ciências Sociais mostram que se trata de um constructo social. Nesse sentido, é fundamental que haja esta discussão, pois é neste termo e por ele que podemos entender as desigualdades sociais nas relações raciais.

Nas Ciências Sociais, ao depararmos com conceitos, fazemos uma distinção entre categorias “analíticas” e “nativas”. Conforme explicita Guimarães (2003, p. 95),

um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Quando falamos de conceito nativo, ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. A verdade é que qualquer conceito seja analítico, seja nativo, só faz sentido no contexto ou de uma teoria específica ou de um momento histórico específico.

O autor acredita que não existam conceitos que se enquadrem, ao mesmo tempo, em duas categorias, mantendo o mesmo significado, independentemente de fatores como tempo, espaço e teorias. Dessa forma, é dentro de determinados contextos que os conceitos devem ser compreendidos. Mas o que é raça? O conceito raça é extremamente complexo, pois surge com fundamentos científicos, por intermédio da biologia e da antropologia física. A partir delas, é que, para Guimarães (2003) surgem cientificamente as raças humanas, com uma hierarquização de valores morais, psíquicos e intelectuais; é a fase biológica do conceito raça. Todavia, o conceito é tido, contemporaneamente, como categoria científica de análise, levando-se em consideração sua construção social.

No entanto, sem a existência da ideia de “raças humanas”, não existiria o racismo. As supostas existências de raças humanas superiores e inferiores são o fundamento ideológico do racismo (JESUS, 2006). O termo raça, de fundamento científico, atualmente, pode ser considerado uma pseudociência, pois, biologicamente, “raças humanas” inexistem (GUIMARÃES, 2003).

Todavia, a construção social em torno de tal mote continua presente, bem como seus desdobramentos raciais, conforme explicita Jesus (2006, p. 69) “ainda que os termos e os conceitos tenham sofrido alterações, o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou inalterado, pois, as ações discriminatórias continuam sendo praticadas contra pessoas negras”.

A raça tem sua base de procedência científica. O conceito, entretanto, afasta-se do que originalmente o produziu, para consolidar uma autonomia no contexto social. Apesar das críticas atuais ao vocábulo, sua fixação social é uma realidade reconhecida.

A raça é uma ideologia antiga que também fundamenta(ou) e justifica(ou), de certa forma, a escravidão. Referente às questões raça, racismo e escravidão, a noção de diferença e desigualdade de Barros (2009), pode nos ajudar a compreender o referido contexto. Para o autor, a desigualdade está relacionada à circunstância, assim, ela pertence à dimensão do “estar”, já a diferença, pertence à dimensão do “ser”.

Barros (2009, p. 24) ainda assevera que, “pelo menos em tese, não existem desigualdades imobilizadas no mundo social. Enquanto isso, no mundo das diferenças, teríamos situações mais francamente estáveis, ou mesmo, em alguns casos, parâmetros praticamente permanentes”. Neste sentido, desigualdade tem certa relatividade, ela se altera ou até passa a existir de acordo com as circunstâncias, de acordo com o contexto e, em nossa análise, um contexto social. Porém, a diferença é mais constante, podendo, supostamente, permanecer conforme as circunstâncias e ao contexto social.

O contexto em que a existência de raças humanas se desdobra tem origens históricas. Já na Grécia Antiga, Aristóteles proferia que:

uma parte dos homens nasceu forte e, resistente, destinada expressamente pela natureza para o trabalho duro e forçado. A outra parte – os senhores, nasceu fisicamente débil; contudo, possuidora de dotes artísticos, capacitada, assim, para fazer grandes progressos nas ciências filosóficas e outras. (GRIGULEVICH, 1983, p. 105, *apud* SANT’ANA, 2005, p.43).

Na Grécia Antiga, onde havia uma apartação social, ou seja, quem não era grego, era bárbaro/inferior, a concepção aristotélica se esforça para desenvolver a noção de escravidão não em uma dimensão de desigualdade, mas numa dimensão de diferença. Aristóteles faz uma distinção entre escravos legais e naturais. Os que não nasceram para serem escravos, eram denominados escravos legais e havia os escravos naturais⁹, aqueles escravos por natureza, os quais nasceram para servir.

De acordo com Barros (2009, p.36), Aristóteles desenvolve a noção de escravo natural em uma “categoria de natureza éticopsicológica”, que vai além do enquadramento às categorias singulares, que se referem às desigualdades (política, trabalho e raça), mas há uma diferença individual referente à singularidade de cada ser humano. E ressalta que, “para Aristóteles são escravos por natureza somente os bárbaros, devido ao fato do que não saberem se governar por si mesmos”.¹⁰

Essa ideologia grega seria usada no século XV para justificar a escravização de negros e indígenas. Mas, foi na Idade Média que o racismo ganha seu plano de fundo religioso: intelectuais ligados à Igreja Católica Romana reconheceram o racismo como ideologia real e a disseminam (SANT’ANA, 2005).

A escravidão e o racismo tiveram fundamentos teológicos, isto é, por meio da suposta origem camítica, os negros seriam descendentes de *Cam*¹¹, patriarca da tribo amaldiçoada de Canaã. Fundamentados pelo *Jus divinum*¹², muitos escravocratas e fazendeiros achavam que tinham como missão civilizadora, redimir os filhos de *Cam*, descendentes daquela tribo perdida, trazendo-os para a civilização cristã, para aprender o valor do trabalho (GUIMARÃES, 2003, p. 99-100).

Sustentadas por estes fundamentos, e outros, que foram sendo instituídas em nome das diversas formas de domínio, as sociedades promoveram, ao longo dos tempos, várias configurações de dominação e subalternação de inúmeros povos e nações.

O Brasil, sob o mando da sociedade eurocêntrica, tece seu período escravocrata, seguindo a linha histórica que vinha se desenvolvendo, no contexto das colonizações. Sobre este tema, Barros (2009, p. 34) explica que

⁹ Aristóteles define o “escravo natural” como uma mera propriedade privada, uma ferramenta animada, “uma ‘coisa que fala’ (mais do que uma “coisa que sente”), um desenraizado, um ‘estrangeiro absoluto’ (isto é, diferença plenamente realizada)” (BARROS, 2009, p.36) (itálico nosso).

¹⁰ Ver Tosi (2009, p.03)

¹¹ Segundo a Bíblia cristã no livro de Gênesis, Cam é um dos filhos de Noé, que foi amaldiçoado por ter desrespeitado seu pai ao vê-lo despido e bêbado e de Noé zombado, quando o viu despido e bêbado. Bíblia – Gênesis, capítulo 09, versículos de 20 a 28.

¹² “Jus divinum: palavra latina, direito divino” (TOSI, 2009, p. 02).

a estratificação social no Brasil Colonial (embora isto também ocorra em outras sociedades e tempos) fundou-se no deslocamento imaginário da noção *desigualadora* de “escravo” para a coordenada de contrários fundada sobre a perspectiva da *diferença* entre homens livres e escravos. Nesta perspectiva, um indivíduo não *está* escravo, ele *é* escravo.

Dessa forma, segundo o autor, o Brasil Colonial desenvolveu, por certo período, uma estratégia social em consolidar a escravidão como diferença e não como desigualdade, transformando algo circunstancial, em uma diferença plena. Na luta abolicionista, houve a necessidade de romper com essa realidade, discutindo-se, assim, a escravidão numa dimensão da desigualdade, para conseguir êxito nas reivindicações. No entanto, quando observamos as realidades sociais referentes aos negros, percebemos que a questão escravocrata, supostamente superada, contribuiu, de certa forma, para a atual situação social da população negra no Brasil. A escravização, desenvolvida no eixo da diferença, atribuiu uma suposta pertença vitalícia as suas vítimas e as suas futuras gerações.¹³

Ainda sobre o termo raça, poderíamos asseverar que, com a sua existência, originou-se o racismo. Todavia, de acordo com nossas leituras e compreensão teórica, acreditamos que o sentimento de superioridade e o preconceito, que o constituem, na realidade, precedem-no, pois, se olharmos para a história do surgimento de raças humanas, constataremos que, esta surge para favorecer interesses de grupos específicos (gregos e europeus, por exemplo). Assim, não é a existência da raça que constitui a gênese do sentimento preconceituoso e de superioridade, mas, sim, o oposto. O preconceito constitui-se de um embrião que se desenvolveu e deu origem às raças humanas que, consolidado social ou cientificamente, reproduz o preconceito e o racismo, firmando, assim, o ciclo de vida ininterrupta do preconceito racial.

A respeito do fator ‘cor’, Hofbauer (2004) nos descreve que, desde o início das línguas indo-europeias, através dela, o termo branco tem representado o bem, o puro, o divino etc. Já o negro, tem representado o mal, o impuro, o diabólico, etc. A cor também era usada num sentido moral e religioso. A cor negra, naquele período, era usada para depreciar qualquer pessoa que fosse contra os padrões morais religiosos existentes na época, “assim, houve momentos na história em que os húngaros e os suecos foram xingados de pretos” (HOFBAUER, 2004, p. 61). Mas, para se chegar ao preconceito racial de hoje, Hofbauer (2004, p. 62) esclarece que;

¹³“A vinculação da escravidão moderna à cor da pele passou a desempenhar tal centralidade, que a percepção social da cor negra passaria a estigmatizar mesmos libertos. Finley, comparando a escravidão moderna ao mundo antigo, sintetiza este aspecto com precisão, fazendo notar que ‘os libertos no Novo Mundo carregavam, na cor da sua pele, um sinal externo de sua origem escrava, mesmo após várias gerações, com gravíssimas consequências econômicas, sociais, políticas e psicológicas. Os libertos antigos simplesmente desapareciam no conjunto da população em uma ou no máximo, duas gerações’ (FINLEY, 1991, p. 101 *apud* BARROS, 2009, p. 45).

a fusão ideológica entre “escravidão”, “cor negra” e “imoralidade”, de um lado, e a fusão entre “cor branca”, “ideal moral-religioso” e “status de liberdade” de outro lado, fez parte de um discurso de dominação que foi “inventado” pelas classes dominantes (um discurso que justificava a exploração). (grifos do autor).

Assim, ao longo de um significativo período, podemos destacar que os atributos negativos que vão além da ideia de raças (humanas) infligidas aos negros, ainda persistem. No entanto, como aludido, o conceito raça, na perspectiva biológica, que sustentou o racismo por séculos, já foi derrocado. Contudo, o conceito raça é reconhecido pelas Ciências Sociais, na atualidade, como um conceito, não de origem biológica, mas, de construção social (HOFBAUER, 2004).

Para os negros, a cor da pele teve e tem significativa importância em sua situação social. Autores como Nogueira (1985), Bastide e Fernandes (1971) reconhecem que, no Brasil, há o constructo de “preconceito de marca¹⁴”.

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as conseqüências (sic) do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 1985, p. 79).

Não seria mais a raça, biologicamente falando, que rege o preconceito e a discriminação racial brasileira, mas, sim, os aspectos fenotípicos das pessoas discriminadas, como pela cor da pele, o aspecto do cabelo, o contorno do nariz, etc. Assim, esses aspectos são denominados como marcas, nomeando o preconceito racial brasileiro.

O pesquisador Guimarães¹⁵ (2002, p. 194), ao investigar o insulto racial, identificou um constructo inferior racial no Brasil, constituído pelos seguintes estigmas.¹⁶

(...) 1) pretensa essência escrava; 2) desonestidade e delinqüência;(sic) 3) moradia precária; 4) devassidão moral; 5) irreligiosidade; 6) falta de higiene; 7) incivilidade, má educação ou analfabetismo. Esses estigmas são reiteradamente associados à cor negra ou preta, que tais pessoas apresentam, transformando-as em símbolo estético de estigma. Interessante notar que nenhuma característica física, além da cor –

¹⁴ Nogueira (1985) utiliza essa noção para definir o preconceito racial no Brasil e nos EUA, assim, no Brasil o preconceito é de “marca” e, nos EUA, de “origem”.

¹⁵ “A atribuição de inferioridade consiste na aposição de uma marca sintética, como a cor, e qualidades e propriedades negativas (em termos de constituição física, moralidade, organização social, hábitos de higiene e humanidade) a certo grupo de pessoas consideradas ‘negras’ ou ‘pretas’”. (GUIMARÃES, 2002, p. 194).

¹⁶ A noção de estigma deriva do antigo uso de sinais corporais feitos (queimaduras e cortes) nas pessoas consideradas um mau para sociedade. Também das noções religiosas e médicas, que denotavam marcas de origem supostamente divina e de deficiência física. Todavia, para Goffman, o estigma vai além de simples marcas, representa uma relação complexa entre diferença e identidade. É numa construção cultural que o estigma se consolida, atribuindo marcas pejorativas ao indivíduo estigmatizado, “a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma idéia (sic) geral do que significa possuir um estigma particular”. (GOFFMAN, 1982, p. 41). Assim o estigma reflete nas interações entre os indivíduos e em suas representações sociais.

cabelos, lábios ou nariz, por exemplo – foi invocada nos insultos registrados, ainda que saibamos serem comuns em canções e ditos populares.

Com isso, o que podemos destacar é como o conceito raça sai do eixo biológico para se reconsolidar no eixo social, levando com ele o preconceito e discriminação racial. Assim, o preconceito e a discriminação racial adquirem forma no preconceito e discriminação de marca, ou seja, a violência e o inferior racial contra os negros transitam do conceito raça, para o de marca.

1.1 Preconceito à brasileira: preconceito e discriminação de marca

A concepção de preconceito aqui empregada baseia-se em Nogueira (1985), que o define como uma disposição desfavorável contra uma determinada parcela da população. Entretanto, para Guimarães (2004), ele pode se desdobrar de duas formas: verbal, sendo reservado ou público, e comportamental. Assim, para o autor, uma pessoa pode ser preconceituosa e não tornar isso público, ou fazer com que apenas algumas pessoas saibam de sua opinião. Se manifestado, o preconceito de forma comportamental gera a discriminação e, é nessa ideia, que a “discriminação de marca” se desdobra, podendo promover segregação e desigualdades raciais, ou seja, o preconceito teoriza e a discriminação executa.

Como inúmeras pesquisas evidenciam, o preconceito se desdobra num território onde ele se formula, ideologicamente, o imaginário, que se consolida nos princípios sociais de certos indivíduos. Assim, podemos até ser militantes do movimento negro ou pesquisadores da área de relações raciais e determos certo preconceito contra indivíduos negros, com critérios que ratificam tal sentimento estabelecido e só conhecido por nós.

Essa característica de teorizar dá ao preconceito o poder de existir de forma coletiva e, também, individualmente. Dessa forma, independente de o considerarmos racial, de marca ou de cor, ele existirá no coletivo e persistirá no individual, com fundamentos que, por mais que sejam individuais, são construídos parcialmente no coletivo, mas, supostamente, protegidos no individual. Assim, pesquisas científicas podem medir (com certas limitações) a frequência e a intensidade de preconceitos. Contudo, dificilmente poderão afirmar definitivamente o fim de um determinado preconceito.

O caráter “teórico” do preconceito é ratificado quando este se materializa, dando forma à discriminação. Como as concepções científicas que discutem a relação entre teoria e prática afirmam, em sua maioria, que estas são ou, ao menos deveriam ser, indissociáveis.¹⁷ Nesse raciocínio, podemos afirmar que o preconceito está intrinsecamente ligado à discriminação.

Contudo, sabemos que até no meio acadêmico a teoria, muitas vezes, é tratada como algo dissociado da prática e é, também nesse ponto, que o preconceito se fortalece. Apesar de estar intimamente ligado à discriminação, ele consegue sobreviver com uma quantidade pequena de prática, mas, não totalmente sem ela. O preconceito pode existir em um indivíduo que se polície e iniba sua materialização, mas, mais cedo ou mais tarde, a discriminação surgirá, sendo manifestada por agressão física, verbal e/ou atitudinal.

Não é sempre que a discriminação será visível para os demais indivíduos que rodeiam o indivíduo preconceituoso. Isto é, para sua sobrevivência, a teoria (preconceito) se reafirma por intermédio da prática (discriminação), muitas vezes em atitudes discriminatórias, quando só o próprio indivíduo saberá que sua decisão, ou escolha, é, na verdade, uma discriminação que se formulou no preconceito que a teorizou.

Talvez possa parecer exagero, mas, podemos, no entanto, supor que é por esse motivo que muitos cidadãos negros são discriminados por sua cor; mas, tanto ele, como outras pessoas, muitas vezes, não reconhecem essa violência como uma discriminação racial e, sim, como uma discriminação qualquer, ou até um mal entendido. Nesse caso, é a teoria (preconceito) supostamente dissociada da prática (discriminação). Reconhecemos que esta realidade é indubitavelmente complexa, mas essa discussão, todavia, leva-nos também a ratificar a significativa força que o “preconceito de marca” detém. Além da discriminação, o preconceito de marca tem como aliado os estereótipos, que podem ser reconhecidos como imagens simplificadas que representam de forma negativa, ou positiva, um determinado grupo ou indivíduo. Na maioria das vezes, são imagens falsas e, com frequência, representam o negativo (VALENTE, 1994). Assim, o estereótipo funciona como um rótulo que é afixado no indivíduo ou no grupo, levando em considerações premissas errôneas e preconceituosas.

Alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais (GUIMARÃES, 2005, p.44).

¹⁷ Para maiores esclarecimentos, ver Candau (1996).

Com isso, compreendemos o porquê de o estereótipo se enquadrar como um dos instrumentos do preconceito de marca, não como uso exclusivo, mas como ferramenta de propagação da ideologia, pois, o estereótipo é uma ferramenta utilizada por inúmeros tipos de preconceitos. Essa realidade combinatória de ideologia sustenta a marca conferindo sentido à existência de um suposto e articulado fundamento ideológico.

Numa pesquisa por mim realizada, no ano de 2008, em uma escola de educação infantil onde trabalhei, durante a etapa de observação, conversando com uma criança, perguntei-lhe se ela conhecia uma determinada pessoa. Ao descrevê-la, disse-lhe que a pessoa tinha minha cor (sem referir se era cor de pele). Depois, quando um adulto chegou onde estávamos, a criança com quem eu conversava nos disse: *“Você disse que ele era da sua cor, mas é mentira, ele é branco e azul”*. Naquele momento, percebemos que a cor que a criança tinha percebido era a cor da roupa do outro adulto, e não a cor da pele dele, que era negra. No ano de 2010, efetuei a mesma experiência e, independente da cor da criança¹⁸, a maioria delas destacou a cor da roupa como referência e não a da pele. Para as crianças que destacaram a cor da pele, perguntamos a cor de seus familiares e estas responderam “a cor de todos”; o que nos leva a supor que elas destacaram a cor da pele, porque aprenderam a observar e dar importância a esse aspecto.

Diante dessa realidade, podemos afirmar que o negro, desde sua escravização¹⁹ formal, depois, sua abolição burocrática e na atualidade, sempre lutou por sua sobrevivência, numa sociedade que impõe barreiras e o integra de forma subalterna e desumana, salvo exceções, conforme asseveram Bastide e Fernandes (1971).

Mas, e a igualdade jurídica? Segundo a Constituição Federal de 1988, somos todos iguais perante a lei. Se assim diz a lei, por que ainda hoje essas desigualdades de marca persistem? Procurando responder a esta questão, Bastide e Fernandes (1971) constataram, na década de 1950, que a igualdade jurídica não garante aos negros a igualdade de oportunidades. O fator econômico e a posição social também são decisivos nesse aspecto. Com isso, podemos compreender que apenas o fato de a discriminação racial ser um crime não livrou e não livra a população negra da histórica posição subalterna a ela imposta.

¹⁸ As crianças contavam idade entre 04 e 05 anos.

¹⁹ Usamos o termo escravização ao invés de escravidão por um cuidado semântico, para deixar nítido que o negro foi escravizado e refutamos assim a ideia subliminar de que o negro sempre foi escravo/nasceu escravo.

Diante disso, há a necessidade de expressar: que negro é esse que abordamos aqui? Quando pensamos nessa possibilidade, estamos conscientes que a realidade vivenciada pelos negros necessita de ser levada em consideração. Com a escravização do negro e a existência de raças humanas, se instituiu uma errônea equivalência entre o negro e “posição social inferior” (SOUZA, 1990, p.19). Assim, o “inferior racial” atribuído ao negro tende a impor uma “posição social inferior”.

Quando mencionamos a posição social inferior imposta à população negra brasileira parece soar contraditório, visto que o Brasil é um país que, de certa forma, defende os Direitos Humanos e é considerado democrático. Se indivíduos negros são considerados supostamente inferiores e visto como meros serviçais, isso infringe os DH de tais indivíduos e coloca em questão a existência efetiva de uma suposta democracia brasileira. Acreditamos que, ao compreender melhor o agravo que a posição social inferior imposta aos indivíduos negros representa, faremos uma sucinta incursão no e pelos DH.

No final do século XVIII, os Direitos Humanos surgem com características normativas, através da “proclamação dos direitos do ser humano enquanto cidadão com liberdades individuais e da igualdade perante a lei, nos Estados Unidos, 1776, e na França, 1789” (ROSÁRIO;DORNELES, 2000). Entretanto, o marco fundamental dos DH foi em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que a dignidade humana e seu direito a ter direitos toma uma proporção universal, pelo menos burocraticamente, marcando um avanço social. Tendo como cerne histórico a existência da ideia de que os “seres humanos, homens e mulheres, são essencialmente iguais em dignidade” (ROSÁRIO e DORNELES, 2000, p. 73-74), os DH ratificam que o ser humano tem sua dignidade reconhecida.

A partir desse reconhecimento, o ser humano passa a ter determinada proteção de seus direitos, ou, pelo menos, isso deveria acontecer. De acordo com uma de suas maiores defensoras, Genevois (2000, p. 88); “os direitos humanos são os direitos fundamentais para a vida humana; eles são inerentes à própria natureza e à dignidade do homem. Se há vida, há direito”. No que diz respeito ao negro brasileiro, podemos afirmar que, inquestionavelmente, ele é um ser humano e digno de direitos e respeito como todo ser humano o é. Entretanto, a sua realidade social reflete um acúmulo de injustiças históricas e seculares.

Se nos reportarmos à história do negro brasileiro, encontraremos um período em que ele era visto como um animal. Tido como ‘sem alma’ e sem direito algum, o negro fora escravizado, torturado e violentado por séculos, mas não passivamente como muitos escritos deixam subliminarmente (GUIMARÃES, 2005). Nos últimos quatro anos, algumas pesquisas científicas realizadas sobre a realidade social e identitária do negro, consideram que o preconceito de marca e seus consequentes desdobramentos, violentam e negam a dignidade de direito à população negra. Estatísticas oficiais²⁰ demonstram, também, que o negro brasileiro convive com o preconceito de marca sobre sua vida, o que dificulta sua mobilidade social, entre outros entraves.

Constatamos, assim, que a realidade do negro, na sociedade brasileira, não é das mais confortáveis. Este cidadão, que tem seus direitos garantidos juridicamente, vê essa garantia se dissipar diante de tais estatísticas, que apontam que o preconceito de marca atua e os dilui numa solução de violência e inferioridade racial, onde esses, na dimensão efetiva de suas atuações, se tornam imperceptíveis, ou quase invisíveis. Uma coisa é o direito declarado e firmado e, outra, é sua efetiva atuação (JELIN, 2006).

Este contexto, que nos conscientiza sobre a realidade vivenciada pelo negro, precisa ser levado em consideração, ao repensarmos o tema da escravização do negro e da existência de raças humanas, donde se instituiu erroneamente, a equivalência entre: negro e posição social inferior (SOUZA, 1990, p.19). Assim, o inferior racial atribuído ao negro por intermédio do “preconceito de marca” tende a impor uma posição social inferior. É pela marca (cor) que o preconceito se desdobra em discriminação e pela qual o negro é injustiçado.

Podemos entender a função dessa posição social inferior, imaginando um mapa hierárquico de andares de um edifício. Hierárquico, pois “a cultura de dominação-subordinação apresenta uma continuidade histórica significativa e muito profunda” (JELIN, 2006, p.164). Quando um indivíduo entra em um edifício pelo térreo, por exemplo, observa ao lado do elevador²¹, um mapa dos andares e do subsolo e, no mapa onde se localiza o térreo, lê-se a seguinte frase: “você está aqui”. É nessa ideia que o negro é integrado na sociedade. Não entraremos em questões sobre estratos ou classes sociais, especificamente, pois nosso objetivo é tornar o mais nítido possível a ‘localização’ do negro na sociedade brasileira.

²⁰ Vaz (2008, p.22) menciona que: “Em 1992, por exemplo, o rendimento médio dos homens negros representava 49,2% do rendimento dos brancos. Este patamar de diferença variou um pouco entre 1992 e 2007, mas até 2004 não se notou grandes avanços. É a partir de 2004 que o rendimento dos homens negros dá sinais de recuperação, alcançando 54,2% do rendimento dos homens brancos em 2007 – uma recuperação lenta demais para o tamanho do horizonte de análise”.

²¹ Esses pequenos mapas normalmente ficam afixados na parede ao lado do elevador, não apenas no térreo, mas, na maioria dos andares do edifício.

Num raciocínio análogo, mas refutando a ideia de uma sociedade possivelmente estagnada, no mapa da sociedade brasileira²², a frase no térreo “você está aqui” se altera de acordo com o indivíduo. Nesse momento, os diretos começam a serem seletivos e hierarquizados. Para o negro, devido à posição social inferior imposta, a frase muda para “aqui é seu lugar”, ou, “você deve ficar aqui”. Podemos pensar que, em alguns casos, o mapa nem sequer exista, havendo, apenas, a frase ao lado do elevador; “aqui é seu lugar”, “você deve ficar aqui”, ou, “andares acima somente para pessoal autorizado”, ou, ainda, “este elevador dá acesso aos subsolos e ao térreo”. Nesse ponto, podemos refletir sobre a questão da ascensão social, imaginando o elevador e as escadas como formas de ascensão social, diferentes, porém, entre si.

De acordo com Nogueira (1985, p. 79) “o negro ou a pessoa escura sempre luta em desvantagem. Não se devem subestimar as dificuldades que o indivíduo escuro (ou negróide) tem de enfrentar, seus sofrimentos e angústias, seus prejuízos morais e materiais”. Assim, levando em consideração a analogia que desenvolvemos e a atuação do “preconceito de marca” e seus consequentes desdobramentos, podemos considerar que, quando o negro procura ascender-se socialmente, é-lhe dado duas opções: a não ascensão (no subsolo tem gente pior), ou, as escadas²³.

Nesse entendimento, remetemo-nos a algumas frases ditas pelo senso comum; “todos têm direitos iguais” e, “a ascensão social depende do esforço de cada um”. No entanto, para nós, negros, essas frases é como se fossem ditas assim: “todos têm direitos iguais, mas, para alguns, os direitos são mais que para outros” e, “a ascensão social depende do esforço de cada um, mas, uns sobem de elevador e, outros, pelas escadas”.

1.2 O contexto discriminatório e o Negro, ser arquiteto

Considerando que o preconceito de marca e a posição social inferior imposta à população negra promovem um contexto social nocivo, nosso raciocínio, embora possa ser entendido como um exagero de tropos vem para externar o quanto é forte essa ideia, atribuída ao negro na sociedade brasileira. O preconceito de marca, embora reconhecido, tende a ser velado²⁴, desenvolvendo características singulares, como a posição social inferior. Guimarães (2002, p. 97) nos elucidar que,

²² Nossa analogia compreende: edifício: sociedade brasileira; andares: níveis sociais; apartamentos: subníveis sociais; elevador e escadas: formas diferenciadas de ascensão social.

²³ Escadas aqui figuram a ideia de obstáculos a serem enfrentados pelos negros devido à posição social inferior imposta.

²⁴ Ver Munanga (2005), Müller (2006), Jesus (2006), entre outros.

daí, entre nós, o preconceito racial tomar este aspecto de preconceito não-revelado, pois o branco em posição social superior não reconhece no negro que ele discrimina um competidor, mas um subalterno deslocado do lugar. O problema, portanto, para quem discrimina, não estaria na raça, mas na ausência de subalternidade do discriminado, deslocado de sua classe.

Essa realidade atribui ao negro uma posição subalterna que, a princípio, parece natural à sociedade brasileira. A não-revelação do preconceito ocorre porque somos uma sociedade que tem preconceito de ter preconceito. Quando muito, aceitamos que a sociedade brasileira somente tenha preconceito contra o pobre, o preconceito de classe. Raramente se admite que exista o preconceito racial²⁵ (MÜLLER, 2006, p. 48). Para Ianni (2004, p.25), “esse contexto em que o formula, cria ou engendra o mito da democracia racial, significando que a sociedade brasileira seria uma democracia racial, sem ser uma democracia política e, muito menos, uma democracia social”.

A ideia de democracia racial é atribuída à sociedade brasileira expressivamente através dos escritos de Freyre (1973). Como Ianni (2004) menciona, uma democracia racial por si só já se representa o contraditório, pois, no período da disseminação de tal suposição ideológica, não existia sequer uma democracia social. Em sua obra *Casa Grande & Senzala*, Freyre (1973) fantasia as relações raciais no Brasil, promovendo a ideia de uma convivência racial pacífica e harmoniosa. Por mais que alguns pesquisadores denotem a importância da obra de Freyre (1973), na época em que foi publicada, é fato que o autor foi responsável por visibilizar internacionalmente uma falsa imagem do Brasil, como país possuidor de democracia racial.

Através dos estudos e pesquisas realizadas por Bastide;Fernandes (1972) e Nogueira (1985), a suposta democracia racial brasileira é refutada. Seus trabalhos revelaram a existência de um racismo vívido na sociedade brasileira e, de certa forma, velado nas interações sociais; mas, real e nocivo em seus desdobramentos. Entretanto, mesmo sendo comprovada sua inexistência, a suposta democracia racial continua no imaginário social, passando de ‘constatação’ para ‘mito’. Guimarães (2002, p.168) ratifica esse pensamento:

Morta a democracia racial, ela continua viva enquanto mito, seja no sentido de falsa ideologia, seja no sentido de ideal que orienta a ação concreta dos atores sociais, seja como chave interpretativa da cultura. E enquanto mito continuará viva ainda por muito tempo como representação do que, no Brasil, são as relações entre negros e brancos, ou melhor, entre as raças sociais – as cores – que compõem a nação.

²⁵ Ver Fernandes (2007).

Nesse caso, observamos que, no contexto das relações raciais, alguns conceitos tendem a não se dissipar. Mas, o conceito raça se mostrou mutável. Quando nos deparamos com a suposta democracia racial, notamos que esta permanece vívida no imaginário social, ainda que, também, de forma versátil. Como mito, a democracia racial brasileira é, de certa forma, um meio de mascarar as desigualdades raciais, o preconceito e, também, de neutralizar reações reivindicatórias dos indivíduos estigmatizados. Busca camuflar o real sofrimento dos discriminados e injustiçados (IANNI, 2004).

Outra questão pertinente é que a suposta democracia racial, historicamente, dá “sustento ideológico e político à inexistência de “barreiras de cor” e de segregações raciais na configuração da moderna nação brasileira” (GADEA, 2009). Reconhecemos que “(...) todo mito é perigoso, por que induz o comportamento e inibe o pensamento (ALVES, 2006, p.10)”. Desse modo, o mito da democracia racial induz as pessoas a não enxergarem, ou a não quererem enxergar, no Brasil, a realidade das desigualdades raciais e a existência do preconceito de marca; e a não combatê-lo.

Este fator inibe as pessoas a ponto de elas naturalizarem o lugar do negro, como um lugar subalterno. Neste sentido, o mito se consolida e se torna categoricamente perigoso aos indivíduos, levando-os a sofrerem práticas discriminatórias, que naturalizadas, se banalizam. E, iludidas pelo mito da democracia racial, proferem o senso comum: “falar em racismo é invenção de negro complexado, que tem vergonha de suas origens” (SOUZA, 2005).

Perante essas realidades e conscientes delas, nos torna possível conceituar sobre ‘qual negro’ estamos abordando nesta dissertação. Por um período considerável, as Ciências Sociais consideraram os negros como um constructo, uma categoria científica; preocupando-se em constatar qual era o seu problema, isto é, apresentava a figura do negro como um problema social (GONÇALVES, 2004). Assim, para as CS, era necessário desvendar a questão do negro, como se ele fosse uma anomia social, um problema em si.

Na tentativa de reverter este pensamento, movimentos negros passaram a atuar nesta área e, com consideráveis avanços, pautaram as questões das desigualdades históricas contra os negros, nas agendas políticas, transformando suas reivindicações em demandas políticas. Essas atuações influenciaram nas significações do negro brasileiro como afro-brasileiro, por exemplo (GONÇALVES, 2004).

No entanto, este negro que aqui conceituamos, não levou em consideração a denotação política e científica do conceito apenas sob uma dimensão coletiva. Considerou-a, também, na dimensão individual, nos aspectos das interações entre os indivíduos.

Pautamo-nos na teoria de Velho (1981), para citar que indivíduos são seres intencionais que se desenvolvem dentro de uma dimensão de possibilidades e constroem projetos individuais. Reconhecer que os indivíduos podem fazer escolhas é o ponto de partida para falarmos em projeto, segundo o autor. O ato de poder escolher é importante, pois denota a capacidade dos indivíduos em traçarem objetivos, assim projetos individuais são condutas e conjuntos de ideias que, de certa forma, estão relacionados a outros projetos individuais e até sociais. Dessa forma, as noções de projetos individuais não excluem a existência de projetos coletivos.

Projetos individuais não são essencialmente singulares, pois necessitam fazer referência ao outro para definir sua individualidade e também sua existência. São construídos dentro de uma realidade social de possibilidades e de experiências sociais. Assim, podemos evidenciar um caráter autônomo na essência de um projeto individual, já que o mundo dos projetos é, em si, dinâmico, ou seja, os indivíduos possuidores de uma biografia podem mudar seus objetivos, seus projetos, refutando qualquer possibilidade de estagnação humana (VELHO, 1981). Nesse contexto, Follmann (2001, p.54) define que “o ser humano é um ser de projeto”, empregando o termo ‘projeto’ na dimensão identitária.

Neste estudo em questão, além dessa dimensão identitária, intencionamos tornar nítida a versatilidade do indivíduo que, de acordo com a proposição de Velho (1981), possui um projeto pessoal que, apesar das realidades externas e suas interferências, não se esvazia do conteúdo individual, autônomo. Com isso, o indivíduo, além de “ser de projeto”, também arquiteta sua atuação no contexto social, utilizando as diversas formas de interações e possibilidades, para satisfazer seus interesses individuais, contidos no projeto individual. Desta forma, dependendo do contexto situacional, ele arquitetarará, intencionalmente, modos de garantir seus interesses, ou compensar e amenizar suas perdas.

Elegemos, neste momento, o indivíduo como “ser arquiteto” e não “ser de projeto”, para denotar a dimensão executora do indivíduo. Conhecer seu caráter efetivo se torna importante para compreender nossa análise, já que o entendemos que não são indivíduos totalmente passivos, mas, sim, que influenciam e são influenciados. Neste sentido, reconhecemos que o negro é um ‘ser arquiteto’, pois, apesar das injustiças sofridas, são seres humanos.

Outra questão que passar a existir é: por que a opção pelo termo negro, ao invés de afro-descendente ou afro-brasileiro? Esta resposta está intimamente relacionada às construções sociais que, conseqüentemente, perpassam por vieses históricos. Fundamentalmente, os termos: negro e África representam reduções. O primeiro, por ser usado para se referir aos africanos, se constituiu a uma redução das diferenças tribais existentes na África (BARROS, 2009). Já o termo África é também, de certa forma, uma redução, pois sintetiza todas as diversidades étnicas, territoriais e organizacionais existentes no aludido continente.

A utilização dos termos afro-brasileiro, ou afro-descendente, parece-nos uma reprodução de uma suposta homogeneidade negra. Assim, acreditamos que a diversidade social e cultural pátria nos possibilitam utilizar o termo negro numa dimensão cujo único fator que os negros brasileiros possam ter em comum são: a cor e as experiências derivadas delas.

Neste sentido, o negro brasileiro, que vemos no atual contexto nacional, não é tão e simplesmente um afro-descendente, que se constituiu a partir de sua ancestralidade africana. Nem mesmo um afro-brasileiro (crioulo)²⁶, cuja identidade se dá no escopo de demandas políticas, ou em uma categoria científica de análise. Se assim fosse, estaríamos o restringindo novamente a uma única origem. A utilização de termos como afro-descendente e afro-brasileiro se referem a um pertencimento africano, a uma ideologia de africanidade²⁷.

A ideia de um pertencimento comum, de certa forma, remonta à intenção europeia quando denominou o continente africano. A ideologia de africanidade denota uma dimensão coletiva da população negra. Em seu contexto, seria apropriado utilizarmos os termos afro-descendente, ou afro-brasileiro, porém, essa noção coletiva tende a unificá-los, simplificando a população negra brasileira. Neste sentido, asseveramos que nossa visão de ‘negro, ser arquiteto’ prioriza a dimensão individual do negro brasileiro. Para tanto, empregamos seu aspecto identitário às “múltiplas noções de negritudes²⁸”.

Nessa pesquisa, o conceito do termo negro traz como pressuposto que este é um ser arquiteto, pois, além de projetar seus interesses individuais, tem de lidar com a marca e com a posição social inferior lhes impostas, necessitando arquitetar continuamente, construir e reconstruir estratégias de evasão, de esquivas e de embates.

²⁶ No período escravocrata brasileiro, a nacionalidade do negro escravizado era definida como africano ou crioulo; para os negros nascidos no Brasil (GUIMARÃES, 2002a). *Itálico nosso.*

²⁷ Ideologia aqui não no sentido pejorativo, mas como um conjunto de ideias que se referem a uma busca por uma identidade comum baseadas na noção de africanidades, conforme Gadea (2009).

²⁸ “Múltiplas noções de negritudes” se refere à ideia de identidades específicas dos negros. Identidades polítoculturais, construídas sob a base de “ser negro”. “As Múltiplas Noções Negritudes” aqui se referem também à existência de identidades negras que tenham apenas em comum a base de “ser negro” e as experiências derivadas delas. Assim, a negritude como identidades podem ser várias, por isso, utilizaremos o termo “múltiplas noções de negritudes” para denotar a diversidade identitária individual do ser humano nesse caso negro. É nesta base de “ser negro” e das experiências derivadas dela, que se encontra o embrião de uma identidade coletiva.

1.3 Uma experiência que confirma a existência do preconceito de posição social inferior

No dia 02 de janeiro de 2010, por ser negro, provei do amargo gosto da “posição social inferior”. Senti a violenta atuação do “preconceito de marca” em uma loja de uma famosa rede de supermercados da cidade de Cuiabá/MT. Juntamente com minha família (esposa, filhos e cunhada) fui ao supermercado, no período matutino, com o intuito de tomarmos o café da manhã. Comemos e bebemos na cantina do supermercado. Do nosso consumo, restou uma caixa de suco, quase pela metade e compramos outras mercadorias. Enquanto uma parte de minha família ficou na fila do caixa para pagar os outros produtos, sai acompanhado de minha cunhada com o carrinho de compras com apenas a caixa de suco aberta. Minha cunhada passou em frente a dois seguranças do mercado, mas, nenhum a abordou. Quando eu peguei o suco, poucos minutos depois, um daqueles seguranças que viu minha cunhada passar com o suco no carrinho me perguntou se eu havia pago pelo suco. Respondi que sim, e que o adquiri na lanchonete. Desconfiado, o segurança foi para o interior da loja. Já fora do supermercado e sentado em um banco, percebi que, a certa distância, tinha um funcionário do supermercado me observando. Comentei com minha cunhada os efeitos do preconceito e que, possivelmente, o segurança estivesse desconfiando de minha idoneidade. Ela duvidou e me disse que era impossível eles desconfiarem de um homem com a filha no colo e bem vestido. Quando começamos a andar pelo pátio, notamos que o funcionário, que antes me observava a certa distância, moderadamente ia se aproximando e, aonde íamos, ele nos seguia. Quando minha esposa saiu do supermercado, fomos em direção ao carro. O funcionário que me observava, ao perceber que eu iria embora, entrou rapidamente na loja. Ao chegarmos ao carro, vimos os seguranças saindo correndo do supermercado e em, voz alta disse: “o senhor não pagou pelo suco!”, minha esposa se irritou e diz que havíamos pago, sim. Voltamos ao interior do supermercado, junto com os seguranças que me acusaram do furto. Anunciei que estava com a nota fiscal. Mas, pelo desacato, exigi a presença do gerente. Os seguranças e funcionários envolvidos hesitaram em chamá-lo. Mas, devido minha insistência, o gerente apareceu, acompanhado de mais dois seguranças. Apresentei a nota fiscal do suco, ele conferiu e confirmou o pagamento. Nesse momento, exigi um pedido de desculpas. Entretanto, o gerente me ignorou e saiu dizendo que “foi um equívoco e que isso acontece”. O desconforto foi tão grande que nos retiramos do supermercado, após tamanha humilhação. Logo em seguida, procurei uma delegacia para registrar um boletim de ocorrência (B.O.). No momento do registro, falamos que queríamos uma acusação de furto e de discriminação racial. A policial civil tentou me convencer que o correto é só registrar a acusação de furto e que isso que ocorrera não fora racismo. Depois de muita insistência de minha parte, ela resolve registrar. Com o B.O. nas mãos, procurei um advogado que deu entrada a um processo judiciário, a fim de tomar as medidas legais cabíveis.²⁹

Considerando o depoimento, confirmamos a existência do “preconceito de marca”, que se desdobra e ratifica no discurso de Guimarães (2005), ao afirmar que há a existência de uma suspeição sobre o negro, ou seja, o negro sempre é visto como suspeito e propenso a cometer atos ilícitos.³⁰

²⁹ No relato apresentado nesse sub-tópico foi utilizada a primeira pessoa do singular e colamos o texto com recuo de linha e em itálico já que se trata de uma experiência individual vivida pelo pesquisador.

³⁰ (Um dado importante: minha esposa e cunhada são brancas. Isto explica o porquê de minha cunhada não ter sido abordada sobre a possibilidade de ela estar furtando o suco. Apenas quando o suco estava em minha mão, a abordagem aconteceu. Outro fator relevante: o segurança, o funcionário e o gerente eram brancos). Outro fato que não posso deixar de observar é a dificuldade que tive para registrar um Boletim de Ocorrência (BO) sobre discriminação racial. É interessante observar que a policial civil que me atendeu na Delegacia era negra e, só após eu lhe falar de minha formação acadêmica e sobre esta pesquisa foi que ela resolveu registrar o BO. Podemos imaginar quantos BO's sobre discriminação racial não são registrados, já que aquela policial negra demonstrou aversão ao registro de crime de racismo. O próprio advogado que aceitou meu caso, relatou que muitas pessoas sofrem discriminação racial, mas hesitam em registrar e buscar medidas legais cabíveis a fim de, supostamente, amenizar as humilhações sofridas.

O Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos determina que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Excepcionalmente, esse artigo não é respeitado. A existência de uma lei não garante sua aplicação efetiva.³¹ Estatísticas nacionais comprovam que a população negra brasileira ocupa, em sua maioria, cargos profissionais sem grande expressão e recebem os salários mais baixos, comparado à população branca brasileira. Mesmo mediante legislações que proclamem os direitos dos cidadãos negros, as estatísticas explicitam que os direitos fundamentais são violados.

Dallari (2000, p. 23) elucida que um dos motivos para essa realidade exista é que “a igualdade de direitos e de oportunidades foi completamente esquecida, usando-se o sofisma de que a desigualdade é justa se todos forem livres”. No depoimento, percebemos que a liberdade de ir e vir foi interrompida no momento em que houve a abordagem no estacionamento do supermercado, seguida de acusação. É indispensável nos perguntarmos: por que ele não pediu a nota fiscal antes de acusar? A resposta, considerando-se a forma da abordagem, foi devida a suspeição decorrente do preconceito de marca. Naquele momento, o segurança demonstrou certeza da culpa do acusado.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos também determina em seu Artigo XI:

Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

Pelo depoimento, verificamos que, no estacionamento do supermercado, o implicado foi julgado culpado perante vários consumidores do local.³² O biótipo do incriminado possivelmente levou o segurança e funcionário do supermercado a deduzirem que o cliente fosse um “morador do térreo³³” e, tal suspeição, pressupõe preconceito.

³¹ Dallari (2000), Genevois (2000), Jelin (2006), Rosário e Dorneles (2000), entre outros autores concordam que há uma disparidade entre a existência da Lei e sua plena aplicabilidade.

³² Para o pesquisador/depoente, nem mesmo um processo judicial não reparará ou o fará esquecer a humilhação sofrida. Cursar colégio público, universidade pública no interior mato-grossense e estar cursando um mestrado, praticamente sem recursos financeiros, já podem evidenciar que a “escada” trilhada lhe é íngreme. Na analogia apresentada anteriormente, para ilustrar a posição social inferior imposta ao negro, podemos afirmar que encontramos elementos muito próximos a nossa realidade.

³³ Termos retirados da analogia que construímos para explicar anteriormente a posição social inferior imposta ao indivíduo negro.

Episódios como esse nos asseveram que o preconceito racial é o marco que suscita e agrega outros tipos de preconceitos, possibilitando a suspeição e a condenação exacerbada. O indivíduo que revela conscientemente seu preconceito de marca, o traz de forma cumulativa e impregnada de estereótipos, sem compreensão de que ser um “morador do térreo” não significa ser um delituoso.

Após mais de meio século de idade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos norteia as ações em prol dos direitos humanos. O cerne dos DH é reconhecer e respeitar a dignidade humana (ROSÁRIO;DORNELES, 2000). Todas as pessoas são essencialmente iguais em dignidade. A questão é buscar diminuir, ou eliminar, essa distância existente entre direito proclamado e direito efetivado. Essa digressão, ou esse desvio da verdade, aponta que, na história dos DH, a luta pelos direitos e reconhecimentos da população negra, se tornou um instrumento político. Direitos são proclamados, políticas públicas criadas, no entanto, no campo social, eles inexistem.

Como asseguram Rosário e Dorneles (2000, p. 82), “vivemos em um país de direitos virtuais. O caráter simbólico de nossa legislação de garantia de direitos é perceptível na distância entre intenção e gesto”. Todavia, a principal arma da digressão é o fato de ela ser ponderada e camuflável. Ponderada, porque age sutilmente e, quando percebida, é camuflada sob argumentos falaciosos. No caso das políticas públicas, a digressão muitas vezes é ocultada nos contextos: “a política ainda está em ajustes”, ou, “é uma política de médio e longo prazos”. De tal modo, ela se tornou uma instrumento versátil da política pró-detentores do capital, pró-supra-favorecidos.

Sem a intenção de promover ajuizamentos sobre o uso ou não de digressão, procuramos analisar esses motes apoiados em Dallari (2000), que nos aponta que o direito à liberdade e igualdade para todos pode ser reinterpretado como uma questão de posição: se nascemos entre dominadores, tendemos a dominar. Gestos não se justificam apenas com um pedido de desculpas, o que vale mais para a vida de um ser humano é a garantia do direito de viver de modo digno, do que ser proclamado rei e viver escravizado.

Com isso, consideramos que o preconceito de marca e a posição social inferior imposta à população negra, têm na digressão um grande aliado para garantir suas existências. Trata-se de uma realidade reconhecida (provavelmente não com essa denominação), desde o meio científico, até o senso comum, contudo criar políticas e proclamar direitos livres da digressão é um grande desafio.

Acreditamos que, se as políticas de combate à digressão e a outras formas de preconceito tivessem em sua essência os fundamentos dos DH e os usasse como lentes corretoras, instituiriam meios de garantir a dignidade dos injustiçados, discriminados e desrespeitados. Olhar para a situação social do negro brasileiro atual, tendo essa lente corretora, é enxergar o quanto ainda muitos têm sido desumanizados.

Esse questionamento não se distancia de nossa proposta dissertativa, apenas aponta a existência de uma identidade negra coletiva, que propõe a ideologia de africanidade. No período da escravização de africanos nas Américas, estes eram tratados de forma desumana, mesmo que suas atividades desenvolvidas revelassem sua humanidade. Com o decorrer dos séculos, o negro ainda tem sua humanidade muitas vezes negada.

CAPÍTULO II

2 IDENTIDADE

Ao abordar as questões que norteiam a discussão identitária sobre os negros brasileiros, como se caracteriza o processo de construção dessa identidade negra e quais as noções que a evidenciam, observamos significativas produções literárias a este respeito e, embora complexas, as entendemos como passíveis à críticas. No discurso de Gomes (2005), o sociólogo Munanga define a identidade como sendo uma realidade comum nas sociedades humanas, funcionando como uma proteção cultural. Para ele, trata-se de uma construção de autodefinição e da definição dos outros – identidade atribuída.

No entanto, para Novaes (1993), a identidade vai além da dimensão cultural e envolve outros níveis como o sociopolítico e histórico em cada sociedade. Assim, podemos reconhecer que a identidade pode ser considerada sob as dimensões individual e coletiva, caracterizando-se em uma construção. Neste sentido, apontaremos ambas as noções de identidades, por conferir ser incoerente outra forma de explanação, que não a que tivesse a identidade como sendo um processo de construção, que possui tais dimensões.

Segundo Castells (2000, p. 22), o significado e o conhecimento de um povo originam-se de sua identidade, pois ela é uma “construção de significado com base em um atributo cultural”. O autor reconhece que essa construção social é marcada pelas relações de poder que, para serem consideradas assim, têm que ser hierárquicas e desiguais. A partir dessas noções, ele define uma tríade identitária: a identidade legitimadora, a de resistência e da identidade-projeto, sendo que a primeira é formada por instituições dominantes, que visam à manutenção do *status quo*. A de resistência é elaborada por pessoas que são desvalorizadas e estereotipadas, e que buscam reivindicações para sobreviver diante da opressão das instituições dominantes. E, por fim, a identidade-projeto, resulta em construções de novas identidades, que são consequências das reivindicações.

Contudo, apesar de ser uma tríade, o autor nos deixa claro que nenhuma delas pode constituir-se uma essência, havendo, portanto, uma dinâmica entre elas. Assim, uma é decorrente da outra, ou seja, uma identidade que surge em meio à resistência, pode, à frente, se constituir numa identidade-projeto e até caracterizar uma identidade dominante. Desta forma, sua noção de identidade tende a uma noção identitária coletiva.

Outra interpretação sobre identidade, produzida por Hall (2000), nos possibilita um olhar mais contemporâneo sobre o assunto. O autor reconhece que, para as Ciências Sociais, o termo identidade é pouco desenvolvido e compreendido, devido sua significativa complexidade. Assim, passa a fazer críticas severas sobre seu uso, que condena “a idéia (sic) de uma identidade integral, originária e unificada” (HALL, 2000, p.103). A crítica antiessencialista, feita ao conceito de identidade, coloca o conceito “sob rasura”, ou seja,

o sinal de “rasura” (X) indica que eles não servem mais – não são mais “bons para pensar” – em sua forma original, não-reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, (...) (HALL, 2000, p. 104).

Apesar de tal crítica, a adotaremos, porém sob uma perspectiva conceitual diferente da originada em Hall, pois, confiamos em uma identidade antiessencialista, não se reduz a identidades estanques, prontas e padronizadas. Outra questão inerente ao conceito de identidade é o seu uso político que, para Novaes (1993), segue uma perspectiva coletiva com ênfase política, quando essa se caracteriza como uma ferramenta de legitimação do grupo que a reivindica. Esse uso tende a essencializar a noção de identidade, a serviço de objetivos coletivos e com o escopo de gerar demandas políticas.

Partindo do conceito de identidade fragmentada de Hall (2005), a apresentaremos de forma contextualizada, para denotarmos nitidez em nosso diálogo teórico. O autor assevera que há uma historicidade inerente à identidade e reconhece que esta é construída num contexto onde há várias especificidades de lugares, denotando o caráter plural da identidade. Assim,

(...) elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma identidade em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteira, sem diferenciação interna (HALL, 2000, p. 109).

Podemos perceber que essas modalidades específicas, onde as identidades se desenvolvem, são imersas por relações de poder. A identidade, nessa concepção, não se origina em uma única fonte, mas é fruto de um complexo jogo de especificidades de poderes. Hall (2005, p.10-12) apresenta três concepções de identidades: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. Na identidade do sujeito do Iluminismo, o indivíduo é consciente e de ação, centrado, unificado, outorgado de razão, tendo uma visão extremamente individualista. Na noção de sujeito sociológico, há uma noção interativa da identidade e do eu, pois o indivíduo é reconhecido como autônomo e autossuficiente, no entanto, é através da interação com o outro, que a identidade é construída. Assim, é a identidade que costura o indivíduo à estrutura, embora ele ainda possua um núcleo, ou essência interior. Na identidade do sujeito pós-moderno, o indivíduo não tem uma identidade “fixa, essencial ou permanente”. Há, no interior do indivíduo, identidades diferentes e contraditórias, num constante deslocamento identitário.

Neste sentido, o autor nos deixa claro que essas noções são simplificações, e somente no desdobramento de cada noção é que elas se caracterizam mais complexas. Contudo, a partir dessas definições, podemos perceber como é um equívoco essencializar identidades, porque mesmo a identidade individual poderá se caracterizar em múltiplas noções identitárias, pois, uma identidade plenamente unificada é uma fantasia. Assim, a ideia de identidades fragmentadas torna-se coerente diante das realidades pertinentes à sociedade contemporânea.

Segundo Hall (2005, p.13), somente na sociedade contemporânea é que a identidade torna-se uma celebração móvel, devido às mudanças consideráveis, pois, a identidade do indivíduo que antes se pensava unificada, hoje, está se fragmentando em várias identidades. Até o processo de identificação se tornou, “provisório, variável e problemático”.

Dessa forma, devido ao uso da identidade por um longo período se referindo a algo, único, estável e acabado, poderíamos substituí-lo pelo termo “identificação”, que transmite a noção de processo contínuo. O caráter provisório e condicional da identificação a define como “um processo de articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção” (HALL, 2000, p.106).

Relacionada e alojada na contingência e a uma mutação condicional, a identificação demonstra-se, de certa forma, uma noção mais coerente à fragmentação identitária na atualidade. Sendo a fragmentação das identidades, conceituada por Hall (2005), intimamente relacionada ao deslocamento do indivíduo de uma antes identidade estável, para agora, fragmentações identitárias, isso o torna com uma entidade não fixa. Com isso, é compreensível a interpretação de que a identidade do indivíduo, diante das mudanças sociais, está se desencaixando das realidades unificadas e entrando em colapso, por causa da realidade das múltiplas existências identitárias individual e social.

Guiddens (2002) explicita que a valorização do indivíduo pelas sociedades contemporâneas nos faz compreender as identidades individuais com certa autenticidade, com um núcleo definido. Essa autoidentidade, com seu *self* (eu) autêntico, relaciona-se intrinsecamente com sua própria narrativa, que se refere à continuidade consciente de sua autobiografia. Assim, a autoidentidade é inerente a uma autoconsciência de sua autobiografia, que se relaciona em uma autorreflexividade, desenvolvendo uma dimensão social na individual.

Para o autor, nas sociedades contemporâneas, o “eu” sofre consideradas mudanças nas atividades cotidianas, repletas de escolhas a serem tomadas. Nessa realidade, o indivíduo é confrontado diariamente por uma complexa multiplicidade de escolhas, ou de poucas opções, que devem ser selecionadas. As consequências dessas escolhas resultam em um estilo de vida, que marca a condição das sociedades contemporâneas, que temos que seguir. Não como uma simples noção, reduzido a um consumismo superficial, essa mudança de estilos é um exemplo de reflexividade.

(...) não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade (GIDDENS, 2002, p.79).

Neste sentido, a realidade contemporânea envolve os sistemas sociais numa constante reflexividade, onde o indivíduo não é visto como um pleno constructo passivo ao social, mas, ativo, numa relação recíproca entre individual e social. Nessa interpretação giddensiana sobre identidade, a reflexividade da autoidentidade se constitui numa reconhecida historicidade inerente à autobiografia e outorga ao indivíduo uma historicidade própria.³⁴

³⁴ Follman (2001, p. 49) partilha da mesma noção: “Para nós, a identidade não existe a não ser na forma de manifestação da capacidade autônoma dos indivíduos e grupos na construção de sua história”.

Dessa forma, a autoidentidade é ação reflexiva compreendida, perpassando pela própria biografia, ou seja, Giddens (2002) reconhece e define uma identidade individual que possui um resíduo único e não se constitui meramente um constructo da influência externa social. Assim o “eu” se caracteriza reflexivo, legitima o indivíduo a ser proprietário de um “projeto reflexivo”, que planeja, organiza e reorganiza a vida individual e, de certa forma, a vida social.

Diante do exposto, podemos compreender que Castells (2000), Hall (2005) e Giddens (2002) acordam em algumas noções, como a construção social das identidades, o reconhecimento do contexto para tal construção e as influências das sociedades contemporâneas na transformação em múltiplas noções identitárias. As interpretações identitárias desses autores evidenciam o grande desafio que temos diante das acumulações complexas das interações sociais. A realidade identitária não apenas se divide numa dualidade política e pessoal, ou coletiva e individual, mas, se desdobra em múltiplas noções identitárias que compreendem a realidade social vigente.

Follman (2001, p. 59) sintetiza muito bem essa realidade identitária vigente quando afirma que: “(...) a identidade é uma constante “costura” que se faz no seio da interação”. “Costura”, aqui, não mais utilizada para costurar o indivíduo à estrutura, como apontado por Hall (2005), mas, para resignificar os conjuntos de processos resultantes da interação entre os indivíduos. A realidade social vigente, a historicidade individual e coletiva, as dimensões políticas e dialógicas possibilitam a interpretação de uma suposta noção de identidade que, além da multiplicidade constatada, desdobram-se em redes e coalizões identitárias³⁵, que não essencializam a dimensão coletiva, nem refutam a dimensão individual da identidade.

A suposição da existência de múltiplas noções de negritudes é, de algum modo, integrante do novo caminho, ou, um diferente caminhar teórico, que leva nossa compreensão a pensar nas questões identitárias. As múltiplas noções identitárias podem ser consideradas como micro diante das redes e coalizões identitárias, as quais existem coerentemente devido à complexidade das interações sociais da sociedade contemporânea. Supomos que a multiplicidade referente à identidade humana não se reduz apenas ao âmbito coletivo, mas, integra o coletivo e o individual, denotando-a, o que impossibilita, assim, a existência de uma identidade essencialmente singular.

³⁵ Em ensaios e coalizões identitárias, sob um pressuposto de ser humano como ser arquiteto (e também político), as identidades encontram formas de compartilhar experiências e habilidades, galgando seus objetivos, numa dinâmica criativa e versátil. Isso, levando-se em consideração as tecnologias do século XXI e os novos tipos de interações sociais.

No macro, as redes revelam e ratificam a diversidade humana em sua complexidade. Diante de possíveis distinções entre redes de identidades políticas e redes de identidades sociais, pressupomos o ser humano como “ser arquiteto”. Reconhecemos que o político e social estão presentes no âmbito individual e social, ou seja, socialmente os seres humanos, em sua maioria, convivem politicamente e, como afirma Freire (1987), todo indivíduo é um ser político.³⁶

2.1 Interações sociais

Diante do exposto, julgamos ter avistado algumas realidades pertinentes ao contexto social do qual os negros fazem parte. Ao observarmos a identidade individual fragmentada, sob o conceito giddensiano de autoidentidade, tendemos a corroborar com a definição de sociedade de Simmel (1983, p. 166), que a explicita como sendo uma unidade que se refere às interações entre indivíduos, e que pode ser dividida entre seu conteúdo e sua forma:

Tudo que está presente nos indivíduos (que são dados concretos e imediatos de qualquer realidade histórica) sob forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento – tudo que está presente neles de maneira a engendrar ou mediar influências, designo como conteúdo, como matéria, por assim dizer, da sociação.

Para o autor, os conteúdos, em si mesmos, não são sociais, são apenas matérias da “sociação”. Desse modo, observa, ainda, que as formas são sociais e que

(...) a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas.

Essa forma se materializa através dos interesses e da satisfação dos indivíduos, nas interações. E, é por meio delas que fazemos os “conteúdos³⁷”, que possuem certo sentido em nossa vida, mas, são apenas os conteúdos significativos que se constituem em sociações.

³⁶ As noções de redes e coalizões identitárias são temáticas complexas. Portanto, pretendemos desenvolvê-las num trabalho de pesquisa posterior, quem sabe em um doutorado. Nesse momento, cuidaremos de compreender apenas a possibilidade de múltiplas noções de negritudes, sobre o pressuposto “negro, ser arquiteto”.

³⁷ Para Simmel (1983, p.167), certos conteúdos tornam-se autônomos, perdem a dependência da fonte original de suas existências, são livres “em si mesmos e por si mesmos, produzem ou fazem uso de materiais que servem exclusivamente ao seu próprio funcionamento ou realização”. Um dos exemplos que ele cita é a Arte.

Nesse raciocínio, sendo a sociedade uma unidade que deriva das interações dos indivíduos, o produto da socialização é a sociedade, pois, é por necessidades e interesses que os indivíduos buscam interações e constituem unidades, numa espécie de jogo social.

Assim, o pensamento de Simmel (1983), de forma sucinta, nos aponta que, se a sociedade é o resultado de socializações e toda interação entre os indivíduos é uma socialização, podemos dizer que o indivíduo ocupa um lugar fundamental na sociedade, pois são seus interesses e satisfações que constituem interações e unidades sociais. Também reconhecemos que, sem indivíduos, não há sociedade e, sem sociedade (interações), não há indivíduos. Desta forma, podemos afirmar que o indivíduo é um ser intencional, pois, se não fosse, sua intenção, movida por interesses individuais em busca por satisfação, não haveria socialização e nem unidades sociais. Não refutamos as influências sociais que os indivíduos recebem, no entanto, exemplificamos que são os indivíduos que dão sentido, formas e conteúdos à vida.

Partilhamos dessa noção por percebermos que a sociedade não é só complexa, devido seus aspectos coletivos, mas, também, pelos aspectos individuais que a constitui. Não queremos entrar na questão: de quem é o xadrez³⁸, as peças ou tabuleiro, porém pelos escritos de Simmel³⁹, compreendemos que não desprezaremos as peças nem o tabuleiro, mas, buscaremos compreender as interações que se dão entre as peças que, numa relação mútua de atribuição de sentido com o tabuleiro, resultam no xadrez.⁴⁰

Essa interpretação de Simmel (2005 [1903]) é consideravelmente coerente com a sociedade atual, pois explica que a própria sociedade leva ao surgimento do indivíduo e, também, nos esclarece o pensamento de que: sociedade dissociada da ideia de indivíduo é um equívoco. O indivíduo é correspondente ao outro e, é nessa correspondência e nas interações, que se constitui a sociedade, ele é a integral na mesma medida que a sociedade o tem. Assim, a multiplicidade de vínculos e relações é a própria precondição objetiva para o aparecimento da noção de indivíduo. Neste pensamento, Souza (1998, p. 11) assevera que, o indivíduo pode possuir uma identidade própria apartada do social.

³⁸ Xadrez é um jogo de tabuleiro de natureza recreativa e competitiva para dois jogadores ou mais, sendo também conhecido como Xadrez Ocidental ou Xadrez Internacional para distingui-lo dos seus predecessores e de outras variantes da atualidade. A partida de xadrez é disputada em um tabuleiro de casas claras e escuras, sendo que, no início, cada enxadrista controla dezesseis peças com diferentes formatos e características. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Xadrez>>. Acesso em 05 jan 2011.

³⁹ Simmel (1977, 1983, 1998, 2006 e 2009).

⁴⁰ Nessa analogia, definimos como peças os indivíduos, como tabuleiro a sociedade e como xadrez o conceito de sociedade em seu construto teórico-abstrato. Vale ressaltar que nessa interpretação tanto o indivíduo quanto a sociedade são importantes, não havendo sobreposição uma a outra.

Ainda apoiados nas teorias de Simmel, quanto à possibilidade de uma suposta identidade individual separada do social, observamos o processo da “diferenciação” e da “individualização”. As interações entre os indivíduos dão origem a grupos e círculos sociais, os quais vêm aumentando expressivamente nas atuais sociedades,⁴¹ pois os indivíduos tendem a participar de diferentes espaços (família, esporte, religião, movimentos sociais, universidade, entre outros). Porém, cada vez mais, sentem a necessidade, ou são levados, a se especificar de acordo com cada grupo que participa, havendo, assim, uma fragmentação do indivíduo, visto que ele participa de inúmeros círculos sociais diferentes, ao mesmo tempo. Então, a indiferença é a ferramenta usada por ele, para conseguir assimilar sua pertença a tantos círculos sociais.

Essa heterogeneidade de círculos sociais de pertença, que promove sua diferenciação entre os grupos sociais e sua existência quantitativa, o fragmenta cada vez mais. Assim, Simmel (2005, p.587) explica que

onde o aumento *quantitativo de significação* e energia se aproxima de seus limites, o homem agarra-se à *particularização qualitativa*, a fim de, por meio do excitação da sensibilidade de distinção, ganhar de algum modo para si a consciência do círculo social. (...) para muitas naturezas definitivamente o único meio de resguardar para si, mediante o desvio pela consciência dos outros, alguma auto-estima e preencher um lugar na consciência. (grifos do autor).

Com isso, o aumento quantitativo de significado leva o indivíduo a desenvolver sua individualidade, ou individualização, que é a necessidade de desenvolver uma identidade individual, própria e externa ao social.⁴²

Deste modo, embasados teoricamente e sustentados por algumas inferências empíricas, abordarmos o tema sobre as múltiplas noções de negritudes, retomamos ao pressuposto “negro ser arquiteto”,⁴³ para reportar às discussões identitárias apresentadas anteriormente.

Reconhecendo o contexto social moderno e suas implicações, o negro, como indivíduo, enfrenta a complexidade das relações sociais, ao integrar o cenário nacional e confrontar-se com a realidade de fazer parte de inúmeros círculos sociais (SIMMEL, 2006). Sua mobilidade entre esses grupos, a respeito da entrada, da permanência e da saída nesses círculos sociais, se vê diante de uma pluralidade de escolhas (GIDDENS, 1991).

⁴¹ Simmel (2005 [1903]) desenvolve a noção de diferenciação e individualização, tendo como contexto as grandes cidades. Já naquele período (1903), percebeu que, cada vez mais, o indivíduo participava de diferentes círculos sociais.

⁴² Propomos que a noção de diferenciação e individualização seja vista com processo. Ressaltamos que a definição apresentada aqui não condiz plenamente com a complexidade de detalhes que Simmel (1977) a desenvolve. Assim, esclarecemos que a apresentamos aqui para deixar nítida nossa trajetória teórica pretendida.

⁴³ Folman (2001) utiliza em seu texto o termo “Identidade”, como conceito sociológico, sob o pressuposto: “o ser humano é um ser de projeto”. Assim, para desenvolver nossa proposta dissertativa, reconhecemos que a utilização do pressuposto: “negro ser arquiteto” nos possibilitará construir proposições mais consistentes e coerentes.

Devido à intensa diferenciação desses grupos, há individualidades constituídas por esses negros, que lhes proporcionam a construção de uma identidade individual externa ao mundo dos círculos sociais. Tendo em vista essa realidade, reconhecida como fator importante, a atuação do preconceito de marca e a questão identitária dos negros, podemos presumir que, se enquadrarmos os negros em uma única identidade, suprimiríamos essa realidade latente. Com isso, o processo de diferenciação e individualização de Simmel (1971) poderá ser utilizado para compreendermos as realidades pertinentes a interações sociais existentes na sociedade brasileira contemporânea relacionada ao contexto identitário dos negros seres arquitetados.

2.2 Africanidades – Ideologia de africanidade

Para definir nosso conceito sobre africanidade, nos apoiamos nos autores Gonçalves e Silva (2005), que a elucidam ao se referirem à cultura brasileira advinda da África e pertencente à origem étnica do indivíduo. Dessa forma, cada elemento que represente as africanidade está impregnado de significados que revelam atitudes supostamente africanas, desenvolvidas em nosso país. As africanidades são vistas por alguns estudiosos, presumidamente, como uma hábil ferramenta de combate ao preconceito e como propulsora de um suposto resgate de uma identidade cultural negra (CUNHA, 2002).

Nesse raciocínio, africanidade pode ser compreendida como as especificidades culturais e históricas expressas por intermédio das representações culturais de origem africana e por atuações discursivas e políticas, que compreendam a pertença coletiva de um grupo, especificamente dos negros brasileiros. Assim, denominaremos esse conjunto de ideias como “ideologia de africanidade”, também reconhecida por alguns autores como um direito da população negra brasileira em conhecer, aprender e valorizar sua identidade étnico-histórico-cultural. Essa valorização não deve ser tida como importante só para os negros, mas, para toda população nacional (GONÇALVES e SILVA, 2005, p.157). A partir dessa ciência, é que surgem as reivindicações em formato de resoluções e lei, como as Leis Federais 10.0345 e 10.639, que consolidaram politicamente a ideologia de africanidade.

Defendendo essa ideologia, encontramos diversos autores, dentre eles Gonçalves e Silva (2005), Munanga (2003) e Souza (1990) que, como protagonistas na construção de uma identidade negra e que, por intermédio dela, apontam possibilidades de os negros conseguirem construir identidades negras pró-ativas. Assim “tornar-se negro” está intrinsecamente subordinado à ideologia de africanidade. Neste contexto, essa ideologia tende a restringir a identidade negra sob uma dimensão coletiva, de caráter político e militante.

Sem a intenção de tecer críticas ou desqualificar tal ideologia, buscamos destacar as especificidades que consideramos mais relevantes, enumerado-as: i) propõe um retorno ao passado; o resgate de uma história africanizada; ii) visa a construção de uma identidade negra coletiva e coesa, se constituindo supostamente uma identidade mais fixa; e iii) com o seu discurso identitário e reivindicatório, se constitui em um componente político, atrelado às reivindicações políticas, que visam se consumir em políticas públicas.

Nesse sentido, a identidade coletiva evocada pela ideologia de africanidade é de cunho político, como fundamento ético. O buscar de uma africanidade do passado remete à ideia de resgatar uma história, uma memória (GADEA, 2009). Acreditamos que essa busca ao passado se refira mais à (re)construção de uma história comum do que a uma memória coletiva. Isso porque para Halbwachs (2004), a memória coletiva não pode ser vista como singular, já que é construída e contribui para a construção de memórias individuais. A memória coletiva possui uma característica de continuidade, pois está relacionada ao tempo e espaço e, de certa forma, está restringir dentro desses elementos.

Para Halbwachs (2004, p. 84), a história “é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens” e encontra-se ajustada no resumo de importantes acontecimentos de uma população. Ela se apóia nas diferenças, ou seja, é nas peculiaridades dos acontecimentos que considera importante, que forma um quadro esquemático cronológico, no entanto, incompleto, pois não contempla todo o passado.

Neste sentido, para o autor, a memória coletiva é mais completa que a história, pois está plenamente relacionada com o espaço e tempo vividos, contudo limitada dentro dele. Já a história, pode-se compará-la a um dispositivo de armazenamento de dados (disco rígido, por exemplo), onde os acontecimentos são armazenados em diretórios e pastas e arquivados cronologicamente. É no limite da memória coletiva que a história inicia. Por isso, para um acontecimento se tornar história, há a necessidade de se passar certo período para que ele comece a se desintegrar na memória social e seja, então, viável seu registro histórico.

Baseados nos escritos de Halbwachs (2004, p. 84), supomos que a “ideologia de africanidade” propõe a busca por uma história coletiva, que tem como uma de suas peculiaridades, o fato de ela selecionar, classificar e comparar de acordo com a necessidade ou regras. Essas características possibilitam a construção de uma história não idônea à realidade ocorrida no passado. A possibilidade de organizar os acontecimentos, classificando-os de acordo com necessidades e interesses pode colocar entre parênteses a fidedignidade da história construída, já que pode estar a serviço dos interesses de quem a formulou. Nesse raciocínio, podemos afirmar que a história, como reduto identitário, é passiva a subversões externas.

Dessa forma, a ideologia de africanidade teria seu nexos identitário consolidado em uma busca por uma história coletiva, onde seu campo de atuação se desdobra num espaço perceptivelmente político. Esses objetivos pontuais que supomos pertencer à ideologia de africanidade acabam ofuscando a possibilidade de construção de identidades negras individuais – múltiplas noções de negritudes.

2.3 Teoria do Reconhecimento e a Identidade Negra

Em nossas incursões teóricas durante esses estudos, descortinou-nos a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003)⁴⁴, cuja constituição contribuiu para o nosso pensamento científico acerca da identidade negra. Sua teoria se baseia nos escritos de Mead e Hegel e trazem elementos que corroboram com a realidade contemporânea.

Honneth (2003), apesar de muitas de suas lutas e mobilizações sociais destinarem suas energias com ênfase em resultados, numa visão utilitarista, acredita que a essência de uma resistência não é definitivamente os interesses práticos, mais sim a experiência moral do desrespeito. Sobre o termo reconhecimento, Honneth (2003, p. 136) profere que

se o sujeito, pelo fato de aprender a assumir as normas sociais de ação do “outro generalizado”, deve alcançar a identidade de um membro socialmente aceito de sua coletividade, então tem todo o sentido empregar para essa relação intersubjetiva o conceito de “reconhecimento”.

⁴⁴ Axel Honneth é pensador da terceira geração da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Assistente de Habermas, como ele, seus trabalhos têm uma constante consistência teórica.

O reconhecimento, nesse raciocínio, apresenta-se hodierno nas interações sociais. Focando a Teoria do Reconhecimento, não apenas na coletividade, mas, também, na individualidade humana, Honneth (2003) evidencia o nexos que parecia inexistente entre movimento social e experiência moral de desrespeito. Para ele, esse nexos sempre existiu, mas, os comportamentos utilitaristas de alguns movimentos sociais romperam com ele: “Já no início da sociologia acadêmica foi cortado o nexos não raro entre o surgimento de movimentos sociais e experiência moral de desrespeito. A questão foi transformada em ‘interesses’ – distanciando da rede cotidiana” (HONNETH, 2003, p. 255).

Para o autor, existem três domínios da experiência ou três esferas de reconhecimento: amor, direito e a estima social. O primeiro é a forma mais elementar do reconhecimento; não contém experiências morais que possam levar por si só a formações de conflitos; “(...) de certa forma o amor está restrito a relações primárias, a esfera emotiva e a amizade”. Seguidos desta esfera, vêm o direito e a estima social, que se representam mais generalizantes, constituindo um quadro moral de conflitos sociais, onde as experiências pessoais de desrespeito podem ser interpretadas e compartilhadas por outros indivíduos. A esfera do direito representa uma esfera jurídica moral e, a da estima social, está relacionada a projetos de autorrealização pessoal (HONNETH, 2003, p. 256-257).

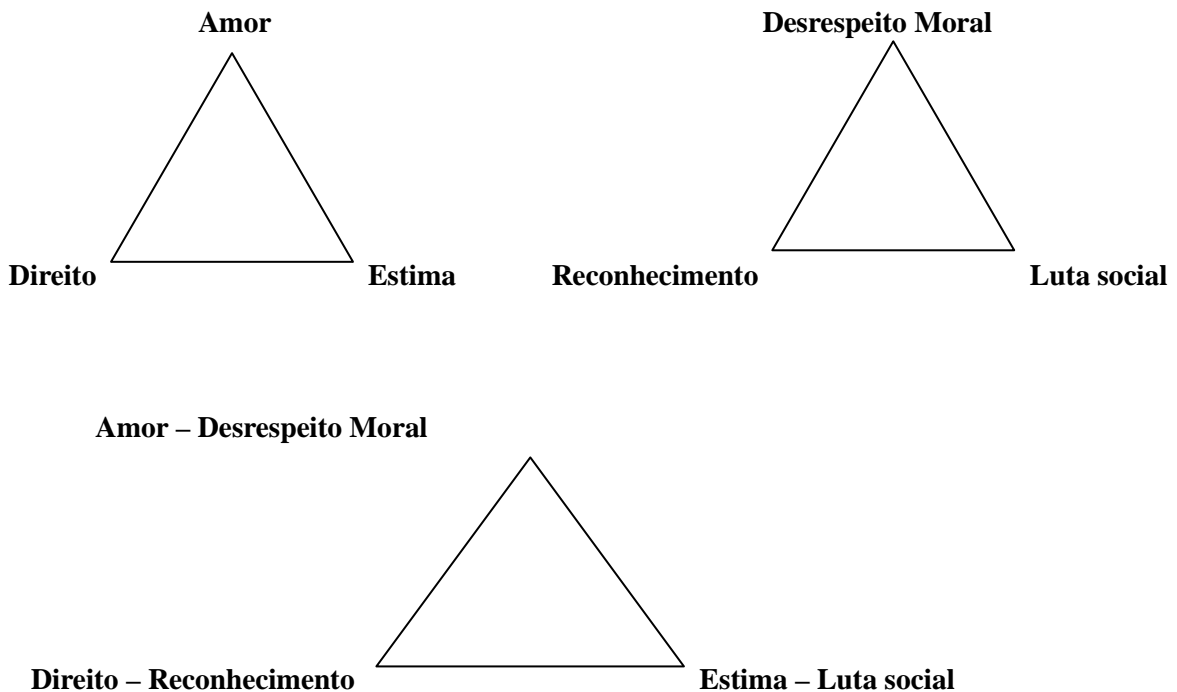
Nesta teoria, as lutas sociais surgem de experiências de desrespeitos pessoais sofridos pelos indivíduos e, a partir daí, essas lutas se tornam coletivas e se transformam em relações e ações ampliadas de e por reconhecimento. Por meio de uma semântica coletiva, os indivíduos partilham o mesmo ideal de reivindicação. Quanto às formas de resistência, essa noção apresenta-se neutra, pois, partindo de experiências morais, não se indicam se são formas violentas ou não violentas de resistências, e, sim, as deixa em aberto. Honneth (2003, p. 257) também não enuncia em que medida os atores sociais têm de estar conscientes dos motivos morais de suas próprias ações. Por isso, essa formulação se constitui muito versátil, porque não determina, rotulando e hierarquizando os indivíduos em níveis de consciência ou de engajamento social. Na questão identitária, Honneth (2003, p. 258) menciona

(...) que motivos de resistência social e da rebelião se formem no quadro de experiências morais que procedem da “infração” de expectativas de reconhecimento. Isso se relaciona à formação de identidades pessoais que podem ser respeitadas de forma individualizada e autônomas. Experiências pessoais tornam-se coletivas e formas coletivas de resistências.

Neste sentido, no interior da Teoria do Reconhecimento, é possível a existências de identidades individuais e coletivas. Contudo, o estudioso deixa claro que, para a formação de uma identidade coletiva, necessita-se de uma ponte semântica bem resistente, ou seja, uma linguagem em comum que respeite e possibilite a existência de identidades pessoais.

O ponto em comum capaz de levar a conflitos sociais e até a formação de identidades coletivas, poderá surgir devido ao desrespeito moral. É por meio da vergonha social ou da vexação, que se provoca uma diminuição do autorrespeito, causando uma lesão moral e promovendo um sentimento de desrespeito moral. Esse contexto provoca a inibição da ação do indivíduo, que é superado na resistência comum. O desrespeito é experienciado como uma vexação, vergonha e humilhação. No entanto, a solidariedade existente no interior de um grupo pode promover uma espécie de estima mútua (HONNETH, 2003, p. 259-260).

Retomando as três formas do reconhecimento: amor, direito e estima social, são elas que levam à cumulação de autoconfiança, ao autorrespeito e à autoestima e, é por meio desses sentimentos que uma pessoa é capaz de se conceber autônomo e individualizado e se identificar com seus projetos. Essa tripartição se deve à diferenciação possível na sociedade contemporânea (HONNETH, 2003, p. 267). Assim, a tríade amor, direito e estima social, pode ser sobreposta pela tríade: desrespeito moral, reconhecimento e luta social.



Nesse raciocínio, supomos que o amor e o desrespeito moral estão no âmbito das relações primárias, ou seja, no interior das experiências morais/emotivas, em si, individuais. O direito e o reconhecimento estão na esfera jurídica moral, já que, nesse momento, o direito ao reconhecimento expande o indivíduo à coletividade. Já a estima social e a luta social, por intermédio de uma semântica coletiva, promovem uma integração considerável entre os âmbitos coletivos e individuais, representando um projeto de autorrealização pessoal. Com isso, percebemos que, tanto no coletivo quanto no individual, nossa sociedade contemporânea se integra e desintegra de acordo com a movimentação individual e social, evidenciando a complexidade inerente ao processo.

Assim, de acordo com a Teoria do Reconhecimento, podemos afirmar que o amor, quando diante ao desrespeito moral, leva a junção da estima social e da luta social a resultar em luta pelo direito e pelo reconhecimento.

Reportados por essa teoria, discorreremos sobre a questão social e identitária do negro brasileiro. Ao utilizarmos o termo negro, ao contrário de afro-descendente, apreendemos que a diversidade social e a cultural nacional que nos habilitam a fazer tal uso, são vistos por nós numa dimensão: que os negros brasileiros têm em comum apenas a cor e as experiências derivadas delas.

Como seres arquitetos, os negros têm sua mobilidade e disponibilidade de escolha. Por mais que as opções de escolhas sejam limitadas ou se façam escassas, os seres humanos ainda possuem o direito individual e coletivo da escolha e, em alguns casos, criam novas opções, ampliando o campo das escolhas. Devido ao poder da escolha, que fundamenta o indivíduo em sua autonomia, acreditamos que reduzir os negros brasileiros a apenas afro-descendentes é simplificá-lo demais.

O termo afro-descendente, como instrumento político, foi e é importante para as mobilizações negras em buscas de direitos/demandas políticas. Contudo, como assevera Guimarães (2004), uma cor só existe porque tem uma ideologia que a sustenta, independente se for o racismo, o preconceito de marca ou, utopicamente, o próprio termo afro-descendente. Estes elementos ideológicos de sustentação se ancoram em aspectos fenóticos, ou seja, externos.

Assim, externamos que o ser humano não pode ser reduzido apenas aos seus aspectos fenóticos, mesmo que esses sejam relevantes ideologicamente. Fatores externos complementam, a certo nível, os fatores internos, mas, por mais que o aspecto físico possa influenciar no aspecto psicológico, nem sempre o irá governar completamente. A multiplicidade humana, agrupada por seu potencial de escolha, empoderará o indivíduo.

De acordo com a Teoria do Reconhecimento, o indivíduo que sofre alguma forma de desrespeito, oriundo de seu aspecto físico ou psicológico, que resulta em conflitos sociais, compartilha de uma semântica específica, uma linguagem de luta. Desta sua consternação, é que se instaura uma mobilização coletiva e até um movimento social, ratificando, assim, a dinâmica entre o individual e social.

A partir desta teoria, impetramos vislumbrar a possibilidade de refinar nossa compreensão sobre a realidade atual do negro brasileiro, do “negro, ser arquiteto”. A relação entre a negritude e as africanidades constituída dessa densa discussão, aponta a ideia de um pertencimento comum e remonta à intenção europeia quando denominou o continente africano, reduzindo uma inegável diversidade étnica e cultural, ao termo África (PENNA, 2010).

A ideia das múltiplas noções de negritudes refere-se à ideia de identidades específicas dos negros. Identidades político-culturais que são construídas sob a base de ser negro, do tornar-se negro, ou seja, de um perfil ideal ou militante do negro, que se reconhece em um contexto sua cor e outras características fenotípicas, promovem experiências, em sua grande maioria, desagradáveis e violentas. Assim, as múltiplas noções de negritude apontam a existência de identidades negras que têm apenas em comum a base de “ser negro” e as “experiências” derivadas delas. Dessa forma, a negritude, como identidade, pode ser múltíplice, por isso, utilizamos o termo múltiplas noções de negritudes para denotar a diversidade identitária individual do negro, que é onde se encontra o embrião de uma suposta identidade coletiva. Dessa forma, utilizamos o termo “negro” porque acreditamos que é por intermédio do preconceito de marca que se constitui o único ponto unificador da população negra brasileira.

Se considerarmos a possibilidade de condizer os negros brasileiros em um pertencimento continental e consanguíneo, estaremos reduzindo esses “seres arquitetos” a meros “pen-drives⁴⁵”. E, reduzi-los a um pertencimento continental, é o mesmo que acreditar, ingenuamente, que todos africanos são iguais, possuem a mesma cultura e falam o mesmo idioma.

⁴⁵ Utilizo o termo *Pen drives* no sentido de que muitos autores aplicam subliminarmente que, o negro parece ser um indivíduo que é esvaziado totalmente (formatado) de sua cultura e carga individual e preenchido novamente pela cultura dominante. Apesar de ser uma analogia pouco sofisticada, optamos por usá-la para salientar o quanto o negro é tratado socialmente e cientificamente como um mero objeto inanimado.

Destarte, acreditamos que o indivíduo é, em si, múltiplo: não há apenas um “João”, mas, o João pai, esposo, professor, amigo e outros. Nesse raciocínio, poderíamos citar diversos autores que nos ratificariam, como Goffman (1999), quando teoriza sobre as representações humanas. As experiências com o “preconceito de marca” promovem no indivíduo negro experimentos como o desrespeito moral e, tal vexação, pode afetar não só o indivíduo, mas sua coletividade. Assim, Honneth (2003) ratifica esse raciocínio: não podemos ousar em mensurar à que nível um indivíduo é militante ou como reage a uma injustiça sofrida, pois, nesse caso, não podemos desconsiderar que esse indivíduo é um ser arquiteto e um ser humano que, apesar de ser único, também o é múltiplo.

A respeito da teoria dos Triângulos Conceituais do Reconhecimento, ponderamos sobre o termo “reconhecimento”. Concordamos que, no processo de construção da identidade, o reconhecimento seja uma realidade necessária, mas, ajuizamos que, uma busca unicamente por ele, pode soar alheia ao ideário dominante/hierarquizante. A questão está em: quem está apto a reconhecer e a não reconhecer o outro (negro)? Aqui, a diferença pode ser interpretada como elemento selecionador, hierarquizante, podendo pré-estabelecer um ideal de reconhecimento. Propomos, então, algo mais coerente com nosso raciocínio sociológico: o termo “dignidade humana”.

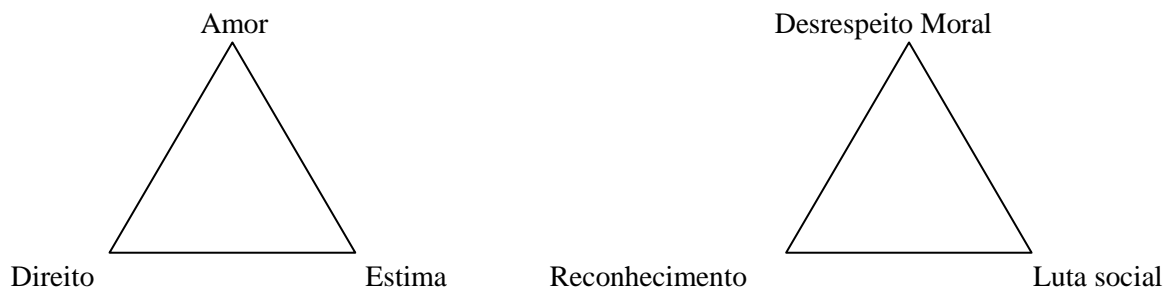
O Ideal de Reconhecimento precisa ser reconhecido e a dignidade humana precisa ser respeitada. Isso é fato. Contudo, o reconhecimento se aproxima da lógica exploradora, quase se reduzindo à demanda política, já que há a necessidade de haver alguém ou algo que o reconheça e o autentique, o que possibilitará uma relação de poder nestas ações. O grupo mais articulado será, primeiramente, reconhecido ou, terá seu reconhecimento mantido. Já a dignidade humana, ela o é.

Independente de obter o reconhecimento, ou não, de acordo com os DH, todo o ser humano tem direito à sua dignidade. Podem até negá-la ou desrespeitá-la, mas, o fato de ser humano, o leva não a buscar pelo reconhecimento, mas, a ter seus direitos respeitados, por ser digno deles. Ser humano, é ser digno de humanidade e de direitos. O amor é a essência da humanidade, da dignidade. É o querer, o ter, o ser e o poder à dignidade. Nesse sentido, a luta não será pelo reconhecimento, mas, pela dignidade.

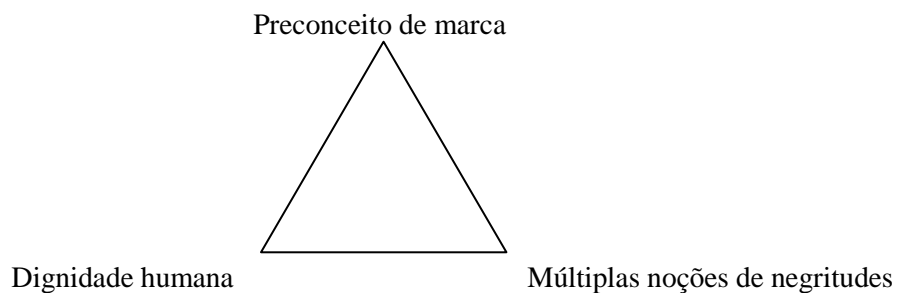
Em relação à população negra, acrescentaríamos mais uma tríade conceitual: preconceito de marca, agrupado ao amor e ao desrespeito moral; visto que é, por meio deste último, que os indivíduos negros experienciam situações de desrespeito, em sua maioria, no âmbito individual.

As múltiplas noções de negritude devem ser unidas às noções de direito e de reconhecimento, pois, é sua multiplicidade que possibilitará a adequação das ações individuais às ações coletivas, possibilitando êxito nas lutas sociais, na coexistência do individual com o coletivo. Coerente ao projeto de autorealização pessoal e de dignidade humana, integrada à estima social e à luta social, esses elementos, por meio do coletivo, darão sentido ao individual. Nesse ciclo conceitual, perceberemos que o amor, o desrespeito moral e o preconceito de marca, agrupados, abancarão o individual e a coletividade, e agenciarão um ajustamento de espaço benéfico coexistente, que deliberará uma autorrealização pessoal.

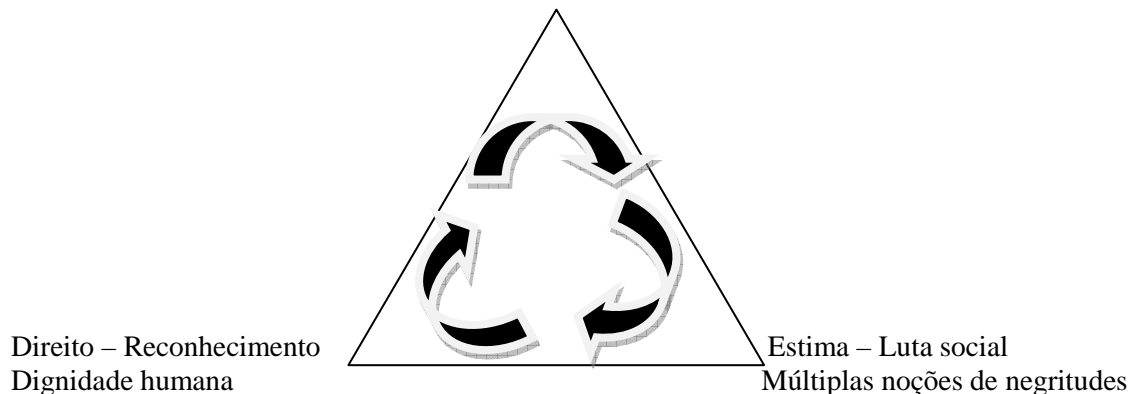
Os Triângulos Conceituais do Reconhecimento



Os Triângulos/Ciclos conceituais da Dignidade Humana



Amor – Desrespeito Moral – Preconceito de marca



2.4 Negritude: Múltiplas noções de negritudes

Considerando o pressuposto “negro, ser arquiteto”, refutamos qualquer possibilidade de enquadrá-lo em definições reducionistas, que os definam como meros *pen drives*. Os negros, como os demais indivíduos de nossa sociedade contemporânea, influenciam e são influenciados, promovendo, desta forma, uma reflexividade cotidiana. Essas realidades externam a possibilidade de os negros possuírem uma identidade negra individual, independente do seu nível de consciência e de posição militante pró-combate ao preconceito.

Um pensamento antagônico a esta disposição, tenderia a suprimi-los à definições pontuais, o que reduziria o “ser arquiteto” a uma mera marionete, ou, a um objeto a ser, cientificamente, estudado. O fato de os negros, às vezes, dadas a algumas circunstâncias existenciais, não reconhecerem politicamente sua cor, não exclui a possibilidade de terem sua identidade negra individual. Mesmo sem esse autoreconhecimento, ele convive num âmbito social, o que possibilita a existência de identidades negras individuais – múltiplas noções de negritudes.

Em literaturas específicas que tratam sobre a negritude, observamos várias definições do termo, mas, de acordo com nossa compreensão e proposta, buscamos em Sansone (2004), e deliberamos que negritude é um conceito que remete à construção de identidades culturais e políticas, sob a base de ser negro, fundamentando-se na individualidade. Assim, temos a negritude como o conceito chave de nossa dissertação, que se desdobra em múltiplas noções de negritudes. Para Gomes (2005, p. 43), é dentro da realidade social que os processos identitários ocorrem. A identidade negra segue, também, essa noção e, é através das relações sociais que o sujeito estabelece sua realidade e que firma sua identidade: “vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece”.

Uma das questões que envolvem a identidade negra e sua construção é o caráter de militância. Somos cientes de que o surgimento do termo negritude é originado de um contexto de luta e reivindicações.⁴⁶ Autores como Souza (1990) e Munanga (2003) reconhecem como identidades negras idôneas, aquelas que são constituídas e alicerçadas através dos diversos fatores de resistência, intrinsecamente relacionados à cultura africana. Assim, a negritude estaria mais relacionada a “tornar-se negro”, do que “ser negro”. Nessa perspectiva, os indivíduos somente se definirão como negros e definirão sua posição como tal, ao se conscientizarem de sua cor.

⁴⁶ O termo negritude foi criado no contexto do “mundo francófono”, ou seja, nos países de língua francesa, nos anos 1920 e 1930. Teve o intuito de promover uma tomada de consciência, a mobilização da comunidade negra no combate ao racismo. Dessa forma, negritude, enquanto termo, é um “(...) neologismo surgido na língua francesa na década de 1930, para significar a circunstância de se pertencer a grandes coletividades africanas e afro-descendentes; a consciência de pertencer

Seguindo esse raciocínio, acreditamos que os autores estariam, supostamente, definindo a ideia de um verdadeiro negro. Todavia, não buscamos padrões ideais ou definições revolucionárias para a identidade negra, uma vez que nos propomos a compreender a realidade social da negritude e seus desdobramentos.

Sansone (2004, p. 294) considera que “(...) a negritude pode ser vivenciada de muitas maneiras, sob formas mais ou menos individualizadas”. Nesse raciocínio, a negritude pode ser reconhecida de forma plural e aberta, sem restrições ou fronteiras intransponíveis; portanto, não simplificada, única ou generalizada, mas denotada de caráter individual e coletivo. Isso nos leva ao entendimento da existência de diversas negritudes, e não em uma única negritude nacional.

Neste sentido, as múltiplas noções de negritudes se fundamentam na base de ser negro, pois, é pelo fato de ser a sua cor, negra (fator fenótipo), que este indivíduo experimenta a atuação do preconceito de marca. Independente do nível de sua consciência militante, sua cor já está dada, por uma ideologia que a sustenta. O preconceito de marca já o transformou em negro (GUIMARÃES, 2005) e, essa atuação, poderá lhe causar experiências desconfortáveis.

Ao afirmar que o indivíduo negro ratifica, ou não, seu lugar como indivíduo violentado pelo preconceito de marca, devido às situações de conflitos e de discriminações sofridas, afirmamos que ele perceber-se negro, independente de seu engajamento militante. Assim, ele sofre por ser negro e não, exclusivamente, por ter, ou não, uma posição de militância, com autoatribuição de pertencimento cromático.

Ressaltamos três especificidades inerentes as múltiplas noções de negritudes: i) não se fundamentam no passado, mas, sim, no presente; levando em consideração as consequências da sociedade contemporânea e a noção de identidades fragmentadas (HALL 2005); ii) referem-se às identidades individuais, constituídas sobre a base de ser negro; reconhecendo os negros como seres arquitetos, denotando uma versatilidade identitária, no mínimo coerente à realidade social contemporânea. Considerando essas duas especificidades, destacamos que as múltiplas noções de negritudes têm como característica relativamente unificadora, o fato de o indivíduo ser negro e, experimentar em fatos concretos sua realidade.

Dessa forma, ao sofrer o preconceito, protagonizado pelas noções de negritudes (SANSONE, 2004, p. 248), sua cor, legitimada pelo preconceito de marca, (re)produz e ratifica sua marca. Assim, a existência das múltiplas noções de negritudes se torna produto das experiências sofridas com o preconceito de marca.

a essa coletividade e a atitude de reivindicar-se como tal; a estética projetada pelos artistas e intelectuais negros no continente de origem e na diáspora” (LOPES, 2004, p.472 *apud* ANDRÉ, 2007, p. 93).

Ao presumirmos essa característica preconceitual, não propomos uma visão vitimizadora⁴⁷ sobre os negros brasileiros, mas, denotamos que, mesmo que o indivíduo negro não se reconheça politicamente negro, ele já passou, ou, provavelmente, passará por uma experiência relativa a este fator. Isto porque, ajuizamos ser pouco provável que um este passe por sua trajetória de vida sem sofrer ou notar, ao menos uma vez, essa atuação preconceituosa. Essa sensação de “estar no local errado”, tendo a necessidade de provar ao outro, sua capacidade intelectual, moral, entre outras. Tais argumentações são suportadas pela realidade nacional, apresentada.

Por fim, consideramos a terceira especificidade: iii) acreditamos que esta esteja relacionada às memórias individuais, que são constituídas por fatores externos, cujos elementos pertencem e se apóiam às memórias coletivas, legitimando sua existência. Assim, a memória individual não é isolada e acabada, pois, é na interação com a memória coletiva que ela se constitui e se vincula ao tempo-espaco de forma contínua (HALBWACHS, 2004). Isso nos permite afirmar que indivíduo possui sua memória coletiva, mas, está sempre interagindo com outros círculos sociais. Nessa perspectiva, acreditamos que as múltiplas noções de negritudes estejam intrinsecamente relacionadas a narrativas individuais de autobiografias, que possuem historicidades próprias. Assim, o embrião da coletividade, possivelmente, estará não no fato de tornar-se negro, mas, no de ser negro, pois, são nas experiências com o preconceito de marca, que os indivíduos desenvolvem identidades negras individuais.

⁴⁷ Alguns críticos à situação social do negro acreditam que, ao basear suas reivindicações apenas no preconceito racial, os negros estariam dramatizando excessivamente sua condição, ou seja, se fazendo de vítimas. Apesar de o argumento demonstrar pleno vínculo ao senso comum, ele ainda persiste no meio acadêmico/universitário, tanto nos discursos docentes, quanto discentes.

Capítulo III

3. INCURSÃO EMPÍRICA: AS NUANCES SOCIAIS POSSIBILITANDO A COMPREENSÃO CIENTÍFICA

Conforme já explicitado, esta pesquisa empírica ocorreu em dois municípios: Nossa Senhora do Livramento/MT (NSL) e Cuiabá/MT. No primeiro, a empiria se deu através de observação participante e entrevistas semiestruturadas, com negros moradores da zona urbana e zona rural (inclusive quilombolas). Em Cuiabá, realizei a observação participante e apliquei entrevistas semiestruturadas, com indivíduos frequentadores de uma praça, localizada no bairro Santa Inês, região periférica da cidade.

Buscando evidenciar as hipóteses nomeadas pela pesquisa, trilhei caminhos investigativos que me direcionaram não só para sua confirmação, mas, também, para a depreensão da realidade social do negro mato-grossense. Neste sentido, justifico o porquê de realizar esse estudo em dois espaços distintos: ajuizei que, levantar dados em apenas uma cidade não seria suficiente para alcançar meus objetivos, independente da pluralidade cultural, racial e estrutural que nele encontrasse. Assim, no segundo trimestre de 2009, executei minha incursão teórica em NSL, pois o contexto social daquele município era instigador e próprio para a temática pesquisada.

3.1 Nossa Senhora do Livramento

Pertencente à zona fisiográfica do Pantanal mato-grossense e localizada na microrregião conhecida como Baixada Cuiabana, o município de Nossa Senhora do Livramento possui uma extensão territorial de 5.331,57 quilômetros quadrados. Sua sede, com 280 anos, encontra-se aproximadamente a 32 km de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, sendo seu acesso feito pelas rodovias BR 070, BR 364 e MT 111. Tendo como coordenadas geográficas 15° 45' 00" latitude sul e 56° 20' 43" longitude oeste, e estando numa altitude de 171 metros, se define como centro-sul do Estado. Tem como limites municipais, ao norte, os municípios de Várzea Grande, Jangada e Rosário Oeste; ao sul: Barão de Melgaço e Poconé; ao leste: Santo Antônio do Leverger e, ao oeste: Porto Estrela e Cáceres.⁴⁸

Apesar da sua proximidade com a capital mato-grossense, seu clima não é tão quente quanto o de Cuiabá: é tropical úmido, com temperaturas que variam entre 20° e 30°C, resultando numa média de 24°C. Seu clima anual se define em: um período seco, que compreende do mês de maio a setembro, quando a temperatura média chega a 40° C. E, entre os meses de dezembro a fevereiro, compreende o período chuvoso, com pluviosidade em média de 1750 mm. No inverno é possível chegar à 0°C. A vegetação dominante nos limites municipais é o cerrado, contudo, apresenta início da vegetação pantaneira. Referente à hidrografia municipal, o município se encontra na região da Bacia da Prata, tendo como seus principais rios, o Jaucuara, o Esmeril, o Bento Gomes, o Santana e o Pari. O extrativismo vegetal centra-se na madeira e pequi⁴⁹.

Segundo o censo demográfico do IBGE, realizado no ano 2000, NSL conta com uma população de 12.141 habitantes. Na acepção de cor ou raça, dada pelo Instituto, em 2000, sua população se apresenta da seguinte forma: 75,% são negros, 24% brancos, 0,4 % amarelos, 0,3% indígenas e 0,3% não declararam. Os habitantes da área urbana são 3.898 e, da área rural, são 8.243. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,655.

⁴⁸ Informações cedidas pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT e que constam, resumidamente, no site do município: <www.nossasenhoralivramento.mt.gov.br>

⁴⁹ O pequi é um fruto típico da culinária mato-grossense. Sua árvore é considerada, por muitos, como o símbolo do Estado de Mato Grosso. Os frutos são comercializados entres os meses de janeiro a março, também em NSL/MT.

Surgida pela exploração garimpeira, no ano de 1730, paulistas sorocabanos descobriram ouro na localidade. Seu primeiro nome foi “Cocais”, alusivo ao rio Cocais e, depois, em referência ao santo católico da localidade, passou a se chamar São José dos Cocais. Mais tarde, com a fundação da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento (Lei nº11, de 26 de agosto de 1835), a localidade passou a ter a denominação de Nossa Senhora do Livramento que, através da Lei Provincial nº 598, de 19 de 1883, tornou-se município. Em 31 de dezembro de 1943, porém, o nome retorna para São José dos Cocais; mas, em 30 de outubro de 1948, após a Lei nº179, seu nome volta à denominação anterior e, como tal, até hoje permanece: Nossa Senhora do Livramento (FERREIRA e SILVA, 1998). A escolha do nome atual se justifica através de uma história popular:

A crendice popular livramentense conta que, durante uma viagem, ainda no começo do século XIX, a imagem de Nossa Senhora do Livramento passava pelo povoado de São José dos Cocais, vinda de Portugal, carregada em cima do lombo de um burro. A comitiva parou para descansar e, na saída, o animal que carregava a imagem da santa empacou. Não queria mais sair do lugar. Ao ser tirada a imagem de cima do lombo do animal, este se punha a andar. A cada tentativa de colocá-la no lombo do burro, observava-se nova empacada. Com isso os chefes da comitiva decidiram desistir de ir adiante e construíram um pequeno rancho, no qual entronizaram a imagem de Nossa Senhora do Livramento. A partir daí, a santa emprestou seu nome à localidade. (FERREIRA e SILVA, 1998, p. 79)

O município de NSL tem sobre sua administração, os distritos: Faval, Pirizal e Ribeirão dos Cocais. Também está sob seu domínio territorial, o Quilombo Mata-Cavalo. Uma das características da cidade, que lhe atribuiu fama, são as festas de “santos”, no carnaval.

O município organiza seu calendário oficial anual, recebendo, nesses dias festivos, diversas pessoas de outras cidades vizinhas e, até de outras de fora da região da baixada cuiabana. O calendário cultural livramentense constitui-se das festividades: no mês de janeiro: Festa de São Gonçalo (Mutuca/Mata-Cavalo) e Festa de São Gonçalo (sede); em fevereiro: Bananafolia; em abril: Festa de São Benedito (Sede); em maio: aniversário da cidade (21/05 – Sede); em junho: Festa de Santo Antonio (Buriti do Atalho), Festa São João (Brejal) e Etapa do Rodeio (Faval); em julho: Festa de São Benedito (Mata-Cavalo de Cima) e Etapa do Rodeio (Ribeirão dos Cocais); em agosto: Semana do Folclore (sede), Festival de Cururu e Siriri (sede) e Etapa do Rodeio (Pirizal); em setembro: Padroeira da cidade (sede), São Benedito (Mata-Cavalo) e a Final do Rodeio (sede); em outubro: Nossa Senhora Aparecida (Sede) e Santa Luzia (sede); em novembro: Feira Cultural 20 de Novembro “Dia da Consciência Negra” (Mata Cavalo de cima) e, por fim, em dezembro: Imaculada Conceição (Ribeirão dos Cocais), Santa Luzia (sede) e Réveillon popular (sede).

Sobre o calendário cultural oficial⁵⁰ do município, não há datas específicas para a maioria dos eventos, isto, porque, na prática, em se tratando das festas de santos, várias ocorrem na mesma semana e, até no mesmo dia, dentro de seu perímetro territorial. Um exemplo é a festa de São Benedito, que ocorre no perímetro urbano e rural, simultaneamente. As festas de santos não são todas oficiais, muitas delas são organizadas por seus devotos que, em sua homenagem, destina a maioria delas, gratuitamente a um grupo restrito de amigos, também devotos. O evento mais famoso que o município cedia é o Bananafolia - no período do carnaval, que oferece uma programação diversa e abrange todos os públicos, incluindo programação para famílias. A festa chega a ser frequentada por mais de 100 mil pessoas, durante os cinco dias em que ela acontece.

De acordo com o calendário cultural de NSL, conferimos que a religião predominante do município é a Católica Romana⁵¹, apesar da significativa quantidade de igrejas protestantes⁵². Também observamos que os eventos culturais não ocorrem apenas na sede do município, mas, também, na zona rural, nos distritos e, inclusive, nas comunidades que constituem o Quilombo Mata-Cavalo. Outro evento cultural de relevância, e que externa a cultura mato-grossense, é o Festival de Cururu e Siriri, composto por danças típicas do centro-oeste brasileiro. Muitos acreditam que elas são originárias de festividades indígenas, mas, o pensamento mais compartilhado sobre sua origem, é de que essas danças são resultados de uma mescla de influências indígenas, negras e portuguesa.

O Cururu é uma dança que, normalmente, é praticada por homens, principalmente em festas religiosas. Com o auxílio da viola de cocho⁵³, o mocho⁵⁴ e o ganzá⁵⁵, sob um ritmo forte, eles dançam, cantando louvores aos santos de devoção e até fazendo referência a fatos políticos da região.

⁵⁰ O calendário oficial de NSL está disponível no site: www.nossasenhoraodolivramento.mt.gov.br

⁵¹ A Igreja Católica - Igreja Católica Romana, ou Igreja Católica Apostólica Romana, é uma igreja cristã com aproximadamente 2000 anos. Colocada sob a autoridade suprema do Papa, Bispo de Roma e sucessor do Apóstolo Pedro, traz o objetivo da conversão ao ensinamento de Jesus Cristo, visando o Reino de Deus. Para este fim, ela administra os sacramentos e prega o Evangelho de Jesus Cristo. Atua em programas sociais e instituições em todo o mundo, incluindo escolas, universidades, hospitais e abrigos, bem como administra outras instituições de caridade, que ajudam famílias, pobres, idosos e doentes Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Cat%C3%B3lica>. Acesso em 05 jan 2011.

⁵² Protestantismo é a denominação dada a um dos grandes ramos do Cristianismo. O Protestantismo refere-se ao conjunto de igrejas cristãs e doutrinas que se identificam com as teologias desenvolvidas no século XVI na Europa Ocidental, na tentativa da reforma da Igreja Católica Apostólica Romana. Essa reforma partiu de um importante grupo de teólogos e clérigos, entre os que se destacam o ex-monge agostiniano Martinho Lutero, cujo nome foi tomado pelas igrejas luteranas. Porém, a maior parte dos cristãos europeus (especialmente na Europa meridional) se opôs às tentativas dessa reforma, o que produziu um cisma no Cristianismo ocidental, resultante da separação entre as emergentes igrejas reformadas e a Igreja Católica. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestantismo>>. Acesso em: 05 jan 2011.

⁵³ Viola de cocho: Viola feita de uma peça única de madeira, cujo tampo pode, ou não, possuir um pequeno orifício. Possui cinco cordas e é utilizada como instrumento de acompanhamento rítmico e harmônico. Disponível no site: <http://www.cnfcp.gov.br>

⁵⁴ Mocho (instrumento musical) Instrumento de percussão cujo som é obtido pela percussão da membrana por baquetas. Sua estrutura em madeira é semelhante a um banco para sentar. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=111>. Acesso em: 05 jan 2011.

⁵⁵ Reco reco, Instrumento de percussão cujo som é obtido pela raspagem de uma varinha de madeira ou metal nos sulcos ou molas presentes no corpo exterior do instrumento. Pode ser feito de bambu, taquara ou madeira dentada, assim como de metal com

O Siriri é a dança mais famosa da cultura mato-grossense. Mescla o estilo da quadrilha, em pares, em roda e fila, de dois em dois, sendo dançada por homens e mulheres. Considerada uma quadrilha de terreiro, o Siriri tem um ritmo forte, sendo acompanhado e constituído pelos mesmos instrumentos do Cururu (viola de cocho, mocho e ganzá) e, muitas vezes, são incluídos outros instrumentos, como a sanfona e a viola. Essa dança é praticada nas zonas urbana e rural, com significativa frequência na região da Baixada Cuiabana e em NSL. As músicas cantadas durante essas danças trazem letras que revelam o cotidiano do mato-grossense: contam histórias, enfatizando o respeito, a amizade, a cultura e, principalmente, a vida. Normalmente, são cantadas por duetos e em coro, auxiliadas pelos dançarinos. A cultura livramentense é um reflexo da mato-grossense e, devido essa influência multiétnica, resultou numa cultura riquíssima, semelhante a muitas outras espalhadas pelo território brasileiro, mas, com características bem peculiares.

A presença do negro no município de NSL é de significativa expressão, como em todo o Estado de Mato Grosso. Esse fato pode ser também o resultado de o Estado possuir em seu território sessenta e cinco comunidades quilombolas⁵⁶, entre elas, o reconhecido complexo quilombola, denominado Quilombo Mata-Cavalo, objeto de inúmeras pesquisas científico-sociais.

3.1.1 O Quilombo Mata-Cavalo

No domínio territorial de NSL está localizado o quilombo Mata-Cavalo, considerado um complexo, pois é formado por um conjunto de comunidades quilombolas: Mata-Cavalo de cima, Ponte da estiva (fazenda Ourinhos), Ventura, Capim-verde, Aguassu de cima, Mutuca e Mata-Cavalo de baixo.

Esse complexo quilombola ocupa uma área de 14. 690, 3413 hectares (terra declarada e titulada pela FCP⁵⁷) e está localizado aproximadamente a 50 km da capital Cuiabá e, a 10 km da sede de NSL, com acesso pela BR 060 (MMA, 2006).

Em 31 de novembro de 2007, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria que reconheceu o Complexo como área remanescente de quilombo, pois, as 418 famílias presentes nessa localidade se reconheceram quilombolas, se enquadrando no Decreto nº 4.887/ 2003.

molos presas nas extremidades do cilindro. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste é conhecido como ganzá. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=111> . Acesso em: 05 jan 2011.

⁵⁶ Algumas instituições consideram existir 60 comunidades no Complexo Mata-Cavalo, que se resumem em uma única comunidade.

⁵⁷ A Fundação Cultural Palmares (FCP) é um órgão público vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), instituído pela Lei nº 7.688, de 22 de agosto de 1988. Com sede em Brasília, a Instituição tem por missão formular, fomentar e executar programas e projetos nacionalmente com a finalidade de reconhecer, preservar e difundir os valores e práticas das culturas africanas na formação da sociedade brasileira. Disponível em: <www.palmares.gov.br>

O nome de Mata-Cavalo, segundo os moradores, deve-se ao córrego do mesmo nome. Conta-se que, antigamente, havia uma estrada que passava pelas suas terras que servia de rota para os viajantes. Contam, também, que os serviços dos correios eram transportados em cavalos. Nessa rota ficava o córrego. Certo dia, durante o período das cheias, o córrego estava muito cheio e os peões estavam receosos em atravessar com a tropa repleta de cargas. Pediram aos seus chefes para esperarem a enchente vazar, por causa do perigo que corriam. Porém, receberam ordens para atravessar de qualquer jeito. Ao tentar a travessia, foram arrastados pela correnteza e morreram os homens e os cavalos. A partir desse episódio, o córrego ficou conhecido como o rio que mata cavalos. Com o passar do tempo, o nome foi simplificado para Mata-Cavalo, para nomear o quilombo como um todo. (SANTOS, 2007, p.42).

Cavalcante e Costa (1999, p. 57), nos explicitam a definição de quilombo:

os quilombos eram comunidades de fugitivos que se formavam longe do mundo dos brancos, considerados como símbolos da resistência negra. Fugindo dos maus tratos e dos castigos a que eram submetidos, os negros buscaram na fuga uma oportunidade de viver num espaço onde fossem reconhecidos como seres humanos.

Essa definição, compartilhada por muitos autores sobre o tema, elucida a importância do espaço do quilombo, para os negros⁵⁸, no período em que foram escravizados.⁵⁹ A legislação nacional reconhece as comunidades quilombolas -remanescente de quilombos- e seus direitos à propriedade da terra, por intermédio da Constituição Federal de 1988 - Artigo 68⁶⁰, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, também reconhece tais áreas como patrimônio cultural do país, através de seus Artigos 215 e 216 (MMA, 2006). O termo quilombo também representa para os negros e para os movimentos negros, um sinônimo de resistência. É indubitável a existência de quilombos no território brasileiro desde o período colonial até hoje. Atualmente, de acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP),

consideram-se comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

⁵⁸ “Em Mato Grosso, a entrada de negros africanos remonta ao séc. XVIII, ocasião em que eram adquiridos para trabalhar nas atividades mineradoras. Posteriormente (fins séc. XVIII e XIX), o escravo africano passou a realizar outros tipos de tarefas junto às plantações e beneficiamento da cana de açúcar, nas atividades agrícolas em geral e até em atividades urbanas” (SIQUEIRA, 1990, p.131).

⁵⁹ Alguns autores referem-se ao negro como o “ser escravo”, mas, em nossa concepção, o negro africano via-se na situação de “estar escravo”. Dessa forma, o “estar escravo” foi o que fundamentou a resistência negra no período de escravização. Assim, os quilombos surgem dessa certeza: que muitos negros tinham, naquele período, a visão de que eram seres livres, porém violentamente forçados à escravidão.

⁶⁰ De acordo com CF de 1988, Art. 68, ADCT “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”.

Um dos desafios teóricos e, de certa forma, empíricos, é desconstruir a ideia de definição arqueológica sobre o termo. Mesmo havendo uma literatura significativa que desmonta esse pensamento, muitos indivíduos, em diversos âmbitos sociais, inclusive nas academias, ainda ajuízam essas comunidades como “elos perdidos”, ou seja, locais onde vivem pessoas com hábitos e até pensamentos quase pré-históricos.⁶¹ A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apresenta uma definição mais contemporânea e reconhece que o termo quilombo recebe novos significados, ou seja, vem sendo ressemantizado, mesmo possuindo um conteúdo histórico, para refletir a realidade presente dos segmentos negros brasileiros que representa. Segundo O’Dwver (2002, p.18),

(...) contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

Diante do exposto, é que definimos e reconhecemos as comunidades quilombolas. Em um pensamento mais vasto, que confirma a importância do termo quilombo e sua versatilidade de significados para o indivíduo negro, imputamos que, todo o ser humano tem direito a terra, direito a ter seu espaço na sociedade e na nação, garantido. Isto significa dizer que, para o indivíduo negro, a terra é seu quilombo, onde ele está é seu quilombo, onde ele estiver será seu quilombo, mais precisamente, ele é o quilombo (RATTS, 2003, p.105).

Embora o complexo quilombola Mata-Cavalo seja descrito neste estudo, saliento que não houve pesquisas empíricas no interior deste espaço. Apenas foram entrevistados alguns quilombolas, moradores das comunidades pertencentes ao Complexo, que se encontravam transitando pela zona urbana. Destarte, prezando pela discricção intelectual da pesquisa, as análises apresentadas omitem suas designações, pois,

(...) grupos que têm suas lideranças formais e informais e que, em alguns casos, estabeleceram um patamar de comunicação e de interação com os/ as pesquisadores/as. Não cabe atribuir a identidade de quilombolas sem estarmos atentos às demais referências identitárias (RATTS, 2003, p.104).

⁶¹ Nas observações feitas em NSL, testemunhei indivíduos externando explicitamente essa ideia que, sem dúvida, pode ser considerada preconceituosa. A maioria dos indivíduos livramentenses que revelou tal pensamento, nunca visitou o complexo quilombola, apesar de alguns deles ocuparem cargos públicos municipais e estaduais na cidade.

Mesmo não havendo empiria com o Complexo, por não contemplar os objetivos da pesquisa, não poderia deixar ou ignorar essa presença legítima e influente⁶², no município de NSL.

3.2 A pesquisa: observação participante no bar

Inicialmente, a proposta empírica se restringia ao município de NSL. Contudo, depois dos dados coletados e de feitos os aprofundamentos teóricos, considerou-se viável ampliar a incursão empírica. Em NSL, a coleta de dados se deu através de observações participantes, em um bar e, também, através de entrevistas semiestruturadas, com cidadãos negros que o frequentavam. Outro recurso utilizado, foi o caderno de campo.

O trabalho inicial foi o de encontrar um local, onde fosse possível observar as relações sociais dos livramentenses, em uma dinâmica mais natural possível. Depois de observados vários pontos da cidade, cogitou-se, de início, a possibilidade de a observação participante ser desenvolvida em uma igreja evangélica da cidade, já que o número de fiéis negros era muito expressivo. Após algumas visitas às igrejas, percebeu-se que as atitudes dos indivíduos eram, de certa forma, controladas por normas e protocolos que a religião pré-estabelecia. Essas convenções, possivelmente, estariam influenciando em sua dinâmica pessoal e social plena, ou seja, totalmente à vontade. Isto feriria os propósitos do estudo.

Assim, depois de avaliar outros locais, chegou-se à conclusão que o melhor ponto de observação seria o “Bar do Marlão⁶³”: estabelecimento comercial frequentado diariamente por diversas classes sociais e por um considerável número de pessoas. Além dessas particularidades, o bar foi escolhido levando-se em consideração, também, sua localização (perímetro central da cidade), e o fato de receber moradores urbanos e rurais de NSL. Outro fator, embora não tenha sido critério para escolha, mas é relevante: seu proprietário é um cidadão negro, o que, possivelmente, atrai muitos clientes negros, com os quais, ele possui uma relação amigável.

⁶² O Complexo Quilombola Mata-Cavalo é um das características do município de NSL. Diferente de outras cidades mato-grossenses, como Cuiabá, os quilombos livramentense, por meio de seus quilombolas, participam e estão muito presentes nas festividades e outros eventos municipais. Assim, se ouve falar mais dos quilombolas em NSL, do que em Cuiabá, que possui também, em seu território, comunidades quilombolas.

⁶³ Nome fictício para proteger a identidade dos indivíduos pesquisados.

Quando se iniciou esta pesquisa, fazia três meses que estava morando no município. E, o bar escolhido, estava próximo ao meu local de trabalho. Estes fatores obrigaram a desenvolver um estudo com certa cautela. Mas, influenciado pela diversidade social, de gênero e racial dos clientes: homens e mulheres negros, homens e mulheres brancos, ricos, pobres, fazendeiros, peões, toda essa diversidade frequentavam o bar do Marlão, decidiu-se pelo local.

Obviamente, como em qualquer estabelecimento deste segmento, existem momentos do dia, em que varia o número de sua clientela. Apesar de a hierarquia social constituir um mapa social, determinando lugares na sociedade, para as distintas categorias sociais, há momentos em que essas hierarquias se relativizam, ou se superam. Nesse sentido, o bar apresentou ser um lugar muito rico de informações, pois, sua diversidade hierárquica social e outros fatores convencionais, possibilitaram observar uma gama dinâmica de interações sociais, desenvolvidas pelos cidadãos negros.

3.2.1 O Bar do Marlão

Localizado no centro urbano de NSL, o estabelecimento leva o nome do proprietário: um senhor negro, de 47 anos, separado e de média estatura. O bar funciona em um cômodo frontal da própria residência do proprietário. Na casa residem o seu Marlão, sua filha e a ex-esposa. Os cômodos são divididos entre o ex-casal. A ele, pertence o bar, um quarto, uma dispensa e um banheiro nos fundos. A ela e a filha, ficaram os outros cinco cômodos e um banheiro, de uso restrito.

No bar, são comercializadas bebidas alcoólicas e não alcoólicas, mais uma enorme diversidade de produtos⁶⁴ industrializados ou não, o que justifica a sua diversidade de clientes.

⁶⁴ Entre os produtos comercializados no bar, estão: bananas, cartão para recarga de celular pré-pago, carne de porco, galinha caipira limpa e congelada, mandioca, cará, fumo de pacote, paçoca, pé de moleque, farinha de mandioca, balas, doces, pirulitos, salgadinhos de milho, biscoito salgado, carvão vegetal para churrasco, pilhas, creme dental, macarrão instantâneo, salsicha em lata, aparelho e lâmina de barbear, fósforos e bolotas (bola de gude/bolinhas de vidro). Essa variedade de produtos explica a diversidade dos clientes.

3.3 Observação participante: relato, descrição e desdobramentos

As observações participante no bar do Marlão ocorreram entre os dias 08 e 27 de junho de 2009, todas no período matutino. Antes de a observação ser desenvolvida, criteriosamente, foram feitas algumas visitas ao estabelecimento. Após as primeiras visitas e a decisão pelo local, no dia 08 de junho de 2009, fiz uma visitação mais demorada. Neste dia, comprei um pé-de-moleque e tomei um refrigerante. Consumi os produtos em silêncio e, depois de passados, aproximadamente, uns vinte minutos, saí do bar e fui embora.

No dia seguinte, às nove horas, repeti o processo. Dessa vez, fiquei no interior do bar, por uns trinta minutos. E, assim, prosseguiu-se minha entrada no ambiente, até receber o apelido⁶⁵ de “Maguila⁶⁶”. O apelido foi meu passaporte de entrada, para a um grupo assíduo do bar. Após esse dia, eu já não causava tanto estranhamento aos seus frequentadores. No dia 11 de junho de 2009, apresentei-me ao proprietário do bar, como um acadêmico e pesquisador, e externei meu compromisso idôneo ante as ali informações coletadas. Para não correr o risco de instaurar, involuntariamente, uma relação hierárquica entre observador e observados, ponderei e não explicitiei minha condição de aluno de curso de pós-graduação. Minha pesquisa, então, foi autorizada pelo proprietário do bar, após explicar-lhe minha proposta e garantir-lhe que seus clientes não seriam incomodados.

Inicialmente, por intermédio do apelido adquirido, consegui negociar minha entrada no grupo, o qual foi meu objeto de observação. De forma criteriosa, nos períodos entre os dias 15 a 27 de junho de 2009, fiz meus primeiro contatos. Na primeira semana, já havia coletado dados relevantes e, em grande quantidade. A partir do dia 23, a estranheza sobre minha pessoa foi se perdendo, o que permitiu adquirir conteúdos mais significativos; contudo continuei a observação até o dia 27 de junho de 2009.

Durante as observações, no âmbito das interações sociais dos indivíduos negros que frequentavam o Bar do Marlão, constatei que havia, entre eles, clientes assíduos do local: em alguns, nitidamente, pude notar traços de alcoolismo, visto que consumiam suas bebidas alcoólicas tranquilamente e, o consumo se resumia, exclusivamente, em aguardente de cana. Frequentavam, também, o bar, mulheres e crianças; estes com o intuito de comprar outras mercadorias, como carnes, legumes e outros produtos. O evento comum no bar era o de crianças que vinham comprar aguardente para a mãe ou a avó, que estava em casa.

⁶⁵ O apelido foi a mim atribuído por um senhor branco, um frequentador assíduo do bar.

⁶⁶ Adilson José Rodrigues, mais conhecido como Maguila (Aracaju, 12 de junho de 1959), é um ex-pugilista brasileiro. Recebeu essa alcunha por semelhança ao porte físico do personagem Maguilla Gorilla, de Hanna-Barbera. E eu recebi tal apelido, por ter o porte físico e a cor semelhante a do pugilista.

O conteúdo das conversas observadas era bem distinto. Variando desde diálogos sobre o clima da cidade, até problemas conjugais e/ou familiares. Essas conversas eram pronunciadas tanto por indivíduos negros introvertidos, como também extrovertidos, com os quais fiz certa amizade.

Devido à distinção hierárquica do público investigado, algumas questões foram levadas em consideração, no momento de minhas indagações, como o uso de uma linguagem adequada à realidade social do grupo. A propósito de meus trajés cotidianos, estes não precisaram ser muito alterados, pois minha forma de vestir se assemelhava muito a dos entrevistados, sem contar com o fato de eu ser um indivíduo negro e residir, na época, na periferia de NSL.

3.4 As entrevistas em NSL

Inicialmente, como explicitado, também seriam feitas entrevistas semiestruturadas nas comunidades quilombolas, do Complexo Quilombola Mata Cavallo. Posteriormente às entrevistas feitas no Bar, onde colhi dados de moradores urbanos e também das comunidades, apreendi que os dados coletados se mostraram suficientes, então, ir até ao Complexo, não seria necessário. Assim, não serão feitas referências a qual comunidade os quilombolas entrevistados pertencem ou pertenciam, já que não objetei tais informações, considerando, ainda, que a identidade negra pesquisada, apesar de não desconsiderar o aspecto coletivo, focaliza o viés individual de tal constituição identitária. Portanto, as análises levaram em consideração as observações feitas, buscando-se compreender a realidade social dos indivíduos observados e entrevistados.

As entrevistas foram destinadas a quinze indivíduos negros, todos frequentadores do bar; com idade entre 19 a 56 anos; oito eram do sexo feminino e, sete, do sexo masculino; e o nível de escolaridade variou do Ensino Fundamental incompleto, ao superior completo. O critério de escolha desses entrevistados atendeu ao quesito “cor”, ou seja, indivíduos com fenótipos e facilmente identificados como negros. Não serviram de critérios para entrevista, a atividade profissional e a formação acadêmica dos entrevistados.

O tópico-guia das entrevistas semiestruturadas aplicadas em NSL teve quatro perguntas basilares, que serviram para orientar e delimitar nossos objetivos. Não se informou, previamente, aos entrevistados, que esta pesquisa era sobre a identidade do negro. Foi apenas dito que versava sobre a identidade humana individual. Isso, porque, pesquisas sociais comprovaram que alguns indivíduos têm dificuldade em falar sobre temas que envolvem assuntos sobre preconceito e discriminação contra indivíduos negros, por isso, esse dado foi omitido.

O tópico-guia foi composto por perguntas retiradas previamente de algumas entrevistas-testes, usadas para avaliar quais seriam as mais apropriadas para esse procedimento, tanto em NSL, quanto em Cuiabá. Suas questões eram as seguintes: i) informações gerais, como sexo, idade, profissão, formação acadêmica, entre outras; ii) qual a sua cor? (com essa questão, buscou-se instigar os entrevistados a definirem sua situação cromática⁶⁷); iii) você já sofreu alguma injustiça? (a intenção dessa pergunta foi constatar se o preconceito, ou a discriminação de marca, seria citado como uma injustiça sofrida pelos entrevistados); e, por último, ii) você acredita que existe racismo? (Essa pergunta teve a missão de possibilitar comparações analíticas sobre as respostas das questões anteriores).

3.4.1 *Investigação: Qual a sua cor?*

Embora não tenha explicitado no contexto do questionário que tal pesquisa referia-se ao estudo sobre a identidade negra, optei por colocar a seguinte questão: “Qual a sua cor?”, com a intenção de analisar qual a reação dos entrevistados, diante dessa pergunta. Com isso, foi possível perceber qual a importância da cor para cada um, e como eles lidam com essa questão. Diante da pergunta, percebi que houve um tempo em silêncio, para alguns entrevistados. Pode-se dizer que esse silêncio pode ser considerado uma linguagem não verbal. Segundo Castilho (1998), a presença de silêncio diante de circunstâncias interrogativas, pode revelar insegurança e dúvida do entrevistado, sobre sua resposta. E, essa indecisão não se limitou apenas aos pesquisados que possuíam menor nível de escolaridade, pois, os com nível superior completo, também se silenciaram ante a resposta.

Para a autora, o silêncio pode representar, também, uma diversidade de significados de sentidos: o “silêncio de tensão”, diante do qual o entrevistado demonstra ansiedade nítida em seu comportamento, tornando-se inquieto e ofegante; o “silêncio de desinteresse”, que pode demonstrar um comportamento de grande desinteresse, para acobertar o quanto o assunto lhe atinge ou incomoda. Outros tipos de silêncios são: o de “reflexão” e o de “medo”. O primeiro refere-se ao tempo necessário que o entrevistado leva para refletir o que lhe foi indagado; nesse silêncio, há ausência nítida de tensão. No segundo, há explicitamente muita tensão, demonstrada pelo entrevistado, que se percebe encurralado, ao responder.

⁶⁷ Cromática se refere a arte de combinar cores; mas, no âmbito de nossas argumentações teóricas, as atitudes cromáticas representam um conjunto de escolhas que o indivíduo exerce, ao se perceber negro.

Durante essas entrevistas, constatei alguns tipos de silêncio, mas, os que predominaram foram os de “Desinteresse” e do “Medo”. O primeiro esteve mais presente na questão que versava sobre o entrevistado já havia sofrido alguma injustiça. O silêncio do medo predominou na questão sobre sua cor. Destacamos o caso da professora Edilma⁶⁸, cujo fenótipo é negro e, quando perguntada qual era sua cor, ela ficou em silêncio durante um minuto e quatro segundos. No início de seu silêncio, aparentou que seria um silêncio de reflexão, mas, à medida que os segundos se passaram, ela se demonstrou mais tensa e preocupada. Ao final, visivelmente dolente, respondeu insegura; “*Parda, é... [curta pausa] Bom acho que minha cor é parda, assim... posso dizer*”.

Em algumas entrevistas, constatou-se, inicialmente, a presença do silêncio do desinteresse e, ao final, a do medo. Os entrevistados tentaram, através de uma aparente tranquilidade, ocultar o quanto essa questão lhes incomodavam psicologicamente. Esse tipo de silêncio revelou, também, que muitos tentaram deixar a impressão de que “tudo está bem” e “que têm tranquilidade” em lidar com sua cor de pele e com as injustiças sofridas.

Essa análise conforma-se com o que Guimarães (2005) afirma: que a cor só existe devido a uma ideologia que a sustenta. Essa assertiva se comprovou empiricamente, visto a questão referente à cor ter incomodado tão visivelmente os entrevistados.

Dos quinze entrevistados, seis se autodeclararam negros/as, cinco, pardos/as e os outros quatro se autodeclararam “misturados”, “moreno”, “preto” e de pele “escura”. Na explicação sobre sua autodeclaração da cor, a grande maioria respondeu que era referente à cor da pele. Exceção apenas de um entrevistado, que respondeu que era devido à hereditariedade paterna, que se considerava negro.

Outro ponto a destacar é que, independente da autodeclaração, a pergunta referente à cor incomodou a todos, de alguma forma. Isso ficou nítido, independente de ele tomar, ou não, uma posição consciente de militância, o que corrobora com os estudos feitos de que a ideologia que sustenta o preconceito de cor, no Brasil, é o “preconceito de marca”. Esse preconceito certifica a cor como algo pejorativo e, provavelmente, promove o desconforto desses indivíduos negros, quando questionados a definir sua cor.

Não ocultando as variadas formas que cada entrevistado lidou com essa pergunta, dos que apresentaram o silêncio de desinteresse, ou medo, muitos buscaram meios de transmitir tranquilidade e domínio sobre o assunto. Contudo, percebeu-se a dificuldade em dizê-lo, mesmo que sutilmente. Dos seis que se autodeclararam negros, apenas quatro demonstraram certa segurança na resposta, mas, nos argumentos posteriores, evidenciaram uma conduta militante e conhecimento sobre o preconceito racial.

⁶⁸ Nesta investigação usamos nomes fictícios, para preservar os entrevistados.

No caso do entrevistado Zézinho, que se autodeclarou “misturado”, referindo-se a sua hereditariedade, justificou: “*misturado, porque minha mãe é preta e meu pai é branco; por isso, sou a mistura dos dois.*”⁶⁹ O que se pode destacar é que nenhum dos entrevistados respondeu, ou justificou suas respostas, fazendo referência a um pertencimento continental. A um pertencimento de afrodescendência. Isso é relevante, pois, o grupo de pertencimento que muitos justificaram em suas respostas foi o grupo familiar, o qual é considerado um grupo primário de pertencimento (NEWCOMB, 1972).

Embora exista uma exoatribuição⁷⁰ à população negra brasileira, que é o grupo de pertencimento dos “afrodescendentes”, os entrevistados não fundamentaram, nem se referiram a tal grupo, como justificativa para suas respostas, à indagação sobre sua cor. Os escritos teóricos de Newcomb (1972) revelam e justificam essa realidade, quanto explicita que os indivíduos contemporâneos vivem numa realidade de múltiplos pertencimentos. Com isso, para eles, nenhum suposto grupo de pertencimento racial teria relevância naquele momento, para fundamentar suas respostas dadas.

Não se pode precisar se todos os entrevistados, de fato, não se reconheceram pertencentes a um grupo especificamente racial. Contudo, é possível afirmar que, a maioria deles, não deu ênfase a tal pertencimento, deixando nítidas sua mobilidade e autonomia humana.

Outra questão a destacar é que, como grupo de pertencimento racial, nenhum foi amplamente revelado nas respostas e, muito menos, em nossas observações. O que se pôde perceber, referente a esta pertença é que, com frequência, alguns mencionaram nomes de indivíduos ligados, de alguma forma, à comunidade quilombola. Como, por exemplo, o “Tião do Mata Cavalos de cima”. Nos momentos da observação participante e nas entrevistas, de três quilombolas entrevistados, apenas dois responderam sobre sua cor, fundamentando-a a um pertencimento ancestral; todavia, era visivelmente restrito ao grupo familiar.

Nas interações sociais dos indivíduos observados, percebeu-se que o pertencimento a um grupo racial está mais direcionado à exoatribuição. Se um indivíduo vai se referir ao outro e, o referido mora em uma comunidade quilombola, este tem seu nome facilmente vinculado à comunidade que convive, como destacado acima. Contudo, se o próprio indivíduo se apresenta, ou fala sobre si, não dá ênfase à localidade onde mora, ou seja, ele menciona a comunidade quilombola onde habita como se estivesse informando um endereço comum; não como se quisesse destacar um pertencimento militante/racial.

⁶⁹ Os excertos, ou falas dos entrevistados, serão apresentados no texto, destacados em itálico, ou entre aspas.

⁷⁰ De acordo com Secchi e Gonçalves (2010, p. 09) “Exoatribuição, isso é, o pertencimento atribuído por outros. Essas atribuições podem se fundadas em argumentos de natureza histórica (ancestralidade), jurídica, política, social, econômica, cultural, ética, estética, etc. O que definirá se uma determinada pessoa ou comunidade pertence a um determinado grupo será a conjugação desses fatores”.

Além do grupo de pertencimento, o que pode ser considerado importante para o indivíduo é seu grupo de referência, isto é, aquele que o indivíduo toma por fonte, onde ele encontrará um provável modelo, com o qual buscará identificar-se e adequar sua conduta. Assim, ele poderá escolher seu grupo de referência, que nem sempre será o mesmo que de seu pertencimento; poderá ser sua família, ou qualquer outro grupo secundário, podendo mudar de acordo com a sua vontade, que é resultante de influências internas e externas aos grupos que pertence.

Um indivíduo muda de grupo de referência, não apenas pela mudança, mas por essa promover uma satisfação pessoal. Assim, é no grupo de referência que ele se identifica ou almeja se identificar de forma intensa (NEWCOMB, 1972). E, de certa forma, essa relação poderá balizar seu comportamento físico e mental. Assim, se a maioria dos indivíduos observados e entrevistados tivesse reconhecido um grupo racial como um grupo de pertença relevante, ou até de referência, esse fato teria instigado nossas observações e nas entrevistas, e nos levado a outros caminhos.

É perceptível notar quando uma relação de pertença e de referência de um grupo está intimamente ligada à constituição identitária. Isto porque as influências que o indivíduo sofre desse emaranhado de pertencimento contribuem na escolha de seu(s) grupo(s) de referência e, posteriormente, em sua conduta individual, que domina, com certo limite, seu cotidiano.

Pressupomos que um indivíduo só resistirá a essa multiplicidade intensa de grupos, pertencimentos e de referência, por ele ser, também, múltiplo e capaz de interagir com essa dinâmica, que denota seu poder de articulação e de arquitetar sua intensa existência.

Sem querer mensurar, qualquer indivíduo na sociedade contemporânea, lidará com certa complexidade social de convívio e existência e constituirá, continuamente, sua identidade individual. Esse contexto social poderá gerar conflitos, contudo Newcomb (1972) nos assevera que, todos nós pertencemos a muitos grupos e, muitas vezes, conseguimos conviver sem conflitos. Essa conquista pode relevar um potencial articulador do indivíduo, como um “ser arquiteto”. Lidar com múltiplos pertencimentos e múltiplas convivências, exige do indivíduo uma articulação tanto psicológica, quanto corporal.⁷¹

⁷¹ Erving Goffman (1999), em umas de suas obras, afirma que o indivíduo vive cotidianamente em uma representação dramática, ou seja, dependendo do local, situação ou grupo, seu comportamento será coerente com o contexto inserido. “Quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente aceitos pela sociedade, mais do que o comportamento do indivíduo como um todo (p.41)”. A representação dramática que Goffman constatou, acredito ser apenas umas das ações que o “negro, ser arquiteto” tenha de lidar.

Em referência aos grupos de pertencimento e ao de referência, pode se verificar uma importante distinção entre eles: há a possibilidade de um grupo de pertencimento ser compulsivamente atribuído a um grupo de indivíduos, e compartilhar características em comum, como, por exemplo, um grupo racial ou étnico. No caso dos negros brasileiros, conjecturando a “Ideologia de africanidade”, isso os impõe com afro-descendência, um pertencimento continental, como grupo unificador e de pertencimento. Para Newcomb(1972), essa imposição é passível de questionamento:

la matoria de nosotros, en alguna medida y en algunas áreas de nuestras vidas, nos apoyamos en la ilusión de universalidad y en la polarización de endogrupo versus exogrupo para evitar el conflicto de rols. Es raro, sin embargo, que logremos éxito completo em cuanto a lá eliminación de conflictos(...).

Para o autor, a ênfase no endogrupo, que serve como um grupo de referência positiva, pode aumentar a diferenciação entre os outros grupos, a ponto do exogrupo ser visto como um grupo de referência negativo. Essa ênfase pode funcionar como uma defesa do grupo, mas, não escapa de resultar, na maioria das vezes, em atitudes preconceituosas.

As interações sociais da sociedade contemporânea estão, cada vez mais, complexas e exigindo dos indivíduos, adequada mobilidade na busca de articular seu pertencimento a múltiplos grupos e ao grupo de referência. Essa realidade contemporânea torna coerentes o termo “noções de múltiplas identidades individuais”, já que o pertencimento a determinados grupos, suas influências sobre os indivíduos e sua escolha mutável⁷² do grupo de referência está intrinsecamente relacionada ao processo da construção da identidade. No caso dos indivíduos negros, as múltiplas noções de negritudes correspondem adequadamente à realidade contemporânea dos múltiplos pertencimentos e suas existências como “seres arquitetos”.

⁷² Escolha mutável refere-se ao potencial que o indivíduo tem da escolha, nesse caso, da autoatribuição. De acordo com Secchi e Gonçalves (2010, p. 09), “Autoatribuição, isso é, o indivíduo ou a comunidade assumem o seu pertencimento. Esse critério é relevante, pois é dele que deriva o direito às reivindicações específicas dos diversos grupos de pertencimento (o estar ciente de) é o primeiro passo para reivindicá-lo individual ou coletivamente.”

Após o questionamento sobre “qual é sua cor?”, perpetrei o seguinte mote: “o que poderiam dizer sobre como o IBGE define as cores de peles dos brasileiros?”. Apesar de a grande maioria demonstrar que não participava de algum movimento de militância negra, muitos revelaram certa rejeição a algumas cores de peles e até uma posição de resistência. Um dos entrevistados, quando questionado o porquê de ter-se autodeclarado negro e, não pardo, respondeu-me: “*Sou negro, pardo que não sou, pardo é porco*⁷³!”. A entrevistada Léia⁷⁴ quando questionada o porquê de se autodeclarou parda, e não preta, respondeu: “*Preta não, não gosto, cor preta de gente não existe, preto é tinta, cor de tinta!*”. Outros três, como Marlão, responderam que não existe outra cor além de preto ou branco, e que negar que é preto “*é frescura*”, pois, “*escapou de ser branco, é negro*”. Dona Joana, ex-moradora e nascida no quilombo, durante a entrevista, externou uma definição bem peculiar de valorização da cor e de resistência ao “preconceito de marca: “*A gente não pode ligar para nada, é o preto em cima do branco!*” “*O papel é branco e o lápis é preto, preto não tem que baixar a cabeça para ninguém, é preto no branco!*”.

Neste contexto, percebe-se que, independente do vínculo com um movimento organizado de militância negra, os indivíduos demonstraram ter argumentos preparados sobre a questão. Por mais que alguns se autodeclararam “morenos”, “pardos” e até “misturados”, eles tinham argumentos prontos referente à cor. Assim, a Ciência não deve, ingenuamente, afirmar que esses indivíduos não reconhecem, ou têm dificuldades em reconhecer sua cor de pele. São indivíduos que não possuem uma experiência desagradável oriunda da cor; por eles não reconhecida.

Pressupondo que, para argumentar, precisamos conhecer sobre o fato, o que levou esses indivíduos a construírem previamente seus argumentos? Julgamos que a resposta esteja na existência real e intensa do “preconceito de marca” por eles sofrido, pois, é ele, e através dele, que o indivíduo negro conhecerá experiências desagradáveis, oriundas de seus fenótipos e de sua cor.

⁷³ Porco se referindo ao animal e não a uma pessoa que não preze por bons hábitos de higiene.

⁷⁴ Léia (nome fictício) é pedagoga e exerce uma função pública no município de NSL.

De todos os indivíduos entrevistados, apenas um deles participa de atividades culturais (grupo de Siriri), o que, de certa forma, exige uma posição de militância. Outro entrevistado se declarou quilombola, embora, atualmente, seja morador da zona urbana do município. Verifica-se que, em análise, mesmo a maioria não sendo militante ou de movimentos negros, revelou ter desenvolvido um pensamento de resistência referente a sua cor. Alguns refutaram as diversas denominações/tonalidade referentes à cor da pele; outros, ainda, defenderam essa diversidade de definições. Verificou-se, também que muitos possuem discursos prontos, para defender suas opiniões sobre a questão. A exemplo, Dona Joana, que demonstrou resistência, mesmo informando não participar de algum movimento negro. Outros optam por não discutir a questão, encarando as definições: “moreno” ou “pardo”, como um conceito pronto e acabado.

Nessa análise apresentada, não se mensurou os argumentos dos entrevistados, considerando seus conteúdos como “corretos”, ou “errados”. Isto, porque, não é objetivo desse estudo avaliar o nível de conhecimento científico ou militante do pesquisados, mas, sim, explicitar que esses indivíduos, através de seus argumentos, demonstraram que a sua cor de pele é um fator social relevante. Essa relevância pressupõe que a cor de sua pele representa e evidencia uma considerável possibilidade de que já tenham sofrido alguma experiência derivada desta questão. Para Honneth (2003), é no domínio da experiência individual que os sentimentos morais de desrespeitos tornam-se a lógica do conflito social que leva ao reconhecimento.

Assim, pode-se considerar que as reações, ou posicionamentos dos entrevistados diante da questão são demonstração de resistência, mesmo que no âmbito individual. Para o autor, são essas experiências que, posteriormente, podem resultar em reivindicações coletivas. Compreende-se, com isso, que mesmo o indivíduo não sendo ativamente integrante de um algum movimento social, nesse caso movimento negro, não se pode afirmar que ele aceita passivamente sua realidade imposta. Mesmo no âmbito individual, essas posições vislumbram uma luta social.

3.4.2 Experiências individuais

A terceira questão da entrevista foi: “Você já sofreu alguma injustiça? Essa pergunta, nas entrevistas-teste foi mais direta: “você já sofreu algum preconceito referente à cor de sua pele?” Ao verificar que estava sendo muito diretivo, e correndo o risco de induzi-los a não responder com sinceridade, optei por mudar seu contexto.

Em resposta ao questionamento dado, a maioria dos entrevistados (aproximadamente 70%), respondeu que já haviam sofrido injustiças diversas, inclusive por causa da cor da pele. O restante se referiu a algumas injustiças sofridas quando eram alunos do ensino fundamental, e na atividade profissional exercida, mas, não se referiram ao fator cor.

Os números mudam de posição, quando se menciona o fator cor. Aproximadamente 30% responderam que as injustiças sofridas foram pela cor; o restante (70%), citou primeiro outros tipos de injustiças e preconceitos, como sobre sua estatura, obesidade e condições financeiras. Apenas depois, reconheceram haver também o “preconceito de marca”.

Os quatro entrevistados que havia, anteriormente, se autodeclarado como pardos, quando questionados sobre injustiças sofridas, neste momento, citaram o “preconceito de marca”, se identificando como negros. A entrevistada Sandra respondeu: *“olha, gente da nossa cor, negra, passa um mal bocado. As pessoas pensam que é a cor que importa, mas, não é isso”*. Ela havia se autodeclarado, no início das questões, após um período de silêncio, como parda. Assim como ela, outros entrevistados que se haviam se autodeclarado pardos, demonstraram certa insegurança em ao se afirmarem assim. Os que se autodeclararam “misturado” ou “moreno”, demonstraram mais segurança em suas respostas.

Dos cinco que se autodeclararam pardos, apenas um demonstrou visivelmente ter certeza de sua resposta. Destes cinco, dois deles possuem o ensino superior completo, um, o superior incompleto e, outro, o ensino médio completo. Pressupomos que o nível de estudo, ou conhecimento formal, pôde ter influenciado nessa autodeclaração, como, também, define o IBGE, em suas análises.

Os que se autodeclararam negros, pretos e outras tonalidades, demonstraram significativa segurança em suas respostas. Desses, a maioria cursou apenas os três primeiros anos do ensino fundamental, os outros, não concluíram o ensino médio, ou têm o nível superior completo.

O que se apreender é que esses indivíduos (três homens e uma mulher) que se autodefiniram negros, com insegurança, estão num processo intermediário entre a definição de si (processo endógeno) e a definição atribuída (processo exógeno). Isso se assemelha à construção identitária que Munanga (2003) alude: a identidade é construída na autodefinição e na definição atribuída. A linguagem social cotidiana (suposto senso comum) e a linguagem acadêmica (conhecimento considerado científico) delimitam espaço, definindo posições e, quando o indivíduo não se autodefine, ele pode ficar inseguro; não porque não escolheu “um dos lados”, mas, porque ainda não fez sua escolha. Obstante ao dualismo apregoado pelo conhecimento científico, é necessário reconhecer a complexidade e a multiplicidade da realidade, devido a existência humana, a existência do “ser arquiteto”.

Como conclusão das análises obtidas de todas as respostas, é que todos os entrevistados passaram por alguma experiência individual desagradável, derivada da cor de sua pele. O que ratifica a existência das “múltiplas noções de negritudes”, trazidas pelas experiências derivadas da cor e promovidas pelo “preconceito de marca”. Essas ocorrências atingem os indivíduos negros, tanto coletivos, quanto individualmente e, por isso, têm uma múltipla atuação, por mais que a marca seja limitada.

Essa multiplicidade não se justifica apenas pelo fato de a identidade ter características únicas em cada indivíduo, mas, também, é na individualidade e pela individualidade que se consolida a multiplicidade identitária. Isso, porque, um indivíduo pode ter múltiplas experiências referentes à cor de sua pele, o que ele vai experienciar com a atuação do “preconceito de marca” pela sua trajetória de vida terá em cada momento uma intensidade diferente.

Embora não se possa pressupor que existam fases estanques de se experienciar o “preconceito de marca”, ao analisar as falas dos entrevistados, refletimos ser, na adolescência, o momento mais duro de enfrentá-la, do que na fase adulta. Alguns entrevistados mais jovens compreendem a existência do “preconceito de marca”, outros, de idade adulta, não possuem uma compreensão clara sobre essa questão. O poder de escolha, a oportunidade de arquitetar, que fará com que o indivíduo negro experiencie a consternação do “preconceito de marca” e de “ser negro”, em nossa sociedade.

Ao finalizar esse denso ajustamento teórico, tem-se o reconhecimento de que, é pela existência de uma ideologia sobre o “preconceito de marca”, que a cor dos indivíduos existe e cunha seu sentido social. E, é pela condição de “ser negro”, que o indivíduo terá experiências individuais oriundas de sua cor, vigoradas do “preconceito de marca”. Contudo, o indivíduo só reconhecerá “sua cor” se lhe ensinarem, oralmente ou atitudinalmente; antes disso, ele não se reconhecerá um indivíduo possuidor de uma cor relevante, ou não, socialmente. E será o “preconceito de marca” que o “tornará negro”.

Newcomb (1972) alude que, é no contato com os grupos secundários que os indivíduos aprendem a se diferenciar, compreendendo seu “real” pertencimento. É nesse momento que o indivíduo aprende, embora possa não compreender, que pertence a um grupo racial, “tornando-se negro”. Assim, de acordo com nosso raciocínio teórico/empírico, o indivíduo “torna-se negro” não quando assume uma posição de resistência ou de militância social, mas a partir do momento que se percebe diferente socialmente e quando o “preconceito de marca” se regulamenta.

Neste sentido, pressupomos que identidades individuais negras são possíveis. No início de sua vida social, o indivíduo se “torna negro” e, o sendo, independente de seu caráter ou posição, ele sofrerá com o “preconceito de marca”. Por “ser negro”, será possuidor de uma identidade múltipla em noções individuais, num movimento constante, o qual denominamos de múltiplas noções de negritudes.

Para Simmel (1983), a multiplicidade de um grupo e o seu pertencimento a ele é resultado do convívio coletivo; contudo, o coletivo é formado pelos indivíduos, ou seja, como a sociedade pode ser definida como resultado das interações sociais entre os indivíduos. Dessa forma, não há como falar em identidades individuais ignorando o aspecto coletivo, e vice versa. Assim, o autor define a sociedade, não desconsiderando apenas o indivíduo, ou seja, a sociedade é importante para o indivíduo na mesma proporção que ele o é para ela. E, como esta pesquisa busca compreender as interações entre os indivíduos analisados, compreende-se que parece insensato negar a multiplicidade que deles emana e se desdobra nos aspectos caracterizados coletivos.

Dos entrevistados que relataram algumas injustiças sofridas não fazendo alusão à cor, revelaram, implicitamente, um suposto plano de fundo: o “preconceito de marca”. Essas injustiças foram, na maioria, sofridas no âmbito educacional, predominantemente no ensino fundamental e profissional. Sobre este tema, Guimarães (2005) explicita que a “posição social inferior” imposta ao indivíduo negro é tão forte que, muitas vezes, a cor do indivíduo não incomoda a priori o preconceituoso, mas, sim, onde o indivíduo negro está. Isto é, se o indivíduo negro estiver em uma posição de gerência profissional, ele incomodará muito, pois, para os preconceituosos, aquele não é o lugar de um negro.

A respeito das injustiças sofridas no âmbito escolar, retomamos inúmeras pesquisas sociais, que revelaram que o ambiente escolar está repleto de práticas preconceituosas, principalmente, contra indivíduos negros. Como afirma Cavalleiro (2005 p. 47),

a despeito e, simultaneamente a isso, o sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes – com destaque para os pertencentes à população negra.

Dessa forma, não se pode descartar a possibilidade de esses indivíduos entrevistados terem sofrido injustiças resultantes da existência do “preconceito de marca”, no ambiente educacional e, da “posição social inferior” imposta aos negros. No âmbito educacional, também existe a atuação da “posição social inferior”, conforme encontramos em diversas pesquisas sociais realizadas em ambientes educacionais. Nelas, constata-se que o aluno negro, na maioria das vezes, sempre foi descrito como um delinquente, ou mau aluno, dado o padrão.

3.4.3 O racismo existe?⁷⁵ – borboleta ou abelha?

A quarta questão do tópico-guia foi: “você acredita que existe racismo?” Na respostas à pergunta anterior, alguns entrevistados haviam dado indícios e até explicitado a existência do racismo. Em resposta a essa pergunta, alguns entrevistados caíram em contradição. Na resposta anterior, haviam mencionado algumas injustiças resultantes da cor de sua pele; no entanto, quando questionados sobre a existência do racismo, esses mesmos indivíduos revelam ter dúvida dessa existência: acreditam que ele não mais exista, e que os preconceitos e discriminações atuais não se referem à cor, mas, a sua posição social e condição financeira.

Dessa forma, percebemos que o termo racismo, para alguns entrevistados, está relacionado à Lei que transforma o racismo em crime, ou seja, o racismo como ato criminoso. Outros acreditam que o racismo se materializa em atos depreciativos à pessoa negra, mais especificamente, sob forma de xingamentos. E, ainda, os que possuem maior grau de escolaridade, argumentaram que este não existe, porque não existem “raças”. Segundo a entrevistada Cristina, “*não existe racismo, porque eu acredito que raça não existe. Quem tem raça é cachorro!*”. É interessante esta sua fala, visto que, mais adiante na entrevista, Cristina nos relata uma passagem cotidiana sua: ao passear na rua com seu filho recém-nascido, que estava em um carinho de bebê, uma senhora para e, ao admirar seu filho, faz a seguinte pergunta: “*Cadê a mãe desse menino lindo?*”. Cristina declara que o filho tem a tonalidade de pele “mais clara” que ela, devido ao pai dele ser branco. Todavia, confessa também que, apesar de não ter sido ríspida com a senhora, ficou profundamente magoada com a situação, que se repetiu em outras ocasiões. Ela desabafa: “*Porque eu não posso ter um filho lindo?... as pessoas são muito preconceituosas*”.

⁷⁵ Mesmo tendo definido o preconceito contra o negro, como um “preconceito de marca”, nessa questão, decidimos utilizar o termo “racismo” devido ser um termo popularmente conhecido e, o “preconceito de marca”, estar ainda limitado ao meio acadêmico, a uma acepção teórica.

O preconceito à brasileira, ou o “preconceito de marca” transita pelas interações sociais de forma sutil, muitas vezes, leve como uma borboleta, porém, ataca dolorosamente como o ferrão de uma abelha.⁷⁶ Metaforicamente, podemos discorrendo que, alguns indivíduos sentam o ferrão sem reconhecer a abelha, pois veem apenas borboletas. Outros sentem o ferrão e veem a abelha; contudo, preferem acreditar que foi uma formiga, ou outro inseto que o feriu.

Nessa analogia de aparência ingênua, comparar o “preconceito de marca” com a abelha não é deixar subliminar a possibilidade deste de produzir algo de bom (mel)⁷⁷ para o indivíduo negro, mas, sim, enfatizar o ferrão e as características do inseto, que pode se tornar uma praga⁷⁸, assim como o preconceito. Para os indivíduos negros “alérgicos” e com pouca imunidade, a sua ferroadada (atuação do “preconceito de marca”) pode ser possivelmente fatal; já os imunes, suportarão diversas ferroadadas. Mas, independente de o indivíduo ser negro, grande quantidade de ferroadadas combinadas podem destruir uma vida.

Apesar de alguns entrevistados não reconhecerem explicitamente a existência do racismo, suas falas revelaram o reconhecimento desse comportamento, ao mostrar ciência de seu pertencimento. Como exemplo, o entrevistado Zezinho que, apesar de se autodeclarar “misturado”, mencionou: *“as pessoas veem a gente (preto) e pensa que somos nada; mas, não ligo”*.

Considerando-se os dados estatísticos dessa análise, verificou-se que aproximadamente 60% dos entrevistados afirmaram que racismo existe; 25% afirmaram que ele existiu e que sua atuação atualmente é muito rara e, os outros 15% acreditam que não existe racismo. O fato de 60% dos entrevistados afirmarem sua existência, isso ratifica o que inúmeras pesquisas e estatísticas nacionais revelaram: o negro sofre com a existência do preconceito referente a sua cor, que é decodificada pelo persistente “preconceito de marca”.

⁷⁶ Nessa analogia, diferente das abelhas que, normalmente morrem depois de inferir seu ferrão, o “preconceito de marca”, depois de sua atuação, permanece vivo, podendo se fortalecer.

⁷⁷ Nessa analogia, se fosse possível se produzir mel através do “preconceito de marca”, este mel seria a “posição social inferior”, que beneficia/nutre o *status quo* da classe branca dominante de nosso país.

⁷⁸ Se o “preconceito de marca” pode ser comparado a um inseto/praga, por que não pensar em um inseticida. Mas, nesse caso, não é tão simples assim. Nessa analogia, de fato existem várias fórmulas, mas não tendemos à mágicas. O que é social é, também, complexo, porém, esperamos por sensíveis mudanças.

Nas observações feitas no município de NSL constatou-se que, apesar de mais de 75% da população ser negra (IBGE, 2000), os cargos públicos da cidade são maciçamente ocupados por pessoas brancas. Contudo, o fator cor (preconceito) não desaparece mesmo quando no ambiente há apenas negros. Isso significa a cor ainda é um fator determinante para se descrever indivíduos. Nas brincadeiras entre adultos negros, a cor também é muito usada, como em xingamentos, como flagrado no Bar do Marlão: “*O!! preto safado, paga uma ai*” e “*O!! seu via.. [homossexual⁷⁹], não vai trabalhar nego*”.

Um fato interessante é que há brincadeiras entre brancos e negros, contudo, não se menciona a cor branca do indivíduo que está sendo xingado e, alguns indivíduos brancos, hesitam em mencionar a cor do indivíduo negro. Mas, quando ocorre uma referência a cor, muitas tendem a surgir com referências à cor negra. O jovem Josué afirma que: “*um preto me chamar de preto, tudo bem; mas se um branco me chamar de preto, ai é outra coisa; eu parto para cima*”. Isso explica a perceptível hesitação de alguns indivíduos brancos em xingar (mesmo nessas supostas brincadeiras) indivíduos negros, dando ênfase à cor da pele. Essa hesitação é, na maioria das vezes, motivada pelo medo da reação dos presentes, já que a maioria deles é negra. Esse fato foi declarado por um indivíduo branco, quando o questionamos: “*eu não sou louco. Olha quanto preto tem aqui; eu posso levar um pau, vai que os caras ignoram*”.

Diante desse pensamento, pode-se compreender porque a cor negra está presente nos xingamentos do contexto social, confirmando o preconceito de marca. Ser e se reconhecer pertencente a um grupo considerado inferior pode ser desagradável ou inconveniente. Desta forma, se o indivíduo conseguir construir a chance de não pertencer, ou refutar seu pertencimento ao grupo considerado inferior, provavelmente ele o fará, já que tal pertencimento poderá não lhe possibilitar satisfação pessoal.

Esse fato foi observado em três falas, onde os entrevistados se referiram aos quilombolas como negros e, para a definição de quilombo, o compreendem como sinônimo da cor negra, do escravo, do quilombola e dos africanos, referindo-se a esses, como se fossem pessoas muito distantes de sua realidade.

Essa distância é nitidamente percebida quando alguns negaram seu pertencimento ao grupo de indivíduos negros. Esses entrevistados deixam aparecer em suas falas um considerável teor de aversão aos quilombolas e, no decorrer da entrevista, atrelam os quilombolas à cor negra, num movimento de situá-los como inferiores, ou ruins.

⁷⁹ Não pretendemos, e muito menos acreditamos, que a referência à homossexualidade deva ser usada como um xingamento. Apenas revelamos essa realidade para denotar que, para os indivíduos pesquisados, ser comparado a um homossexual é considerado ruim. Essa realidade também revela o alto nível de homofobia, que é cultivada entre eles, que podem ser considerados heterossexuais.

Em relação à cor negra se utilizada como termo pejorativo, o meio acadêmico o já desmistificou no âmbito de seu discurso, procurando, assim, contribuir com os movimentos negros, na luta de desvinculá-lo do sentido contraproducente.

Contudo, muitos entrevistados se expressaram à cor negra, de forma pejorativa, mesmo que de forma sutil e velada, como no caso do entrevistado Zezinho, que mencionou: “*pretos brigam muito entre eles mesmos, tem racismo contra eles mesmos*”. Este entrevistado, embora considerou-se como “misturado”, tem os negros quilombolas livramentenses, não como indivíduos de índole duvidosa ou agressivos; no entanto, durante a entrevista, ao se referir a ele (e a mim), disse: “*nós, de cor escura*”, “*nós, pretos*”. Mesmo não os desconsiderando explicitamente, ele revela uma aparente aversão aos quilombolas, retratando-os como: escravos livres, ou no mínimo, ex-escravos. Todavia, em alguns momentos da entrevista, se referiu a ele e a mim, como indivíduos de pele escura, ou como indivíduos negros. Essa aparente confusão de identificação feita por Zezinho, “*nós, de cor escura*”, no desvenda as manobras que alguns indivíduos negros fazem, para lidar com um cotidiano preconceituoso.

Apesar de suas concepções serem fundamentadas no senso comum, ele opta por não se reconhecer pertencente ao mesmo grupo que os quilombolas. Possivelmente isso se deva ao fato de que seu pai, branco, mesmo possuindo um sítio no complexo quilombola, ter construído em sua família, uma aversão aos quilombolas. Essa indiferença poderá ter levado Zezinho a relacionar a cor negra, ao quilombo, para consolidar a inferioridade do grupo rejeitado. Mesmo refutando seu pertencimento a um grupo de indivíduos negros, o entrevistado revela que se percebe negro, mas busca articular, muitas vezes sem sucesso, seu afastamento desse pertencimento, para ele considerado desvantajoso. Uma de suas ferramentas para se afastar desse pertencimento monocromático é se autodeclarar “misturado” justificado e enfatizado na cor branca de seu pai.

Neste sentido, Zezinho possui uma identidade negra individual que se remete a uma base de “ser negro”, pois, por mais que ele articule ao máximo o afastamento de um pertencimento monocromático, percebe-se como indivíduo de cor. Outros entrevistados, também revelaram certa dinâmica arquitetônica no lidar com sua realidade cromática, demonstrando que as experiências oriundas dessa realidade contribuíram para formação de suas concepções e de seus princípios de conduta e postura diante de suas existências.

A maioria dos entrevistados revelou reconhecer, ou ao menos perceber ações preconceituosas contra indivíduos negros. A atuação do preconceito de marca caracteriza a cor negra como inferior. Com isso, esta, como grupo de pertencimento, não se constitui atrativa para muitos indivíduos negros. O indivíduo negro, como “ser arquiteto”, poderá criar mecanismos que o possibilite negar, ou ao menos se afastar de um pertencimento desvantajoso. Esse afastamento revela a atuação arquitetônica do indivíduo negro dentro do contexto social em que convive.

Alguns entrevistados revelaram, ainda, que, mesmo reconhecendo a existência do preconceito de marca e da relação planejada da cor negra com o pejorativo, assumem sua cor negra. Portanto, apesar de algumas semelhanças atitudinais, alguns denotam uma forma diferente de lidar com a sua realidade cromática.

3.5 Incursões empíricas em Cuiabá

Mantendo o padrão qualitativo da pesquisa e seguindo a mesma lógica de NSL, em Cuiabá fez-se a observação participante combinada às técnicas de pesquisa: o caderno de campo, a entrevista semiestruturada e a entrevista aberta. A observação participante ocorreu em uma praça de um bairro periférico da capital. O objetivo de se fazer coletas de dados em Cuiabá foi com intuito de ampliar o leque de análises e apurar a compreensão sobre a temática pesquisada, visto que a capital do Estado tem sua população constituída por 58% de negros, segundo o IBGE (2000). Este fator influenciou nessa escolha.

A princípio, pensou-se em realizar essa observação na Praça Ipiranga, localizada no perímetro central da cidade. Mas, após uma breve observação, constatei que nela passava um número considerável de pessoas que paravam por curtos espaços de tempo, apenas para a compra de um jornal ou lanche, o que poderia não ser favorável, pois nosso objetivo era observar interações sociais mais intensas. Assim, optou-se por pesquisar em uma praça da periferia.

Desta forma, a praça elegida foi uma localizada em um bairro periférico da cidade, onde o fluxo de pessoas é consideravelmente menor; entretanto, os indivíduos tendem a ficar mais tempo sentados em seus bancos e suas conversas são predominantemente entre colegas e amigos, fator que possibilitaria, então, melhor interação social entre pesquisador e pesquisados.

Esclareço que, na realização da pesquisa nos dois espaços (Bar e Praça), houve um diferencial na interação entre pesquisador e pesquisados. No primeiro, o corpus só apareceu nas entrelinhas da observação, visto que sua entrada no grupo como o “maguila”, causou tranquilidade e sinceridade aos entrevistados. Na praça, onde o fluxo de indivíduos é constante e diverso, o pesquisador foi visto, para muitos, como estranho, ou suspeito.

3.5.1 A Praça Santa Inês

A Praça Santa Inês, ponto da observação, está localizada no bairro residencial no mesmo nome, na periferia de Cuiabá. É um bairro popular, composto por moradias verticais, isto é, conjuntos de pequenos prédios construídos pelo poder públicos. Seus moradores, proprietário e inquilinos, se diversificam desde frentistas de posto de combustíveis, a funcionários públicos de órgãos como Defensoria Pública do Estado, Polícia Militar e Civil, Tribunal Regional Eleitoral, entre outros. Essa diversidade social e financeira entre os moradores do bairro residencial Santa Inês está no fato de os alugueis serem os mais baratos da cidade. Os que possuem maior poder financeiro (comerciantes, funcionários públicos federais, profissionais liberais), são proprietários dos apartamentos onde moram; o restante, mora de aluguel.

Localizada numa área geográfica socialmente central do bairro, a praça está circundada por três pequenos bar/restaurante, uma *lan house*⁸⁰, um pequeno supermercado e uma lanchonete (a sua frente); uma Igreja católica (lado esquerdo); e a sede da Associação dos moradores do Bairro Santa Inês (lado direito); e uma pequena quadra de esportes coberta (atrás).

A Praça foi inaugurada em 19 de novembro de 2005, numa parceria entre os comerciantes do bairro e a Prefeitura do Município de Cuiabá. Seu público é formado quase que exclusivamente por moradores do próprio bairro, pertencentes à diferentes faixas etárias, gêneros, grupos raciais e sociais. No período matutino, seus frequentadores mais assíduos são indivíduos da faixa dos 35 a 40 anos; no período noturno, a grande maioria dos frequentadores é jovem e adolescente.

⁸⁰ *Lan house* é o nome atribuído aos estabelecimentos comerciais que prestam serviços de acesso à internet, impressão e fotocópias de documentos.

3.5.2 *Observando as interações sociais*

As observações ocorreram entre os dias dois e vinte de fevereiro de 2010, nos períodos matutino e noturno. Destes, catorze dias semanais no horário das 13 às 16 horas; três sábados das 19 às 22 horas e, dois domingos das 13 às 16 horas. Os horários foram escolhidos levando-se em consideração a disponibilidade de visitas a campo; contudo, a opção pelos diferentes horários dos sábados, deu-se pela possibilidade de melhor pesquisar o ambiente.

Nos primeiros dias, como era esperado, tanto observador, quanto observados, se apreciaram. Os funcionários dos bares/restaurantes do outro lado da rua me observavam disfarçadamente, demonstrando curiosidade por minha presença. No período das 13 às 14 horas 30 minutos, aproximadamente, sempre havia muitos clientes nesses estabelecimentos; contudo, na praça, o número era muito pequeno e, raramente, algum indivíduo ficava mais de dez minutos sentado lá. Entre os frequentadores dos estabelecimentos e os da praça, havia sempre uma interação, nas idas e vindas destes.

Após o terceiro dia, entrando em um dos restaurantes e comprando um refrigerante, no intento de fazer contato com os funcionários, fui interpelado se eu era “*da prefeitura*” ou “*da polícia*”, pois, ficava observando tudo em volta. Para esse e outros funcionários, contei que estava desenvolvendo uma pequena observação, para um trabalho acadêmico. Essa pergunta revelou que minha presença promoveu estranheza naquele local e minha atitude e comportamento estavam prolongando a estadia do público. Com isso, nos demais dias não levei mais o caderno de campo, deixando minhas anotações diárias para depois.

No período diário entre 15 e 16 horas, o número de adolescentes e jovens na praça era considerável, se comparado à quantidade de pessoas que a frequentavam no período vespertino. No decorrer do dia, em torno de vinte a trinta pessoas transitavam, alternadamente; havendo períodos com três indivíduos e, outros, com dez, ou nenhum.

No quinto dia de observação, quando já tendo interpelado alguns frequentadores, embora ainda não houvesse encontrado uma forma ou assunto que me levasse a desenvolver uma conversa, ou um bate-papo mais intenso, me deparei com um pequeno grupo de adolescentes (de cinco a quinze jovens, brancos e negros). Estes chegam à praça com um pequeno rádio e conversavam entre si. No rádio, tocava uma música dos Racionais MC'S: “fórmula mágica da paz”⁸¹. Entre discutiam, entre si, qual seria o nome da música. Interferindo-me da conversa, afirmei que era “fórmula mágica da paz”. Naquele momento, em uma conversa muito informal, os adolescentes e jovens, percebendo meu conhecimento e gosto particular sobre músicas de rap e integrantes do Hip Hop, perguntaram-me meu nome e se apresentaram. A partir desse dia, ocorreu a minha “entrada” no grupo e sempre que esses adolescentes e jovens chegavam à praça, coletiva ou individualmente, chamavam-me para sentar perto deles e, algumas vezes, já vinham e sentavam-se próximos a mim.

Mesmo tendo esse grupo como objeto de pesquisa, e com grande interação entre mim e esses jovens, não podia dispensar os outros indivíduos que passavam pela praça, que era um número considerável, para poder obter mais dados. Assim, optei em destinar esforços não na possibilidade de efetuar a “entrada” na maioria dos grupos, mas, fazer uso do conhecimento e pertencimento de um dos grupos locais para observar e compreender as interações sociais entre eles desenvolvidas.

Apesar de o grupo ouvir e gostar de Hip Hop, observei que eles não eram participantes desse movimento⁸². Apenas escutavam, ou “curtiam”, como gostavam de dizer; mas também ouviam outras músicas, como do sertanejo universitário ao rap nacional. A diversidade do grupo, que aglomerava em alguns dias a maioria de negros e, em outros, de brancos, refletiu a volatilidade de sua constituição. Destarte, para analisar este evento, atribuirei o nome de “voláteis” a esse grupo analisado, buscando expressar sua inconstância numérica e seu caráter eclético.

⁸¹ Racionais Mc's (Álbum Sobrevivendo no Inferno), música: “Capítulo 4, versículo 3” (Dez 1997). Gravadora *Cosa Nostra*. Produção Gertz/Racionais Mc's.

⁸² “O *hip hop* é uma cultura artística que se iniciou durante a década de 1970, nas áreas centrais de comunidades jamaicanas, latinas e afro-americanas da cidade de Nova Iorque. Afrika Bambaataa, reconhecido como o criador oficial do movimento, estabeleceu quatro pilares essenciais na cultura *hip hop*: o *rap*, o *DJing*, a *breakdance* e a escrita do grafite”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hip_hop> . Acesso em: 13 mar 2011.

Nas interações sociais desenvolvidas no perímetro da praça, percebi diversas situações que influenciavam o comportamento desses, por mim nomeados, voláteis. São considerados, nesta pesquisa, por seu relacionamento próximo de amizade, como sendo um grupo informal, devido à mobilidade individual de seus integrantes, que também participam de outros grupos. Segundo Newcomb (1972), os indivíduos vivem em uma realidade de múltiplos pertencimentos, isto é, não se restringindo a um só grupo, mas, aos diversos deles. Para Simmel (1971), essa dinâmica é muitas vezes promovida pelas necessidades individuais, que visam buscar o alcance de interesses e satisfação individual, numa dinâmica complexa de múltiplo pertencimento, que mediam as interações sociais, ponderando-as, ou não, num movimento que constitui um suposto jogo social

Conforme constatado na observação em NSL e, agora, em Cuiabá, os indivíduos tendem a pertencer a inúmeros grupos e conseguem se comportar de forma adequada em cada um deles (NEWCOMB, 1972). Dessa maneira, essa tendência a múltiplos pertencimentos leva o indivíduo à diferenciação que se desdobra na individualização (SIMMEL, 1977), que possibilita a construção de identidades individuais autênticas em si e externa ao social/coletivo. Nesse sentido, compreendemos as ações dos voláteis que, por mais que pertençam a um grupo, mantém contatos com diversos níveis e com demais grupos frequentadores da praça.

Seguindo o mesmo critério de observação, identifiquei outros frequentadores da praça, como alguns indivíduos que a frequentavam sempre momentos antes e depois de jogar partidas de futebol e handball, na quadra de esportes: os “Esportistas”. Também, ao redor da quadra, que fica ao fundo da praça, identifiquei as “Garotas”, um grupo das moças solteiras, que sempre passeavam por lá. Na área central da praça, havia, também, um grupo dos “Motociclistas”, que estacionam seus veículos para conversarem; a, por fim, um grupo dos “Adultos”, considerados pelos outros grupos, como pude verificar, como “os mais velhos”, isso não por suas idades, mas, pelo comportamento ou por serem casados.

Os Voláteis frequentavam esses grupos, sempre com alusão de pertencimento a eles, também. Os Esportistas, por exemplo, era constituído, de forma predominante, pelos integrantes dos Voláteis, das Garotas e dos Motociclistas. Embora esses grupos não estivessem presentes todos os dias, certos horários da tarde e noite, ocorria uma interação heterogênea entre eles; essa interação era mais visível e os definia melhor e com mais frequência, nas noites de sábado e nas tardes de domingo.

Observou-se que o grupo representado pelos Voláteis demonstrava certa rejeição ao dos Motociclistas, fato que poderia ser explicado pela postura esnobe e orgulhosa desses últimos. Apesar disso, maioria dos integrantes dos Voláteis não proprietários de veículos mantém um relacionamento pacífico com o grupo dos Motociclistas.

Como o grupo dos Voláteis não tem uma liderança definida, as opiniões individuais são colocadas em todos os momentos e buscam legitimidade no grupo. Com isso, as generalizações tendem a ser frequentes. Se um ou mais integrante dos outros grupos cometem atitudes por eles consideradas inadequadas, tendem a afirmar que aquele grupo é inaceitável. Por exemplo, o grupo dos Motociclistas, que é visto pelos Voláteis como esnobes e orgulhosos, tem dois de seus integrantes que também frequentam e pertencem ao grupo dos Voláteis.

Neste breve período de investigação, pode-se observar que, o que levou os Voláteis a rotularem os Motociclistas de esnobes e orgulhosos, foi a diferença material entre eles. A propriedade de uma motocicleta dá ao grupo dos Motociclistas um status social/financeiro que incomoda bastante aos Voláteis, devido fazer diferença quando estes buscam por um relacionamento afetivo. Segundo os próprios Voláteis, é mais fácil ficar ou namorar uma garota, quando se tem uma motocicleta.

Assim, analisamos que as interações sociais entre esses grupos ocorrem de forma muito diversas e ativas, marcando a presença dos indivíduos negros em todos os grupos e exercendo a mesma dinâmica de pertencimento dos demais indivíduos de variação cromática. Nos primeiros dias não era visível a distinção racial entre os integrantes do grupo, entretanto, conjeturo que, devido minha presença (embora tenha causado estranheza nos primeiros três dias), o preconceito de marca começou surgir em pequenas brincadeiras entre os integrantes dos Voláteis: “ô negão, se esconde que a polícia está vindo aí”, ou “ô preto vagabundo, para de me zoar as ideias”. Essas brincadeiras fizeram emergir a existência real e intensa da cor nas suas interações sociais.

A reação dos indivíduos negros a essas brincadeiras são diversas. A maioria as entende, pelo menos aparentemente, como algo comum e simplesmente como brincadeira. Um dos integrantes dos Voláteis tem uma posição de rejeição a elas, retrucando com ofensas: “preto é seu passado”, “não é isso que sua irmã fala de mim, quando...”. A defesa tomada por esses indivíduos negros é responder a ofensa, com outra ofensa. Já a de outros integrantes é deixar tudo e aceitar como uma simples brincadeira, sorrindo, muitas vezes forçados, juntos com os demais integrantes do grupo Voláteis.

A observação participante revelou um contexto complexo, de múltiplo pertencimento e de interações sociais diversas em intensidades. O que também ficou nítido foi a existência empírica da mobilidade dos indivíduos por esses pertencimentos, movidos pelos interesses individuais. A diferenciação e a individualização foram vislumbradas, e a atuação do negro, ser arquiteto, também. O empoderamento do ato da escolha ficou visível nas atitudes de todos os frequentadores da praça, inclusive nos integrantes dos Voláteis. Esses elementos nos dá autoridade para afirmar que o caráter volátil e eclético não são características somente da maioria dos integrantes dos Voláteis, mas, sim, da maioria dos frequentadores da praça.

3.5.3 Entrevistas em Cuiabá

Neste estudo com os indivíduos negros, frequentadores da Praça Santa Inês, foram realizadas sete entrevistas individuais, objetivando levantar dados complementares que auxiliassem na compreensão de sua realidade empírica referente as suas interações sociais. As entrevistas-teste foram feitas com as mesmas questões contidas no tópico-guia de NSL. Em seu resultado, percebi que os dados levantados eram muitos semelhantes com os de NSL. Entretanto, as questões aplicadas foram, em sua maioria, diferentes das aplicadas em NSL, pois, foram de cunho interpretativo, não havendo questões diretas sobre a temática racial. Esta proposta metodológica foi para que os entrevistados tivessem toda liberdade e respondessem de acordo com sua interpretação, revelando, assim, o que para eles eram mais relevantes, referente as suas definições de pertencimento coletivo.

O tópico-guia continha quatro questões: Quem é você? Sua origem? Você já sofreu alguma injustiça? Existe algo em você, alguma característica, que as pessoas normalmente não compreendem? Com estas interrogativas, visou-se observar como o indivíduo negro define sua individualidade, sua pertença a grupos e como lida com as experiências individuais relevantes para sua existência. As entrevistas foram feitas com os integrantes dos Voláteis, todos do sexo masculino e na faixa etária dos dezesseis aos vinte quatro anos.

3.5.4 *Quem é você?*

Essa questão os instigou a se definirem e, por ser propositalmente ampla, possibilitou constatar quais características eram lhes relevantes no momento de se autodefinirem. Como resposta, a maioria se definiu como felizes, alegres e inteligentes. Alguns, também, mencionaram suas condições financeiras, religiosas e de torcedores de times de futebol profissional. Apesar de se definirem como indivíduos felizes e alegres, alguns revelaram, sutilmente, uma dúvida a este respeito, que foi explicitada através do seu tom de voz, que nos revelou insegurança e nervosismo. Estes, foram os que relataram serem desprovidos, ou estarem desempregados. Do total desses entrevistados, apenas um fez referência a sua cor, como sendo uma de suas características. Os demais, não declararam seu pertencimento a um grupo racial.

3.5.5 *Sua origem?*

Nessa questão, buscou-se saber a que grupo étnico os indivíduos se autoatribuíam e se estes revelariam um sentimento de pertença. Numa conduta semelhante ao Teste de Associação Livre de palavras, fiz somente a pergunta, “Sua origem?”. Embora a maioria solicitasse para que eu fosse mais específico, informei que teriam toda liberdade para respondê-la da forma que a interpretassem. A maioria, como retorno, revelou sua origem geográfica regional, informando sua naturalidade. O entrevistado Rodrigo expôs: “*Eu vim, melhor.. eu nasci em Várzea Grande, mas me criei em Cuiabá. Meu pai trabalhava lá em Várzea Grande, mas, depois, quando eu tinha uns seis anos, nos mudamos para Cuiabá*”. Dessa forma, a origem e o sentimento de pertencimento revelado pelos entrevistados deixaram nítido que a origem se limitou em um aspecto individual, sendo mencionado apenas o grupo de pertença primário, a família.

Os demais entrevistados mencionaram seus Estados, cidades e até bairros onde nasceram, relacionando sua origem sempre de forma atrelada à família, num sentimento de pertencimento. Assim, tendo a família como base, demonstrando reconhecê-la como um grupo de pertença. Para Newcomb (1972), a família é o grupo primário de pertencimento, é a partir dele que os indivíduos têm contato com os grupos secundários e começam se perceber diferentes.

Quanto à questão de interpretação individual, os entrevistados responderam o que eles entenderam de origem, revelando que essa compreensão ficou no âmbito individual atrelado ao grupo de pertença primário. Não houve menção por parte dos entrevistados de um pertencimento continental, referindo-se a diáspora negra.

3.5.6 *Você já sofreu alguma injustiça?*

O termo injustiça, substituindo os termos racismo ou discriminação racial, por ser mais amplo, buscou verificar se as injustiças sofridas e reconhecidas por eles surgiram, ou não, do preconceito de marca ou do reconhecimento de pertença a um grupo racial.

“*Sim!*”. Essa foi a respostas de todos os entrevistados. Todos afirmaram que sofreram algum tipo de injustiça, nos espaços da escola, quando alunos; em processo de seleção para emprego e nas relações entre os colegas/amigos. Entretanto, não afirmaram que tais injustiças se fundamentaram no preconceito de marca, mas, em alguns relatos, podemos perceber a possibilidade dessa atuação.

Nos depoimentos sobre as injustiças, um entrevistado relatou que, durante um processo de seleção para um emprego, mesmo tendo muita experiência e um currículo melhor, outro indivíduo (branco) é quem foi contratado pela empresa. Outros revelaram que, na escola, foram perseguidos por serem pobres e não mencionaram o fator cor, atribuindo que muitas dessas injustiças foram oriundas de suas condições financeiras. Mas, pelo relato e pela descrição de que alguns alunos eram os preferidos da professoras, percebi a possibilidade de ter havido o preconceito de marca.

3.5.7 *Existe algo em você, alguma característica que as pessoas normalmente não compreendem?*

Com a intenção de instigá-los a ressaltar características suas que são, por outros, consideradas como ruins e negativas, buscou-se constatar se apareceria o fator cromático, porém, tendo-se o cuidado para não mencionar ou induzi-los a citarem que reconheceram sua cor como um elemento não compreendido por muitos.

A maioria dos entrevistados relatou que as características não compreendidas por muitos estão relacionadas a sua personalidade: tímido, extrovertido, boêmio, estressado e nervoso/briguento. Dois dos entrevistados afirmaram que não tinham características específicas, que não fossem compreendidas pelos outros. No entanto, um dos entrevistados expressou sua opinião dizendo que; “*não é que eu tenha uma característica que as pessoas não compreendam, muitas pessoas são praticamente perfeitas por fora, mas, por dentro, acho que é o que fazemos que as pessoas não compreendem*”.

Para os que não achavam que suas características não compreendidas pelo outro, perguntei: “o que você faz para que isso não atrapalhe sua vida?” Três dos entrevistados responderam que não ligavam, pois, “*os incomodados com sua presença que saíssem*”. Outros dois afirmaram que tentavam mudar, para viver tranquilamente. Novamente, não mencionaram o fator cor, limitando suas respostas a aspectos relacionados à personalidade.

3.5.8 Uma conversa informal

As entrevistas desenvolvidas em NSL e Cuiabá levaram-me a percepção de que alguns entrevistados demonstraram certo nervosismo e desconforto no momento da entrevista. Em NSL, após algumas entrevistas, iniciei, com alguns, uma conversa livre, buscando tornar mais nítido o objetivo desta pesquisa. Percebi que, nestes momentos, alguns dos entrevistados tinham maior facilidade em falar sobre o preconceito de marca. Ao constatar isso, resolvi desenvolver essa prática em todas as entrevistas feitas em Cuiabá.

Nestes momentos informais, falei sobre minha pesquisa e minha relação com o preconceito de marca, como cidadão negro. A partir dessa exposição, percebi que alguns deles se sentiram mais a vontade, isto é, foram visivelmente mais sinceros, que durante a entrevista gravada. É importante ressaltar que, em NSL, não havia a ideia de se aproveitar essa conversa posterior como coleta de dados, mas, apenas o objetivo de expor meu pensamento sobre a identidade negra brasileira e compartilhar algumas definições científicas sobre a temática negra, com meus entrevistados.

Em Cuiabá, esse momento posterior à entrevista gravada, foi utilizado como coleta de dados. Esse fato me levou a utilizar simultaneamente duas técnicas de entrevista, a entrevista semiestruturada e a entrevista aberta⁸³, contudo, a sequência de aplicação foi fundamental para constituir dois ambientes diferentes, o formal e o informal. Alguns entrevistados, quando o gravador estava desligado, demonstravam alívio e até o tom de voz transmitia maior tranquilidade. Assim, consegui, com essa combinação adaptada de técnicas de entrevistas, dados relevantes, pois, havia indivíduos mais tímidos e que apresentaram considerável desconforto na entrevista semiestruturada. Porém, nessa conversa “informal” (entrevista aberta), conseguiam discutir o contexto, principalmente, em Cuiabá, onde os entrevistados se revelaram mais à vontade e externaram alguns sentimentos sobre a atuação de preconceitos e, mais especificamente, do preconceito de marca.

Mesmo tendo os métodos e as técnicas de ações empíricas pré-definidas, levando em consideração alguns critérios teóricos, foi preciso haver um pouco de flexibilidade e adequação nas atuações de campo. Essa flexibilidade empírica não visou descaracterizar a cientificidade da coleta de dados, apesar de uma suposta autonomia do pesquisador em campo. Durante essas conversas informais, foram tomados os devidos cuidados com o caráter científico da ação e com o papel de pesquisador, apesar do meu indubitável envolvimento com a temática abordada.

3.5.9 Conversas formais e informais, em Cuiabá

A aplicação das entrevistas foi dividida em dois momentos: formal e informal. No primeiro, tivemos a entrevista semiestruturada, gravada e orientada por um tópico-guia. No segundo, tivemos a entrevista aberta, não gravada e promovida em um ambiente de descontração, por meio de uma conversa espontânea.

Nos momentos informais surgiram dados relevantes sobre a questão racial, que não mencionados no primeiro momento. Muitos relataram experiências que consideravam oriundas da cor de suas peles. Então, nesses momentos, aproveitei para apresentar-lhes mais detalhes desta investigação, nos levando a compartilhar experiências individuais.

⁸³ A entrevista aberta “é essencialmente exploratória e flexível, não havendo sequência (sic) predeterminada de questões ou parâmetros de respostas. Tem como ponto de partida um tema ou questão ampla e flui livremente, sendo aprofundada em determinado rumo de acordo com aspectos significativos identificados pelo entrevistador enquanto o entrevistado define a resposta segundo seus próprios termos, utilizando como referência seu conhecimento, percepção, linguagem, realidade, experiência” (DUARTE, 2005, p. 64).

Em resposta a primeira e segunda questões feitas no momento formal, apenas um dos entrevistados mencionou a cor de sua pele, como característica que o definia. Os outros não fizeram referência a sua cor. No momento informal, todos revelaram acreditar que exista o racismo ou o preconceito de marca; alguns até relataram, brevemente, experiências desagradáveis derivadas da sua situação cromática.

O entrevistado Felipe, nesse segundo momento, citou trechos de uma música Hip Hop (“Capítulo 4 versículo 3”, dos Racionais MC`s), que dizia: “*Um dia, um PM negro veio embaçar, me disse pra me por no meu lugar (...)*”; falando sobre o preconceito racial entre indivíduos negros. Felipe, como a maioria dos entrevistados, não mencionou essa questão racial no primeiro momento. Contudo, em uma conversa informal, revelou ter considerável conhecimento e reconhecimento da atuação do preconceito de marca.

Apesar de todos os entrevistados, nesse segundo momento, utilizarem o termo racismo para se referirem ao preconceito racial, muitos revelaram, sutilmente, entender que esse tipo de preconceito tende a determinar um lugar para o negro na sociedade. O trecho do rap confirma essa existência: para o *raper* se colocar no seu lugar (social), possivelmente, lembrando-o de posição social inferior, que lhe foi imposta (SOUZA, 1990).

Quando os entrevistados, no primeiro momento, foram instigados a falar sobre possíveis injustiças sofridas e não compreendidas pelo outro, relativas às suas características físicas, eles não mencionaram o fator cor. Segundo Muller (2006, p. 48), esse fato pode ter ocorrido pelo fato de que “somos uma sociedade que tem preconceito de ter preconceito.” Com isso, podemos compreender o porquê de os entrevistados comentarem sobre o preconceito racial apenas no segundo momento. Somente depois que apresentei minha temática e compartilhei com eles minhas experiências sofridas com o preconceito de marca, eles se sentiram a vontade para discutirmos. Assim, as injustiças relatadas no primeiro momento foram sendo complementadas no segundo momento, afirmando a existência de preconceito. Também, nesse segundo momento, a cor passou a ser considerada pela maioria, como uma das características não compreendidas pelos outros. Comparando o primeiro e o segundo momentos, percebe-se que a maioria deles evitou entrar no assunto referente à cor de suas peles.

Por mais que, socialmente, não seja comum debater estes temas, os motivos que levam o indivíduo a não mencioná-los são diversos: “*os outros indivíduos são racistas e não sabem discutir.*” Outros argumentaram que não o debatem, para não se incomodar, ou para não correrem o risco de serem chamados de “*negro complexado*”. Ou, ainda, “*que o assunto o incomoda se discutido com uma pessoa branca, ou uma pessoa negra que não acredita que ele exista.*” Segundo o entrevistado Roger “*têm pessoas que, para eles, tudo é racismo e, não é bem assim*”. O jovem Giovane duvida que o preconceito de marca esteja tão presente em nossa sociedade: “*atualmente, o preconceito é apenas contra os indivíduos pobres e homossexuais.*”

Sem o intento de julgar tais justificativas, fica explícito nessa pesquisa que, independente de se haver, ou não, uma pressão social sobre esta discussão, os indivíduos preferem se afastam dela. Assim, no primeiro momento eles não mencionarem o fator cor, mas, no seguinte, demonstraram ter ciência de sua condição cromática, mesmo não tendo uma postura explícita de combate ao preconceito de marca.

Nesse sentido, mesmo evitando a questão, o indivíduo tem o entendimento de que sua cor tem relevância social, e independente desse nível de consciência, como ser arquiteto, ele ajustará sua conduta de forma conveniente, buscando, assim, uma vida social mais possível.

No múltiplo pertencimento a grupos sociais, o indivíduo negro dificilmente esquece sua situação cromática e, se esquecer, o preconceito de marca fará questão de lembrá-lo de sua cor/lugar. Assim, o múltiplo pertencimento, que gera a diferenciação, possibilitará a individualização e, seja no contexto mato-grossense ou nacional, o indivíduo será levado a construir sua identidade individual e, em um movimento contínuo, passará a perceber o que nele é aceito, ou rejeitado socialmente. A partir dessas noções, haverá a construção conscientemente, ou não, de suas estratégias arquitetônicas, visando sua existência social. O “ser arquiteto” atuará de forma arquitetônica, levando em consideração sua situação cromática, que poderá ser definida através de atitudes cromáticas, visto que, o que o torna e o faz negro, é o preconceito de marca. Tomar uma posição de resistência explícita ou implícita, resistir, agir violentamente ou ignorar sua realidade cromática, são algumas das atitudes cromáticas que o indivíduo pode adotar.

Nessa dinâmica arquitetônica, o indivíduo negro, em busca da realização de seus projetos singulares, que caracterizam sua dignidade humana, aproxima-se da mobilidade coletiva, ou seja, da possibilidade de constituição de identidades coletivas, em um movimento que o individual poderá dar sentido ao coletivo e o coletivo ao individual (HONNETH, 2003).

Portanto, a constatação de uma identidade negra individual não exclui, muito menos inviabiliza a constituição de identidades coletivas. Embasados em Honneth (2003), definimos que o hipotético triângulo/ciclo da dignidade humana, ora citado, atribui um sentido recíproco à individualidade e a coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatedei, através deste estudo, a relevância do trabalho de um cientista social. Pesquisar um tema que aborda a identidade negra, levando em consideração o atual contexto social, não me foi uma tarefa fácil. Por ser um cidadão negro, necessitei, constantemente, de atentar para minha postura científica, para poder investigar e analisar a realidade social não apenas como militante, mas como pesquisador. Assim, reconheço que a pesquisa bibliográfica foi fundamental para centrar minha postura e me auxiliar a desenvolver um trabalho dissertativo que revelasse minhas ideias, sem perder seu caráter científico.

Este aprendizado possibilitou-me construir e desconstruir conceitos individuais e científicos acerca do tema, assim como, a elaborar um marco teórico, enquadrando e delimitando meu estudo. Não posso negar que, em certos momentos, fiquei receoso em expor ousadamente alguns pensamentos sobre a discussão identitária negra. Todavia, apoiado teoricamente, persisti e, aqui, chego com o desígnio de apresentar minhas reflexões finais.

Fundamentado em autores como Guimarães (2003), Barros (2009), Hofbauer (2004), Nogueira (1985), entre outros, consegui compreender vários códigos nacionais de atribuição pejorativa imposta ao negro. O contexto social que o negro mato-grossense vive é hostil e o codifica como ser inferior, pois, o indivíduo negro possui a marca/cor que lhe é codificada pelo preconceito de marca. Diante desse fato, constatado teoricamente nas leituras e empiricamente nas pesquisas, percebi a mensuração de posicionamentos cotidianos, que promovem uma subliminar hierarquização de resistência desses indivíduos.

Essa mensuração coloca no topo dessa hierarquia, os indivíduos negros que autorreconhecem sua cor e tomam uma posição contrária explícita e coletiva diante do preconceito de marca, combatendo-o. No outro extremo hierárquico, ou seja, na subalteridade, estão os indivíduos negros que não autorreconhecem explicitamente sua cor e não tomam uma atitude pugna individual, ou coletiva, diante desse preconceito. Neste contexto, percebi que não poderia pesquisar e dissertar sobre essa temática, de forma superficial. Haveria a necessidade de tentar contribuir efetivamente nessa discussão.

Dessa forma, defini um pressuposto: “negro, ser arquiteto”, que auxiliou a me centrar de qual lugar eu estaria dissertando, enfatizando o caráter executivo do indivíduo pesquisado e refutando a estagnação individual.

Se nos permitíssemos fazer um raciocínio pouco profundo, poderíamos nos perguntar: se o contexto social é historicamente hostil aos indivíduos negros, por que eles não foram eliminados? E, por que, atualmente, são maioria da população nacional? Muitos trabalhos científicos podem responder a essas perguntas de diversas formas, tentando ser convincentes; porém, foram essas indagações que se tornaram a gênese de nossas construções teóricas.

Nesse raciocínio, elegi em não considerar tais indivíduos como meros *pen-drives*, mas, sim, conjecturar que sua sobrevivência pode ser atribuída à atitude arquitetônica existente no ser humano. No contexto de suas interações sociais, supus e constatei empiricamente, que o “negro, ser arquiteto” possui habilidades para lidar com seu cotidiano, tendo atitudes cromáticas. Essa habilidade de “combinar cores” está explícita ao lidar com a existência do preconceito de marca, evitando, com desenvoltura, que o preconceito de marca elimine por completo sua existência.

Essa compreensão possibilitou-me perceber e relevar essa questão, através das experiências pessoais desses indivíduos, pois, foi através delas que consegui levantar dados relevantes para abarcar a possível existência de uma mobilidade individual. O termo “mobilidade” pode de certa forma, apresentar-se inadequado, já que sua utilização clássica se refere à coletividade. Todavia, seu uso neste momento não tem o papel de atribuir o individual acima de seu coletivo, mas, sim, de demonstrar seu movimento individual sob um contexto de múltiplas noções de pertencimento, de referência, de escolhas e de situação cromática.

Assim, abordando o individual, sem desconsiderar o coletivo, me ancorei e ordenei meu marco teórico. Os escritos de Hall (2005), Castells (2000), Follman (2001) entre outros, serviram como ponto de partida para a construção de acepções teóricas e de delineamento do pensamento científico sobre a identidade negra.

A realidade hodierna e as interações sociais dos pesquisados foram pontuais para uma contínua construção teórica. E, para compreensão desses elementos, ancorei-me teoricamente nos escritos de Simmel (2005), onde constatei que as interações sociais vão além das representações sociais e, que, a realidade dessas interações não elimina o indivíduo, mas, sim, demanda sua existência. Dessa forma, o indivíduo coexiste individualmente e coletivamente, e, é nessa relação, que o jogo social acontece.

Com a Teoria do Reconhecimento de Honneth (2003), consegui compreender que a individualidade, na sociedade contemporânea, está estritamente ligada à coletividade. Essa relação intrínseca entre coletividade e individualidade ocorre sob um processo triangular/circular, e não linear. Se ajuizarmos essa relação sob um processo linear, corremos o risco de conjecturar que há um fim, e descartamos a possibilidade de o ser humano viver em uma constante construção e reconstrução. Nesse raciocínio, também poderemos pressupor uma individualidade/coletividade perfeita, pronta e acabada, o que, possivelmente, colocaria em xeque o intento: “negro, ser arquiteto”.

O pensamento linear seria coerente com os objetivos utilitaristas, pois, as definições plenas de indivíduos, coletivos e identidades podem constituir ferramentas que viabilizem e promovam o alcance das demandas reivindicadas. Nesse pensamento, não haveria espaço adequado para o fator primordial da existência humana, que é a diversidade resultante das diferenças.

Em minhas análises, constatei que o indivíduo, na sociedade contemporânea, é constituído e se constitui, também, com a coletividade. Posso asseverar a possibilidade de, cientificamente, se abordar um indivíduo, sem considerar seu contexto coletivo e sua coletividade, que lhe são intrínsecos. O pensamento simmeliano evidencia que, é pela existência dos indivíduos que há a formação de uma sociedade e, é pela existência de uma sociedade que se fundamenta a individualidade, numa dinâmica de interações sociais, sem dualidades reducionistas.

Neste axioma, percebermos o localismo de alguns, quando abordamos cientificamente a realidade social no aspecto individual ou coletivo. Delimitar um estudo científico, não é sinônimo de simplificar a temática pesquisada. Possivelmente, para alguns movimentos sociais, definir argumentos e padrões, visivelmente reducionistas, tende justificar objetivos utilitaristas. Entretanto, as Ciências Sociais necessita evitar tal inconveniente.

Ajuízo ser, o processo relacional triângulo/círculo, mais coerente com a realidade social vigente, visto a construção e reconstrução contínua do ser humano serem reconhecidas e considerando que o indivíduo também seja o construtor/arquiteto de sua própria vida/identidade. Assim, o movimento contínuo que o círculo representa, ajusta-se adequadamente ao entendimento das múltiplas realidades sociais vivenciadas cotidianamente, de forma individual e/ou coletiva pelo indivíduo.

Normalmente, um círculo não evidencia seu início/fim, por ser uma figura contínua. Entretanto, sabemos que, no momento de sua composição (aliança matrimonial, por exemplo) teve um início, que foi encontrado pelo fim. Aparentemente, esse raciocínio pode parecer ingênuo e confuso, contudo, evidencio que, mesmo um círculo representando o contínuo, ele possui uma fissura, que pode ser interpretada como seu início, ou seu fim. Desse fato, surge um enigma: o que se vê é seu início, ou seu fim? Alguns preferem ignorar essa existência, e determinam: é o fim. Para outros, é o início.

Esse breve raciocínio busca denotar a complexidade da relação: individualidade e coletividade. Quem lidera o processo? Quem predomina? Quem é o mais forte? Interrogativas redundantes dualizam essa análise e gera dilemas que a torna complexa, mas não abarcam a complexidade da realidade social vigente trabalhada. O fato é que o essencialismo e o extremismo tornam essa discussão densa, embora a mantenha superficial, referente à realidade social pesquisada.

Por vezes, nas Ciências Sociais, na tentativa de compreender as realidades sociais e seus supostos dilemas, tendemos ao imediatismo e acabamos por definir alguns conceitos e teorias, que enquadram determinados indivíduos e coletividades de forma tão arbitrária, que desconsideramos o seu contexto social.

Obstante aspirar à mensuração conceitual: individualidade ou coletividade, qual possui maior predominância no indivíduo; queremos, sim, compreender se ambos coexistem num contexto múltiplo de interrelações e interações sociais. Constituindo dinâmicas múltiplas, a coletividade e a individualidade representam diferentes formas de intensidade para cada indivíduo.

Não me colocando na posição de oponente, ou contrário a tal mensuração da realidade, reflito que, o pesquisador, ou instituição, que se propuser a esta tarefa deverá ter consciência de que se trata de um estudo minucioso e complexo.

Ao delimitar minha abordagem investigativa, não delimito minha percepção científica. Esta foi amadurecendo no decorrer desse desenvolvimento, de forma cuidadosa, a não posicionar conceitos acima de seus significados. Isto porque, ambos são igualmente importantes. Entretanto, em uma construção teórica, o significado é fundamental; mas, o conceito, é o responsável por representar o mais fiel possível esse significado.

O pressuposto da pesquisa foi satisfatoriamente ratificado através da empiria, na qual as atitudes dos indivíduos observados e entrevistados mostraram suas formas individuais de lidar com o preconceito de marca, bem como, sua singularidade de viés arquitetônico. Dessa forma, o “negro, ser arquiteto”, como pressupomos, auferiu sua forma conceitual, podendo ser representado pelo triângulo/círculo, ora mencionado.

O indivíduo contemporâneo reflete a diversidade humana e, suas múltiplas diferenças, possibilitam-no a viver e a ser responsável por seus diversos projetos individuais, nos quais ele se torna seu próprio arquiteto, independente de haver, ou não, influências/construtores externos e diversos. O símbolo do triângulo/círculo propõe, sem reducionismo, representar esse indivíduo, mesmo reconhecendo que tal raciocínio possa estar incompleto e ser provisório, visto ser possível considerar haver uma identidade única, coletiva e plena, que esteja, não utopicamente, no fator humano.

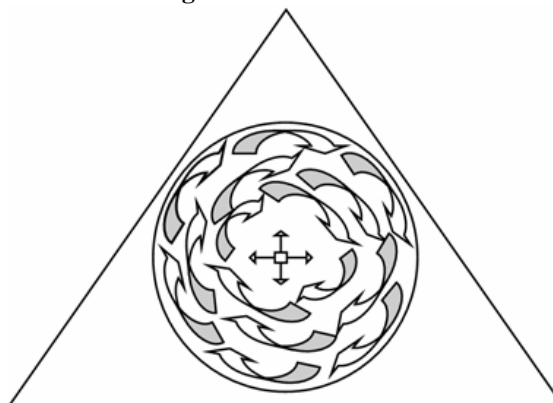
É na humanidade do indivíduo que encontramos a essência para atribuir uma identidade universal a ele. Essa consideração nos impossibilita, no momento, de visualizar uma representação que suporte à tarefa de representar, de forma satisfatória, a diversidade humana e suas multiplicidades individuais. Assim, o triângulo/círculo se propõem a revelar alguns ensaios argumentativos a respeito do ser humano, em sua múltipla existência.

Essa representação simbólica: o círculo, no interior do triângulo, representa uma suposta mobilidade individual e, o movimento constante e múltiplo em seu interior, simula a multiplicidade individual, onde o triângulo representa a dignidade humana e a pertença coletiva.

Embora o triângulo possa intencionar que um indivíduo venha a se encaixar a outro, não é tão simples assim. Essa relação não seria simplesmente um encaixe, pois, nessa dinâmica, se formaria uma coletividade perfeitamente integrada: ideia não coerente e irreal.

Na perspectiva simmeliana, o termo não seria encaixe, mas, interações sociais, as quais levariam em consideração a sociação e a sociabilidade, justificando o símbolo triângulo. E, é nessa relação de existência, de pertença e coexistência densa, que o indivíduo da sociedade contemporânea, supostamente, se constitui. E, nessa constituição e pelo seu movimento nela, que ele poderá, por meio de suas escolhas, lidar com sua múltipla existência no âmbito individual e coletivo.

Longe de tais suposições teóricas fugirem da temática investigada, lembro que o objeto de estudo é o ser humano e, que essa delimitação temática não anula a realidade, mas abre caminho para que outras pesquisas sejam realizadas, para consolidar, ou não, tais suposições. Assim, assinalamos que a relevância do contexto deste estudo está na empiria, que nos revelou a existência múltipla e arquitetônica do indivíduo.

Triângulo/Círculo – indivíduo

Teórica e empiricamente confirmou-se, nesse estudo, que a existência do preconceito de marca possibilita a existência da cor e suas atribuições, embora outras características físicas também possam fazer parte do conjunto de definições de um indivíduo negro. Neste conjunto, a cor da pele é o fator que marca mais intensamente o preconceito. Para Nogueira (1985), o preconceito de marca, independente das gradações de cores, quanto mais próximo da cor preta, mais o indivíduo estará suscetível a sofrer o preconceito de marca.

A atuação do preconceito de marca possibilita que ele atue em velocidade compatível com a da sociedade contemporânea. Até mesmo numa suposta relação pacífica de interação social, como a sociação e a sociabilidade, ele poderá atuar intensamente, pois, em essência, está fundado na posição social inferior imposta.

A característica desse preconceito, em codificar a marca, atribuindo-lhe uma posição social inferior, define o conceito de segregação, reconhecendo o âmbito individual e não apenas coletivo. Essa segregação foi confirmada na fala de uma entrevistada, quando mencionou que, apesar de os colegas de sala do curso superior de história a tratar com respeito e amizade, muitos foram contra sua indicação para liderar a comissão de formatura: ela era a única negra da turma. No entanto, no meio do curso, a líder da comissão de formatura declinou o cargo e a entrevistada o assumiu de forma competente, administrando os interesses da turma. Isso ratifica que, mesmo tendo uma relação de pertença e compartilhando de objetivos, o preconceito de marca atua e a posição social inferior dinamiza essa existência.

O que difere o indivíduo que sofre o preconceito de marca é a sua situação cromática, que veste o indivíduo de sua negritude. Ele é um ser arquiteto como todos os seres humanos, contudo, lida com sua realidade cromática e, mesmo que não a reconheça, ele não estará isento do preconceito. Esse, habitualmente se manifesta como exoatribuição, podendo, ou não, ser manifestado em uma autoatribuição. A atuação do indivíduo negro frente a este tipo de preconceito, pode ser definida como atitudes cromáticas, atitudes referentes a sua negritude e a sua cor, fundadas ideologicamente.

Coerente com o pressuposto da pesquisa, o indivíduo negro não se harmoniza com definições reducionistas. Cada indivíduo negro lida com sua realidade cromática de acordo com suas escolhas. Com isso, compreendemos o porquê das diferenças conceituais e de ideais até entre movimentos negros e outros grupos que discutem e militam cientificamente e empiricamente a questão racial brasileira. Mesmo mencionando o óbvio, o fator que atribui ao indivíduo sua singularidade, também possibilita sua coletividade: sua humanidade.

Não obstante, explícito que, dentro desse raciocínio, o único fator que pode enquadrar todos os negros em uma única identidade é sua realidade cromática e as experiências derivadas dela. Mas, há a existência científica e militante da ideologia de africanidade que propõe, de certa forma, um grupo de pertencimento aos negros brasileiros e que tende a definir um grupo ideal de pertencimento continental, resultando em uma identidade coletiva. A ideologia de africanidade promove tão fortemente essa identidade, que acaba restringindo o indivíduo negro a uma identidade negra continental.

Assim, a identidade coletiva proposta pela ideologia de africanidade, em certa medida, sufoca a possibilidade de identidades negras individuais. Esse pressuposto: “negro, ser arquiteto”, possibilitou-me lembrar constantemente da humanidade e da dignidade dos pesquisados. Acredito que, além de um pertencimento afro, o negro brasileiro tem sua existência negra individual.

Portanto, cientificamente, a questão racial necessita ser trabalhada, reconhecendo não apenas as realidades identitárias coletivas, mas, também, a existência individual real e intensa do negro. Pois, ao essencializar coletivamente essa análise, corre-se o risco de reduzir e simplificar a existência do “negro, ser arquiteto”.

Nas observações e nas entrevistas, ficou perceptível que os indivíduos negros constroem sua relação com o preconceito cromático numa dinâmica de identificação e atitudes também cromáticas. Mesmo, na maioria das vezes, não tendo suporte científico para discutir o preconceito, eles criam mecanismos verbais, físicos, e até abstratos para lidar com essa existência. A maioria dos entrevistados não demonstrou vínculo a uma identidade negra nacional, ou a um pertencimento afro, nem tampouco, relevância as suas existências individuais identitárias. Estes revelaram possuir concepções individuais, ainda não totalmente construídas, mas, que representam a mescla de um discurso coletivo com suas criações particulares, o que possibilita múltiplas noções de pertencimento racial e de negritudes.

Neste sentido, ganha forma e suporte a suposição identitária inicial, ou seja, as múltiplas noções de negritudes podem referir-se a identidades negras individuais, construídas sobre a base de ser negro. Em Honneth (2003) visualizamos essa possibilidade de identidades individuais: é na experiência moral de desrespeito que se constrói o nexos com o coletivo; e que, é na esfera do amor do âmbito individual, que essas experiências acontecem. Assim, por mais que as mobilizações coletivas sejam explícitas, as constituições sociais passam pelo individual, possibilitando a existência de identidades e mobilizações individuais.

No caso do indivíduo negro, há uma relação intrínseca de atribuição de sentido entre o preconceito de marca e as múltiplas noções de negritudes. O primeiro, com seu caráter flexível e contemporâneo, possibilita ao indivíduo negro a construção de uma identidade negra individual. Porém, não se qualifica como substituto do racismo, mas, sim, é seu redimensionamento contemporâneo. Essa realidade, então, promove ao indivíduo negro experiências individuais desagradáveis de desrespeito, conforme constatei durante as entrevistas feitas.

Verifiquei, também, que cada indivíduo possui uma postura singular diante de sua situação cromática, embora possuam semelhança nos argumentos. Todavia, há diferença nos motivos e nos princípios de cada um, ao lidar com o preconceito de marca. Alguns refutam a cor, outros, o preconceito de marca; outros, ainda, refutam a individualidade e enxergam, na coletividade, a possibilidade de combatê-lo; os demais combinam diversas concepções, para obter uma sobrevivência pacífica. O fato é que, o caráter arquitetônico do indivíduo e sua realidade cromática revelam sua singularidade, pois, por mais que eles sejam semelhantes em sua condição cromática, serão diferentes em suas atitudes arquitetônicas.

A diversidade de autodeclarações de definições sobre a cor da pele tornou nítido que há uma relação e uma construção individual referente à realidade cromática nacional. Alguns dos entrevistados se autodeclararam pardos e pretos, embora, para outros, “*pardo é cor de porco*” e, “*preto é cor de tinta*”.

Nota-se que, no exercício de sua mobilidade individual, o indivíduo lida com a coletividade e, em um movimento múltiplo e, muitas vezes, frenético, ele constrói e desconstrói conceitos, pré-conceitos e princípios, o que permite sua existência social.

Retomando Honneth (2003), é na essência da humanidade e do amor, que se encontra a dignidade e a busca por ela. Por sermos humanos, somos dignos de respeito. A luta social não está apenas na coletividade, mas, também, na individualidade e, habitualmente, germina dela. Assim, mensurar a resistência e a luta social, apontando alienados e revolucionários desta constituição argumentativa e teórica seria complexo, e poderia resultar em reduções e padronizações simplistas.

A dinâmica da mobilidade individual do “negro, ser arquiteto” está no agrupamento do amor com o desrespeito e o preconceito de marca. É na experiência individual com o desrespeito moral, promovido pelo preconceito de marca, que o indivíduo negro construirá suas atitudes cromáticas visando proteger-se e restituir sua dignidade/amor humano negados. Nesse sentido, as múltiplas noções de negritudes representam sua identidade múltipla individual, levando em consideração a sua realidade cromática. Por isso, não é mais viável analisar cientificamente o indivíduo negro, sem levar em consideração a sua condição humana, cromática e arquitetônica.

É imprescindível aclarar que, a existência de múltiplas noções de negritudes não exclui e nem sufoca a existência de identidades negras coletivas e, também, não refuta o pertencimento continental do negro brasileiro, pois, há uma realidade múltipla de pertencimento, de referência e de identificação. Este estudo, por meio da investigação científica e da empiria, nos propiciou destacar essa existência, mais especificamente, a do indivíduo negro, onde se verificou a essência concreta e intensa das múltiplas noções de negritudes.

Quando voltamos nossos olhares científicos para a realidade humana, especificamente para as múltiplas noções de negritudes, não se trata em reconhecê-la ou não, o fato está em que existem identidades negras individuais, as quais não refutam identidades negras coletivas; mas, suas ações arquitetônicas e atitudes cromáticas possibilitam e revigoram suas existências, coexistências, sobrevivências e materializam sua dignidade humana.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: **Quilombos: identidade, étnica e territorialidade**. O'DWVER, Eliane Cantarino (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ALVES, Cathia; MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Adulto e lúdico: atuação do profissional de Educação Física no lazer**. Rio Claro: Motriz, v.16, n.1, jan./mar. 2010.

ALVES, Ruben. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Loyola, 2006.

ANDRÉ, Maria da Consolação. Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o “ser negro” no Brasil. Brasília: UNIP. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. ano 26, n. 2/07, 2007.

ASSUNÇÃO, Luiz. **Jatobá: ancestralidade negra e identidade**. Natal: UFRN, 2009.

BARROS, João Moreira de. **Cuiabá e o seu passado**. Cuiabá: Editora Resenha tributária, 1982.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, Áurea. **A dinâmica do trabalho de grupo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo; COSTA, Maurim Rodrigues. **Mato Grosso e sua História**. Cuiabá: Edição dos autores, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.

CUNHA JR., Henrique. Mais de 500 anos de resistência negra. In: **Revista Hora de Estudo**. ano 3, n. 5, dez de 2000, Aracajú/SE.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Brasil rumo à sociedade justa. In: **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). João Pessoa: Universitária UFPB, 2007.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Ed., 1994.

FERREIRA, João Carlos Vicente; SILVA, José de Moura. **Cidades de Mato Grosso**. Cuiabá: Buriti, 1998.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

FOLLMANN, José Ivo. Identidade como conceito sociológico. In: **Revista Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo/RS, vol. 37, n. 158, 2001.

GADEA, Carlos A. Questões sobre racismo e o reverso da africanidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 32., 2009, Caxambu. **Caderno de Resumos**. Caxambu: ANPOCS, 2009.

GARBIN, Elisabete Maria. Cultur@s juvenis, identid@des e Internet: questões atuais. **Revista Brasileira de Educação**. Porto Alegre/RS, maio/jun/jul/ago., n. 23, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. Tradução de Carolina Martuscelle Bori, 2. ed., São Paulo: Nacional, 1968.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1982.

_____. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos para Lei Federal 10.639/03**. MUNANGA, Kabengele. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. De preto a afro-descendente: da cor da pele à categoria científica. In: **De preto a afro-descendente**. BARBOSA, Lúcia M.; GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). São Carlos, EdUfscar, 2004.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: **Superando o racismo na escola**. MUNANGA, Kabengele (Org.). Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Intelectuais negros e modernidade no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 25., 2002, Caxambu. **Caderno de Resumos**. Caxambu: ANPOCS, 2002. 2002a.

_____. Como trabalhar com “raça” em sociologia. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo: USP, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003. p. 93-107.

_____. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. Quem precisa de identidade? In: **Identidade e diferença**. SILVA, Tomaz Tadeu da. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOFBAUER, Andréas. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: **De preto a afro-descendente**. BARBOSA, Lúcia M. A.; GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). São Carlos: EdUfscar, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências, 1998.

IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP 18 (50), 2004.

JESUS, Lori. Hack de. Discutindo o termo raça. In: **Trabalhando as diferenças em Mato Grosso**. MULLER, Maria Lúcia Rodrigues (Org.). Cuiabá: EdUFMT, 2006.

MAIO, Marcos Chor. Raça, ciência e sociedade. In: **Raça, ciência e sociedade**. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Rio de Janeiro: Fiocruz CCBB, 1998.

MALINOVSKI, Bronislaw. Os argonautas do Pacífico ocidental. In: **Ethnologia**, N. S., n. 6-8, 1997, p. 17-37.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade a vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social, teoria: método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Comunidades quilombolas em Mato Grosso**. Produto 02, Villi F. Seilert, Brasília, 2006.

MOCELIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Bauman. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, SP, 2008. Disponível em: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 5., n. 1 (1), agos/dez, 2008.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Educação anti-racista e formação de professores: A Lei 10.639/03 em questão. In: **Revista da Educação Pública**. v. 15, n. 18., Cuiabá: EdUFMT, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: **BRASIL**. Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

_____. **Educação anti-racista: caminhos abertos para Lei Federal 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Negritude usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

MUNHOZ, Eulália Naréssi. **Pesquisa social**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

NEWCOMB, Theodore M. **Manual de psicologia social**. Buenos Aires: Eudeba, 1972.

NOVAES, Silvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: USP, 1993.

O'DWVER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade, étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PIRES, Cecília P. **Direitos humanos pobreza e exclusão**. São Leopoldo/RS: Adunisinos, 2000.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

RODRIGUES, Dunga. **Reminiscências de Cuiabá**. Goiana: Editora Cinco de Março, s.d.

ROSA, Nina Gabriela Moreira Braga. **Identidade: Anthony Giddens e Norbert Elias**. Humanidades em diálogo, v. 1., n. 1., nov. 2007.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na população cultural negra do Brasil**. Salvador/Rio de Janeiro: Edufba/Pallas, 2004.

SANT' ANA, Antonio O. de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: **Superando o racismo na escola**. MUNANGA, Kabengele (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

SANTOS, Maria. A. L.; CAMPOS, Mauricio de Almeida. Família Quilombola de Mata Cavalo. In: **Seminário Educação 2006 & Jornada Internacional de Educação em Movimentos Sociais**, 2006, Cuiabá-MT. SEMIEDU2006, 2006.

SIDNEY, W. Mintz e PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2003.

SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Sociologia 1: estudos sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

_____. O indivíduo e a liberdade. In: **Simmel e a modernidade**. SOUZA, Jessé; Oélze, B. (Org.). Brasília: EdUnB, 1998.

_____. O dinheiro na cultura moderna. In: **Simmel e a modernidade**. SOUZA, Jessé; Oélze, B. (Org.). Brasília: EdUnB, 1998.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

_____. As grandes cidades e a vida do espírito. In: **Revista Mana**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 11 (2)., 2005. p. 577-591.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1990.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos para Lei Federal 10.639/03**. MUNANGA, Kabengele. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, Jessé. Introdução: a crítica do mundo moderno em Georg Simmel. In: **Simmel e a modernidade**. SOUZA, Jessé; Oélze, B. (Org.). Brasília: EdUnB, 1998.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TOSI, Giuseppe. Aristóteles e os Índios: a recepção da teoria aristotélica da escravidão natural no debate sobre a conquista da América. In: **Seminário. Memória de uma barbárie: dignidade humana e direitos dos indígenas na obra de Bartolomé de Las Casas**. São Leopoldo /RS, UNISINOS, 2009. 2009a.

VALENTE, Ana Lúcia. E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1994.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **A Aventura Sociológica**. NUNES, E. O. (Org.). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1978.

_____. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1981.

VIOLA, Sólton Eduardo Annes. Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina. In: **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). João Pessoa/PB: Editora Universitária UFPB, 2007.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papyrus, 1998.